



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

EVERTON CABRAL MACIEL

**A INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO DE JOVENS POBRES
UM ESTUDO A PARTIR DOS ESTAGIÁRIOS DO PROJETO PRIMEIRO PASSO**

**Fortaleza
2014**

EVERTON CABRAL MACIEL

A INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO DE JOVENS POBRES

Um estudo a partir dos estagiários do Projeto Primeiro Passo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas de Juventude.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Dolores de Brito Mota.

Fortaleza

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

M138i Maciel, Everton Cabral.

A inclusão social pelo trabalho de jovens pobres : um estudo a partir dos estagiários do Projeto Primeiro Passo / Everton Cabral Maciel. – 2014.

170 f. , enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e PósGraduação, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2014.

Área de Concentração: Políticas públicas de juventude.

Orientação: Profa. Dra. Maria Dolores de Brito Mota.

1.Jovens pobres – Política governamental – Avaliação – Fortaleza(CE).
2.Integração social – Fortaleza(CE). 3.Cidadania – Fortaleza(CE). 4.Trabalho – Aspectos sociais – Fortaleza(CE).

5.Projeto Primeiro Passo(Ceará). I. Título.

CDD 305.23086942098131

EVERTON CABRAL MACIEL

A INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO DE JOVENS POBRES

Um estudo a partir dos estagiários do Projeto Primeiro Passo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas de Juventude.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Dolores de Brito Mota
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Maria Zelma de Araújo Madeira
Universidade Estadual do Ceará – UECE

RESUMO

As estratégias de atenção aos jovens pobres através das políticas públicas se tornaram uma temática de estudo relevante no Brasil, principalmente pela demanda crescente desse grupo, por trabalho e oportunidades de renda, como meio para conquistar a cidadania nos moldes da sociedade capitalista. Encontrando-se contempladas na agenda da gestão do Governo do Estado do Ceará, as políticas com foco no trabalho e juventude, carecem de avaliações. O presente estudo tem como recorte de análise a inclusão social através do trabalho dos jovens pobres no município de Fortaleza, por meio do Projeto Primeiro Passo da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social. Parte-se dos seguintes questionamentos que direcionam o estudo: Quem são os jovens pobres em “situação de vulnerabilidade” e “risco social” que participam do Projeto Primeiro Passo? Qual o modo de inclusão pelo trabalho dos jovens pobres através do Projeto Primeiro Passo? Utiliza-se o referencial teórico crítico, buscando as mediações entre a realidade dos jovens estagiários e as contradições que perpassam as questões contemporâneas, com ênfase no trabalho, questão social, pobreza, juventude, inclusão social, cidadania e políticas públicas. Para tanto, utiliza-se o percurso metodológico se fundamenta no método do materialismo histórico dialético e segue os seguintes passos: estudo bibliográfico; estudo documental; observação aos estagiários em atividade e entrevistas com os jovens. A análise se processa em um movimento dialético entre o empírico e as aproximações com as categorias. Portanto, considera-se que os jovens utilizam o trabalho como estratégia para a sobrevivência material e subjetiva vivenciando realidades diversas numa busca constante por segurança de renda e de relações que proporcionem reconhecimento e aceitação em suas diferenças. O Projeto Primeiro Passo, sendo uma estratégia de inclusão pelo trabalho, ao categorizar e introduzir os jovens no mercado através de estágios remunerados, não oferece uma formação técnica e uma especialidade. De fato, o projeto proporciona o encontro dos jovens pobres com seu espaço limite na sociedade do capital e ainda, a confirmação de que a conquista do reconhecimento e da aceitação pública acontece quando se tornam “cidadãos consumidores”.

Palavras-chaves: Políticas Públicas, Juventude, Cidadania, Avaliação.

ABSTRACT

The strategies of attention to poor youth through public policies have become an important issue to be study in Brazil, mainly by the increasing demand of this group, for work and income opportunities as a means to gain citizenship in the mold of capitalist society .Lying contemplated in the management of the State Government of Ceará agenda, policies focusing on labor and youth, lack of reviews. The present study is clipping analysis social inclusion through youth work poor in Fortaleza, through Project First Step of the Secretariat of State for Labour and Social Development. It is part of the following questions that guide the study: Who are the poor youth in "vulnerable" and "social risk" involved Project First Step? What is the mode of inclusion by working poor youth through Project First Step? We use the critical theoretical framework, seeking the mediations between the reality of young trainees and contradictions that pervade contemporary issues, with emphasis on work, social issues, poverty, youth, social inclusion, citizenship and public policy. For this, we use the methodological approach is based on the dialectical and historical materialism method comprises the following steps: bibliographic study; desk study; observing trainees in activity and interviews with young people. The analysis proceeds in a dialectical movement between the empirical and the approaches to the categories. Therefore, it is considered that young people use work as a strategy for survival equipment and subjective experiencing different realities in a constant search for income security and relationships that provide recognition and acceptance in their differences. The Project First Step, with a strategy of inclusion through work, to categorize and introduce the younger market through paid internships, does not offer technical training and a specialty. In fact, the project provides a meeting of young women having their limit in capitalist society space and also confirmation that the conquest of recognition and public acceptance happens when they become "citizen consumers".

Keywords: Public Policies, Youth, Citizenship, Evaluation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA	15
2.1	Em busca de uma avaliação dialética de políticas sociais	15
2.2	Os jovens em “situação de risco e vulnerabilidade”	34
2.3	O Projeto Primeiro Passo	40
3	TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POBREZA	44
3.1	O trabalho no sistema do capital	44
3.2	Questão social, pobreza e exclusão social: a juventude pobre como refração da questão social	54
3.3	As crises do capital, as políticas sociais e o enfrentamento da questão social: repercussões para a juventude	71
4	JUVENTUDE, CIDADANIA E AS POLÍTICAS SOCIAIS	92
4.1	A cidadania construída na sociabilidade capitalista	92
4.2	As políticas sociais públicas para os jovens no Brasil	107
4.3	Categorizações da juventude e a inclusão social através das políticas sociais	113
4.4	Juventude pobre na cidade de Fortaleza: uma aproximação	121
5	A INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO DE JOVENS POBRES: A PROPÓSITO DOS ESTAGIÁRIOS DO PRIMEIRO PASSO	130
5.1	Os jovens e o encontro com a realidade: estudo, trabalho e o Projeto Primeiro Passo	130
5.2	Os jovens estagiários e as relações para além do trabalho: questões ausentes no Projeto Primeiro Passo	147
6	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	157
	REFERÊNCIAS	162

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo avaliar o modo de inclusão social pelo trabalho de jovens pobres partindo da experiência do Projeto Primeiro Passo da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), caracterizado por oferecer estágio remunerado a jovens oriundos das escolas públicas com idades entre 16 a 24 anos. Para tanto, buscamos conhecer os modos de vida dos estagiários, apreendendo as demandas e as relações com o Projeto Primeiro Passo.

Tratamos portando, de uma política pública voltada para jovens socialmente considerados pobres e “em situação de vulnerabilidade ou risco social”, que segue o direcionamento nacional das políticas de inclusão social deste público, desenvolvidas nos governos recentes. Segue ainda, a lógica imposta pela proposta capitalista de atendimento as demandas e interesses do mercado, desconsiderando por sua vez, as reais necessidades e interesses dos jovens, que embora sejam pobres e moradores das periferias, mantém sonhos e expectativas para o futuro que não se limitam a lógicas racionais.

O interesse pela temática da juventude e trabalho não é recente, uma vez que para a conclusão da graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará, no ano de 2002 desenvolvemos uma pesquisa com adolescentes infratores privados de liberdade que resultou na monografia de conclusão de curso. Esta experiência nos aproximou com a questão do jovem filho de trabalhador pobre e morador das periferias da cidade com atenção para as relações desenvolvidas com o consumo e as violências. Em 2005 em um curso de especialização em Saúde Mental na mesma Universidade, desenvolvemos uma pesquisa com jovens participantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que resultou no trabalho de conclusão de curso, mas principalmente reforçou o interesse em compreender melhor as condições de vida e de trabalho de jovens pobres e as repercussões em suas relações na sociedade.

Em 2009 ao dar início às atividades de trabalho como Analista de Gestão Pública da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG)

houve aproximação com os jovens estagiários que, embora fossem pobres e moradores de periferias, vivenciavam uma relação diferente com o mundo do consumo e do trabalho. Estes jovens já não eram os infratores que se envolveram em atividades perigosas para conseguir os bens de consumo e, portanto, foram privados de liberdade pelo Estado; e também não eram os jovens que haviam sido retirados de trabalhos insalubres pelo Estado e recompensados com uma bolsa. Os jovens que descrevo participaram do Projeto Primeiro Passo e desenvolviam suas atividades de estágio na SEPLAG, assim como em vários outros órgãos públicos e recebiam uma bolsa. Logo, o Estado respaldava sua atividade e sua condição de jovem trabalhador.

O Projeto Primeiro Passo é um dos diversos projetos financiado pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP). O FECOP é gerenciado pela SEPLAG, contudo a gestão dos projetos financiados com este recurso acontece nas Secretarias executoras, sendo a gestão do Projeto Primeiro Passo, na STDS. Logo, a aproximação com o projeto foi inevitável, seja pela presença dos estagiários, seja pelos contatos com a gestão do projeto através da atuação junto ao FECOP.

Esta trajetória profissional e acadêmica nos trouxe a possibilidade de unir conhecimentos e curiosidades e nos aproximar da realidade dos jovens estagiários do Projeto Primeiro Passo, refletindo sobre esta relação entre o jovem e o projeto no ambiente acadêmico do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, iniciado em 2011.

Neste estudo buscamos avançar para além das avaliações que produzem resultados aparentes da realidade ou ainda, que se justificam a partir da preocupação com a medição de desempenho e se reduzem a dimensão técnica (BOSCHETTI, 2009; ALVES, 2011).

Partimos da compreensão que os processos de avaliação estão vinculados aos processos de trabalho (ZANARDINI, 2011), compreendendo por sua vez, o trabalho a partir da contradição do sistema do capital (MARX, 2010; LUKÁCS, 2012). Logo, buscamos uma Avaliação fundamentada na crítica dialética, na tentativa de conhecer os fatos como parte de um todo dialético (MARX, 1996). Deste modo, iniciamos com a descrição da realidade, ou seja, do real aparente; realizamos aproximações com os autores, fazendo a relação entre o aparente e os conceitos;

em seguida, nos apropriamos das categorias e de um novo modo de conhecer o real para além do aparente.

Deste modo realizamos a crítica aos modelos tradicionais ou modelos instrumentais de avaliação e nos aproximamos da proposta de avaliação de políticas públicas fundamentadas no método de Marx, conforme descrito nos estudos de Boschetti (2009) e Alves (2011).

Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, tendo como campo de pesquisa, a Secretaria do Planejamento e Gestão, sendo um campo de estágio do Projeto Primeiro Passo. Nestes termos, realizamos estudo bibliográfico com foco nas categorias primárias e secundárias: trabalho, mediado pela questão social, pobreza e exclusão no capitalismo; políticas sociais, contextualizada com a cidadania na sociedade capitalista; juventude, com foco no jovem pobre público-alvo do Projeto Primeiro Passo;

As entrevistas aconteceram entre os meses de julho e dezembro de 2012 com seis jovens estagiários em atividade na SEPLAG com idade a partir de 18 anos e no mínimo seis meses de estágio. A entrevista aconteceu com foco nos modos de vida, nas vivências com a família e comunidade, na relação com estudo e trabalho, e na experiência com o projeto. Realizamos ainda, a visita a coordenação do Projeto Primeiro Passo na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) que apresentou apenas dados quantitativos de número de atendimentos por ano em cada modalidade, além de informações gerais, que também se encontravam disponíveis no site da STDS.

Em 2013 fizemos o estudo documental utilizando o relatório de avaliação de impactos, coordenado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (IPECE), e o projeto encaminhado pela STDS para conseguir recursos junto ao FECOP. Estes referenciais subsidiaram as seguintes questões: a gestão e o funcionamento do projeto; a proposta pedagógica; e alguns produtos visualizados. Todo o processo foi contemplado com a observação dos jovens em serviço no espaço institucional da SEPLAG, bem como as ocorrências com jovens não entrevistados, como por exemplo, as desistências.

Nossa análise é contextualizada com as contradições do trabalho no capitalismo que limita a criatividade, o tempo e as possibilidades, mas também gera meios para se pensar e se posicionar para além dele. Logo buscamos compreender, a partir de Marx, uma perspectiva que foge da unilateralidade do trabalho, sendo fundamentada na contradição (ANTUNES, 2009).

Para os jovens pobres o movimento gira em torno da sobrevivência e mesmo as possibilidades de mudança pelo trabalho caminham para o campo da satisfação dessas necessidades (a casa, o salário, a segurança etc.). Nestes termos entre os entrevistados o trabalho gera cansaço e reduz o tempo para realização de atividades consideradas importantes, incluindo os estudos. Contudo, a renda garante no presente a sobrevivência, o acesso aos bens de consumo e a experiência para concorrer no mercado.

A pobreza neste estudo é discutida a partir de várias perspectivas (legais, estudos e pesquisas, organizações internacionais, etc.), trazendo principalmente delimitações de classe a partir da renda. Logo, concordamos com Chauí (2013) quando aponta que no Brasil houve o crescimento da classe trabalhadora “cuja composição é complexa, heterogênea e não se limita aos operários industriais e agrícolas”.

Destacamos que exclusão social é diferente de pobreza, sendo que a pobreza pode gerar exclusão. O excluído pode não ser pobre, mas encontrar-se numa condição de precariedade no trabalho ou instabilidade nos espaços integrativos da sociedade (CASTEL, 2008). Nestes termos trabalhamos com a perspectiva de Questão Social enquanto produto das relações capital e trabalho, reproduzida na atualidade sob novas mediações históricas e com novas expressões (IAMAMOTO, 2008), sendo a pobreza uma de suas expressões.

O Estado administra as expressões da Questão Social, fazendo uma abordagem de forma fragmentada e resumindo a problemas sociais. Logo, surgem as políticas públicas com o objetivo de resolver tais problemas sem associá-los com a realidade que os produziu. No Brasil recente, as políticas públicas seguem esse processo de fragmentação, respeitando as lógicas e propostas de cada governo.

O Projeto Primeiro Passo integra o grupo de políticas públicas que associam juventude e trabalho, com clara delimitação de classe e classifica os jovens como pobres, embora alguns não se enquadrem neste critério pela definição legal, ou seja, renda per capita até meio salário mínimo. Ainda assim, consideramos que os jovens entrevistados são filhos de trabalhadores assalariados ou que sobrevivem de forma precária ou por conta própria (FRIGOTTO, 2004).

Buscamos compreender os jovens a partir do modelo de cidadania que se constitui sob as bases da divisão do trabalho mediada pela concepção liberal que se expressa nas formas individual e coletiva, reforçando a contradição entre discurso e prática. Nestes termos, a classe social não se torna um componente mobilizador e agregador de interesses variados, pois segundo Hall (2005) há uma politização das subjetividades. Há, no entanto, a negação do espaço coletivo como encontro das diferenças e a associação dos grupos acontecem para se defender não apenas de um sistema, mas dos outros grupos que justificados pelo direito de liberdade se organizam com o objetivo de negar o direito do outro.

A cidadania é associada à posição no mundo trabalho e o indivíduo livre que teve “oportunidades iguais” é considerado pelo seu padrão de consumo e seu lugar comparado ao outro. Portanto, devemos ter o cuidado para o direito a diferença e a liberdade de escolha não ser apenas uma justificativa para manter privilégios de grupos. Nesta perspectiva, a sociedade do capital mantém a contradição e interesses de classe e, os grupos que ultrapassam os limites virtuais, sejam os pobres que superam os limites territoriais, sejam os grupos diversos que questionam estruturas postas, continuam sendo reprimidos.

Os jovens entrevistados encontram nos grupos de interesse estratégias de sobrevivência e defesa de questões comuns ao grupo. Contudo, a realidade da pobreza, a rede de convivência estabelecida no local de moradia e as relações com os preconceitos de classe são vivenciadas em suas rotinas diárias.

As políticas públicas com atenção ao jovem voltado ao protagonismo social, qualificação e ao trabalho se fortalecem nos anos 2000, mas apresentam retrocessos, principalmente nas políticas de trabalho ainda restritas para jovens que concluíram o ensino médio.

Os projetos sociais para jovens trazem em sua estrutura as definições e as classificações da juventude, fazendo com que alguns jovens assumam essa condição para conseguir acessar a política, podendo inclusive criar uma identidade para o próprio grupo (GOFFMAN, 2012). Estes atributos disfarçam questão de classe ou reforçam esta dimensão, podendo se apresentar como: jovens pobres, protagonistas, agentes de desenvolvimento, em situação de risco e vulnerabilidade entre outras.

Os dados das pesquisas do IPECE realizada a partir da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) de 2008 e a pesquisa Retratos da Fortaleza Jovem e ainda a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2013 revelam um pouco da realidade dos jovens de Fortaleza que se aproximam com a realidade dos entrevistados. Apontamos a importância da família para os jovens, a insegurança da vida profissional e a violência da cidade.

Neste contexto, o trabalho perpassa a vida dos jovens desde a infância devido às vivências da família e as interferências em suas vidas. A escola também traz o contexto do mundo do trabalho para os jovens e no caso das instituições de ensino públicas, uma vez sendo constituída em grande parte por filhos de trabalhadores pobres, também reforça a divisão do trabalho e o lugar do jovem pobre na sociedade.

O trabalho e a renda do trabalho transitam entre a sobrevivência imediata e a possibilidade de um futuro melhor, sendo ainda, um passo para trabalhos futuros que não exijam esforço físico e que sejam estáveis. O salário além da sobrevivência da família pode garantir também a mudança do bairro violento.

Os estagiários realizam atividades simples no contexto institucional, embora necessárias e destacam as relações desenvolvidas com os colegas e usuários do serviço no campo de estágio como mais importante no seu aprendizado. A bolsa é utilizada para comprar bens de consumo e contribuir com as despesas da casa.

Os jovens destacam a insegurança em dar o segundo passo e apresentam as falhas do Projeto Primeiro Passo que não os capacitou em atividades demandadas pelo mercado, ou mesmo, os possibilitou o direcionamento em seus

sonhos profissionais. Deste modo, os trabalhos precários e instáveis passam a ser uma realidade para os jovens ao término do projeto.

Embora não ofereça uma capacitação consistente, como outras propostas do governo, a exemplo das escolas profissionais, o Projeto Primeiro Passo é uma alternativa para o jovem ter uma renda durante um ano, sem necessitar submeter-se a atividades insalubres e com carga horária incompatível com os estudos.

Portanto, considerando a multiplicidade de questões que envolvem a juventude, a pobreza, o trabalho e as políticas sociais no contexto da sociabilidade capitalista no Brasil contemporâneo, elaboramos algumas questões que nortearam o presente trabalho: quem são os jovens pobres em situação de vulnerabilidade e risco social que participam do projeto Primeiro Passo? Qual o modo de inclusão pelo trabalho dos jovens pobres através do projeto Primeiro Passo?

Acreditamos que o estudo destas questões pode unir numa perspectiva dialética as aproximações com a realidade dos jovens pobres que participam do projeto Primeiro Passo, com a experiência das políticas sociais no contexto do capital. Este processo contribuirá para uma avaliação de políticas públicas, que não considere apenas as noções de eficácia ou de impactos, baseados em critérios mercadológicos de custo-benefício, mas principalmente, visualiza os limites e as possibilidades do real e suas contradições postas.

Neste trabalho compomos quatro capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo traçamos a metodologia da pesquisa e iniciamos com a crítica aos modelos tradicionais de avaliação, uma vez que, consideramos que os autores que seguem estas perspectivas no campo da pesquisa avaliativa (Holanda, Cohen e Franco, Aguilar e Ander-Egg, Ala-Harja e Helgason), apresentam um viés “tecnicista” e, portanto, não conseguem apreender a realidade em sua totalidade e complexidade. Tais avaliações produzem resultados aparentes sobre a realidade estudada e, ao mesmo tempo são desprovidas de criticidade e mediação. Deste modo, tentamos construir uma proposta que nos aproxime do movimento do real e suas múltiplas determinações e ainda, se torne instrumento, não apenas para respaldar as ações do Estado, mas também, para mobilizar os atores e qualificar suas demandas. Tal proposta avaliativa no campo das políticas sociais se constitui a partir de aproximações e reflexões orientadas através do método de Marx (1996) e

baseadas nos estudos sobre avaliação de Alves (2011) e Boschetti (2009). Em seguida apresentamos o percurso metodológico e descrevemos as técnicas que utilizamos para aproximações com a proposta apresentada.

Ainda no primeiro capítulo, caracterizamos os estagiários entrevistados e partindo de suas falas, introduzimos no texto os sujeitos que integram o processo de reflexão deste estudo. Apresentamos também o Projeto Primeiro Passo, de acordo com sua organização no contexto institucional. Em todo o percurso utilizamos as falas dos jovens, buscando as mediações entre as categorias analíticas e o real como se apresenta.

No segundo capítulo discutimos os temas que se relacionam com as políticas de inclusão de jovens, quais sejam: trabalho, questão social e pobreza no sistema do capital, introduzindo-os a partir de um referencial crítico baseado no pensamento marxiano e outros autores que dialogam com esta perspectiva. Nestes termos, nos aproximamos de uma perspectiva de trabalho fundante do ser social, mas que na realidade do sistema do capital sofre pelos processos de alienação. Para tanto, buscamos uma reflexão apoiada principalmente em Marx, Engels, Lukács, Antunes e Mészáros. Tratamos a questão social como uma construção específica da sociedade capitalista, uma vez que, a mesma não se confunde com a pobreza, mas se relaciona com o lugar do trabalhador diante da riqueza socialmente produzida. Utilizamos para tal discussão e compreensão da questão social e da pobreza diante da crise do capital, principalmente, as contribuições de Netto, Yamamoto, Behring e Boschetti, Mota e Montando.

Finalizando o segundo capítulo, discutimos as crises do capital, as políticas sociais e o enfrentamento da questão social. Para complementar a discussão sobre os momentos de crise do capitalismo e as estratégias para superação das mesmas, trazemos os avanços e retrocessos nas políticas públicas, principalmente, após os governos se apropriarem das ideias neoliberais. Estas mudanças trouxeram implicações nas condições de vida e de trabalho da população e redefiniram as políticas sociais no Brasil, com foco nos modelos adotados nos períodos dos governos FHC e Lula. Trabalhamos aqui com os autores já destacados anteriormente e acrescentamos ainda, Castel, Sineta, Pochmann, Draibe, Yasbek e Fagnani.

No terceiro capítulo introduzimos as temáticas da cidadania e políticas públicas para os jovens no Brasil. Para tanto, realizamos processo de mediação entre a cidadania e o trabalho no contexto da lógica capitalista moderna e, dialogando com os autores já citados, acrescentamos ainda, Tonet, Geisler e Pais. Introduzimos ainda, um panorama das políticas públicas voltadas para os jovens no Brasil. Em seguida, discutimos as categorizações que perpassam os processos juvenis, bem como, o modo de classificar os grupos e incluir os vulneráveis em políticas públicas, agregando principalmente, as perspectivas de Goffman e os estudos de Abramo, Leon e Reis. Para finalizar o capítulo, traçamos um perfil do jovem de Fortaleza, considerando dados de uma pesquisa nacional (IBGE), outra estadual (IPECE), e uma que foca os jovens de Fortaleza (IJC).

Este processo favoreceu aproximações com o projeto estudado, uma vez que, o mesmo se insere no campo das políticas de inclusão social dos jovens através do trabalho. No quarto capítulo, buscamos compreender as concepções e as contradições que perpassam o Projeto Primeiro Passo e, portanto, aprofundamos as entrevistas, analisando as falas dos entrevistados e relacionando com o contexto do projeto de inclusão pelo trabalho. Finalizamos fazendo algumas considerações.

2 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

2.1 Em busca de uma avaliação dialética de políticas sociais

O trabalho produz o indivíduo e uma nova sociedade (MARX; ENGELS, 2010) e, portanto, de acordo com Lukács (1978, p.4), “a essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente”. Nesta perspectiva, para que o trabalho aconteça faz-se necessário a prévia ideação, a objetivação e a exteriorização (LUKÁCS, 2010; 2012; LESSA, 2007; TONET, 2005). Seguindo essa lógica, o homem, abstrai no pensamento o que deseja alcançar (planejamento), em seguida faz escolhas de acordo com as possibilidades dadas, e por fim transforma a natureza e a si mesmo, criando novas necessidades e novas possibilidades para si e para a sociedade. Nas palavras de Marx (1996, p. 298):

No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais.

Os processos de avaliação encontram-se ontologicamente vinculados aos processos de trabalho, que são de acordo com Marx (1996) e Lukács (2012) fundantes do ser social. Nestes termos, sendo o trabalho dotado de uma prévia ideação pelo sujeito, ou seja, de um planejamento, é ainda, por sua vez, mediado por processos de avaliação (ZANARDINI, 2011). Portanto, considerando a intencionalidade do trabalho, Zanardini (2011, p. 108), compreende “a avaliação como elemento intrínseco ao processo de trabalho, estando relacionada com o conhecimento objetivo da realidade e com a escolha entre as alternativas envolvidas, auxiliando a projetar e a monitorar os resultados previamente ideados”.

Nas palavras de Lukács (1981, p. 8), “esse sujeito realiza certamente a posição teleológica de modo consciente, mas sem jamais estar em condições de ver todos os condicionamentos da própria atividade, para não falarmos de todas as suas consequências”. Portanto, conclui Zanardini (2011, p. 113): “o sentido ontológico da avaliação no processo de constituição do ser social se deve ao fato da mesma se constituir como um momento do ser social que acontece mesmo quando este processo não é de todo consciente ao sujeito que o realiza”.

Contudo, no capitalismo, a sociabilidade construída e baseada nas relações de troca e na propriedade privada, é produtora da alienação do trabalho conforme descrito por Marx (2010; 1996). Por sua vez, a alienação do trabalho¹, descaracteriza o trabalho social enquanto produtor e reproduzidor do homem e da sociedade, trazendo consequências para as relações sociais, incluindo, as mediadas pelas políticas sociais e seus processos de planejamento e avaliação. Nesta perspectiva, destacamos Alves (2011, p. 127), quando acrescenta:

Então, a formalidade produzida no âmago do sistema dominante, que se mantém organicamente vinculada a racionalidade burguesa, faz com que a produção do conhecimento tenha um caráter meramente operacional. Essa lógica formal corresponde, pois, às tradicionais práticas institucionalizadas, caracterizadas por procedimentos etapistas, cuja sucessão linear do diagnóstico, planejamento, execução e avaliação, em relação ao controle das expressões da questão social, concebidas como situações sociais problema, leva a uma reiterada esquematização nutrida pela tecnocracia institucional.

De fato, na área das ciências humanas e sociais é comum encontrarmos uma multiplicidade de conceitos e métodos de análises para apreender, ou ainda, aproximar dos diversos fenômenos que se apresentam na realidade social. Desta forma destaca Ala-Harja e Helgason (2000), que isso ocorre justamente pela variedade de disciplinas e áreas do conhecimento envolvidas, além de serem considerados as instituições, os executores, os beneficiados e toda a complexidade que envolve a questão.

Logo, para o desenvolvimento de pesquisa na área de avaliação de políticas públicas devemos também considerar essa multiplicidade de conceitos,

¹ Ainda sobre o trabalho alienado, descreve Marx (2010, p. 80): “O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho é sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece no estado nacional-econômico como desefetivação do trabalhador, a efetivação como perda do objeto e a servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação”.

sem perder de vista a necessidade da construção de uma perspectiva de avaliação que nos possibilite aproximações com o real em sua totalidade, ou seja, compreender o fenômeno estudado enquanto um momento do todo. Para melhor esclarecer esta perspectiva, destacamos Boschetti (2009, p. 581):

Isso não significa dizer que a investigação dos fenômenos sociais deve conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro total da realidade, na infinidade de seus aspectos e propriedade. Na verdade, os fatos expressam um conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético, isto é, determinados e determinantes desse todo, de modo que não podem ser entendidos como fatos isolados.

Considerando esta afirmativa, buscamos traçar diálogos com alguns autores tradicionais na área da avaliação e tentar aprofundar estas perspectivas e suas contribuições para a nossa pesquisa. Ao mesmo tempo, realizamos a crítica destes modelos tradicionais, mantendo o diálogo com a pesquisa social e com as perspectivas críticas encontradas nas teorias sociais, principalmente, nas Ciências Sociais, com o objetivo de construir possibilidades de avaliação que se aproxime da compreensão da totalidade do fenômeno estudado.

Dentre os autores tradicionais, destacamos: Holanda (2006), Cohen e Franco (1998) Aguilar e Ander-Egg (1994) Ala-Harja e Helgason (2000). Estes autores demarcam as possibilidades de avaliação, separando os campos de análise em tipos e modelos, e ainda estabelecendo técnicas para avaliar, de acordo com as necessidades de conhecer do avaliador, como se o real pudesse ser fragmentado, ou ainda como se fosse possível deslocar a política de suas contradições na relação entre Estado capitalista e classes sociais. Desconsideram também, os sujeitos que compõem estas classes, como se os usuários da política fossem um todo homogêneo, que apenas unem sua demanda ou necessidade a uma oferta do Estado, ou seja, não consideram “as políticas sociais como resultado das históricas e contraditórias relações entre estado e sociedade, em diferentes contextos históricos” (BOSCHETTI, 2009, p. 579). Esquecem, por sua vez, a complexidade dos sujeitos, seus valores, crenças, sua diversidade de perspectivas e sua capacidade de atribuir significado ao real e a política específica.

Segundo os modelos apresentados a avaliação é conceitualmente compreendida enquanto possibilidade de julgar e aferir valor, baseada num objetivo

específico, custos previstos e limitados, e ainda, com a proposta de resolver um “problema social”. Segundo Holanda (2006, p. 79):

Avaliar é julgar, estimar, medir, classificar, ponderar, aferir, ou analisar criticamente o mérito, o valor, a importância, a relevância, a utilidade ou a prioridade de um projeto de investimento ou de um programa social, geralmente financiado com recursos públicos e voltados para resolver um determinado problema econômico ou social. Por essa razão – e como será detalhado mais adiante – aquilo que chamamos avaliação é geralmente caracterizado, na literatura especializada, como avaliação de programas.

Em Cohen e Franco (1998, p. 77), “a avaliação é uma atividade que tem como objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus fins e a eficácia na alocação de recursos para a consecução dos mesmos”. Encontramos neste conceito, uma avaliação preocupada com resultados práticos, ou seja, o atendimento aos objetivos pré-definidos, constituindo uma relação causa-efeito. Os autores destacam a avaliação numa perspectiva de comparação, ou seja:

A pretensão de comparar um padrão almejado (imagem-objeto em direção ao qual se orienta a ação) com a realidade (a medida potencial na qual esta vai ser modificada, ou o que realmente ocorreu como consequência da atividade apreendida) e, por outro lado, a preocupação em alcançar eficazmente os objetivos propostos. (COHEN; FRANCO, 1998, p. 73).

De acordo com estas perspectivas, avaliar tem como objetivo “oferecer entendimento e uma visão justificada dos programas de implementação de políticas” (ALA-HARJA; HELGASON, 2000, p.10). Os autores acrescentam também que a avaliação contribui para melhoria da tomada de decisão, além de auxiliar na alocação de recursos e definir sobre as responsabilidades. Nas palavras de Ala-Harja e Helgason (2000, p. 10-11):

A avaliação oferece informação sobre o impacto das políticas. Pode ser vista como a passagem de mecanismos formais de controle a controle efetivo; de controle de transações controle estratégico; de gerenciamento de insumos gerenciamento de resultados. Ela auxilia os formuladores de políticas no julgamento do valor dos programas públicos, concorrendo para sua melhoria ou questionamento e, ainda, para o projeto de programas futuros. A avaliação também contribui para o processo de aprendizagem das pessoas envolvidas no gerenciamento e implementação desses programas, ao permitir maior entendimento do trabalho que se conduz e ajudando nessa condução. Além disso, outros interesses (como por exemplo, científicos) podem ser satisfeitos à medida que se compreende melhor o funcionamento da sociedade.

Segundo Aguilar e Ander-egg (1994, p. 105), “uma pesquisa avaliativa deve ser feita para que os resultados, conclusões e recomendações sejam aplicados”. Nestes termos devemos ter clareza dos objetivos da avaliação e dos elementos importantes a serem considerados nos processos avaliativos. Sobre a questão, Silva (2008, p. 110-111) acrescenta:

A avaliação de políticas e programas sociais passa a se caracterizar como um esforço consciente de governos para mudar o comportamento ou o desempenho de uma política ou programa cujo objetivo mais destacado é oferecer informações para decisores políticos sobre o impacto de medidas públicas orientadas para mudanças de comportamentos e situações (produção de resultados e impactos). Considerada, todavia, numa perspectiva de cidadania, a avaliação pode vir a se constituir em instrumento eficaz para controle social das políticas sociais por parte da sociedade. (...) Nesse sentido, a avaliação se concentra em questões fundamentais: Como essas políticas se desenvolvem? O que fazem e o que é suposto fazerem? Para quem se destina? Em que extensão? Que efeitos desejados, previstos, não previstos? A que custo?

Ala-Harja e Helgason (2000) destacam a existência de avaliações que tem como foco os usuários, fazendo referência, portanto, as várias abordagens para a realização de uma avaliação participativa, acreditando estes, que o envolvimento dos interessados no processo avaliativo, contribui para que os mesmos se interessem pelos resultados. Seguindo esta perspectiva, Barreira (2002, p. 73), destaca que “a avaliação participativa contribui para melhoria de organizações sociais, criando sistemas de aprendizagem interna e levando a fundamentação mais sólidas das decisões”. A autora afirma ainda, que existem vários modelos de avaliação participativa e destaca alguns destes, quais sejam: a avaliação sensível; a avaliação baseada nos segmentos diretamente envolvidos no programa; a avaliação focada na sua utilização e a avaliação participativa com enfoque pedagógico.

Considerando este contexto, devemos nos preocupar com os processos metodológicos que vão direcionar a avaliação, bem como o correto uso dos resultados da pesquisa, tendo em vista que a avaliação na perspectiva de tais autores tem os objetivos já destacados acima. Logo, devemos considerar partindo de Ala-Harja; Helgason (2000, p.24), que “os problemas metodológicos são intrínsecos a todas as abordagens de avaliação”. Considerando tal afirmação destacamos a fala dos autores:

A escolha de critérios para avaliação pode ser problemática em face do simples fato de que os objetivos dos programas públicos costumam ser múltiplos, vagos, ocultos, mutantes e, até mesmo, conflitantes. Outra dificuldade é decidir se o foco deve estar apenas sobre a forma de alcance dos objetivos oficiais ou se deve adotar uma visão mais ampla, partindo para o estudo de todos os efeitos do programa. (...) A escolha entre diferentes métodos de avaliação também é problemática. Vários mecanismos de coleta e análise de dados podem ser adotados, cada um gerando uma perspectiva diferente do programa avaliado. (ALA-HARJA; HELGASON, 2000, p.24)

Ainda sobre os procedimentos metodológicos acrescentamos as contribuições de Aguilar e Ander-Egg (1994, p. 98), quando afirmam que “a natureza da realidade social sua complexidade e seu caráter multifacetado, supõe uma diversidade metodológica quanto às formas e abordagens da realidade, derivada e exigida pela complexidade do objeto de estudo”. Nestes termos, os autores criticam a discussão desnecessária entre os métodos quantitativos e os métodos qualitativos, e concordam ainda, que tal dicotomia deve ser superada, dada a complexidade do social.

Considerando as questões apresentadas, os autores falam também sobre a necessidade de “avaliar avaliabilidade” (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994), ou seja, avaliar se a avaliação é viável, de modo que não se iniciem processos que não possam atender as necessidades ou objetivos mínimos de um processo avaliativo, além de atender as questões pertinentes, quais sejam: disponibilidade das informações; indicadores de avaliação; clareza dos objetivos e resultados a se alcançar. Nestes termos, destacamos Aguilar e Ander-Egg (1994, p. 89):

Nesta tarefa de avaliação da avaliabilidade trata-se de estabelecer e determinar se existem as condições mínimas para tornar possível a avaliação de um programa. Ora, para que um programa seja avaliável, antes de tudo é necessário que exista a vontade real de fazer avaliação. Suposto isto, temos de ver as questões concretas que tornam factível e realizável uma pesquisa avaliativa.

Portanto, segundo Aguilar e Ander-egg (1994) a avaliação refere-se a análise de processos ou resultados de uma atividade, que tem como objetivo contemplar a atividade a ser avaliada, a partir dos processos de formulação e desenvolvimento da política, das ações implementadas, ou dos resultados alcançados.

Na tentativa de aproximação com a perspectiva crítica de avaliação, Silva (2008, p.89), apresenta uma proposta que tem como pressuposto que “a avaliação de políticas e programas sociais deve ser percebida na relação dialética de duas dimensões a ela inerentes: a dimensão técnica e a dimensão política”. Acrescenta ainda:

A pesquisa avaliativa é uma aplicação sistemática de procedimentos de pesquisa para acessar a conceptualização, o desenho, a implementação e as utilidades de programas sociais de intervenção, de modo que os avaliadores se utilizam de metodologias de pesquisa social para julgar e aperfeiçoar, mediante as quais as políticas e programas sociais são conduzidos desde o estágio inicial de sua definição, elaboração e implementação. (SILVA, 2008, p. 113).

Silva (2008) traz alguns modelos de avaliação, dentre os quais destacamos: a avaliação política da política; a avaliação da engenharia do programa; a avaliação de processo; e a avaliação de impactos. Segundo Silva (2008, p. 149), na “avaliação de engenharia do programa o cerne das preocupações é a análise da consistência e da estruturação do plano em relação aos objetivos propostos”. Sobre a avaliação política da política a autora acrescenta:

Em relação a avaliação política da política, a análise se centra nos fundamentos e condicionamentos de ordem política, econômica e sociocultural que determinaram o processo de formulação da política ou de elaboração de um plano, voltando-se para a identificação e análise dos princípios de justiça social, implícitos ou explícitos, que orientam o processo de transformação de uma agenda pública em alternativas de políticas e de transformação de alternativas de políticas num programa a ser adotado e implementado. Interessa, na abordagem de avaliação política, considerar as seguintes dimensões: identificação e análise do referencial ético-político que fundamentou a política; dos determinantes de ordem econômica, política e sociocultural que condicionaram a formulação da política; dos princípios de justiça, explícitos e implícitos, identificando possível privilégio da acomodação social (caráter mantenedor ou meramente distributivo) ou promoção da equidade social (caráter redistributivo) (SILVA, 2008, p.149).

Destacamos ainda as distinções entre avaliação de processos e avaliação de impactos. Segundo Silva (2008, p. 151), a avaliação de processo, “trata-se de um procedimento de verificação e correção do funcionamento de um programa”, enquanto a avaliação de impactos, “refere-se a uma medida de desempenho da ação de um programa (desempenho físico, tangível, mensurável; alteração de índices; desempenho subjetivo: mudança de atitudes, comportamentos, opiniões)”. Logo, acrescentamos Silva (2008, p. 140), ao descrever sobre os métodos e técnicas e modelos de avaliação:

A avaliação de políticas e programas sociais se utiliza dos métodos e técnicas próprios da pesquisa social, sendo que a escolha destes decorre dos objetivos da política, de seu escopo, das questões a que se pretende responder com a avaliação; do tipo de avaliação que se pretende desenvolver; da disponibilidade de tempo, de recursos e até da referência do avaliador, exigindo conexão lógica entre objetivos, critérios e modelos de avaliação.

Considerando as contribuições de Silva (2008) compreendemos que a avaliação tem uma dimensão política que deve ser estudada de modo a contribuir com a garantia da efetivação e universalização dos direitos de cidadania. Contudo, temos que ter clareza que essa contribuição se realiza quando os resultados por ela produzidos servem para qualificar os usuários e a comunidade em geral nesse processo de conquistas de direitos. Logo, concordamos que esta estratégia de avaliar da autora ultrapassa o caráter estritamente técnico da avaliação fundado no modelo positivista, e mesmo agregando a dimensão técnica da avaliação, a autora acrescenta as perspectivas política e crítica. No entanto, consideramos que existem outras dimensões que devem ser incorporadas, além das dimensões já elaboradas por Silva (2008), não sendo esta, por sua vez, a perspectiva que consideramos ideal para o que buscamos em nosso estudo.

Temos, portanto, um quadro teórico, pautado na construção de modelos, classificações e, por sua vez, “mais preocupados com a medição e desempenho de uma suposta intervenção técnica e neutra do Estado, do que interessadas em revelar suas funções e papéis, na produção e reprodução das desigualdades sociais (BOSCHETTI, 2009, p. 578). Seguindo esta perspectiva de análise, Alves (2011, p. 128), destaca que “a racionalidade técnica reduz-se à sua dimensão instrumental, orientando operações pragmáticas e imediatistas, que visem à eficácia e à eficiência, segundo a racionalidade burguesa”.

De fato, dispomos de avaliações que produzem resultados aparentes sobre a realidade estudada, ou seja, “as múltiplas determinações que vinculam à essência dos fatos, fenômenos e processos são reduzidos a sua dimensão técnica nos moldes alienantes da racionalidade formal” (ALVES, 2011, p. 129). Nestes termos, as perspectivas de avaliação já citadas podem ser consideradas com um viés mais tecnicista e, por sua vez, são criticados por Boschetti (2009, p. 579):

Em nossa opinião, elas padecem de uma preocupação essencial tecnicista e gerencialista, pois enfatizam métodos e técnicas e carecem de análises qualitativas, dedicadas ao conteúdo e significado da política social e/ou

programa avaliados. Do ponto de vista metodológico, adotam uma abordagem sequencial, que trata as políticas sociais como um conjunto de ações que possuem início, meio e fim, e não como processo de formulação, execução e consolidação de direitos e serviços sociais que devem ser permanentes e universais.

Boschetti (2009) destaca que uma avaliação exige a compreensão de como o programa ou projeto se insere na totalidade da realidade social e, portanto, deve considerar a complexidade da vida social e as possibilidades de respostas para a questão social. A autora pontua ainda que o enfrentamento da questão social encontra-se na estrutura econômica e social e não apenas na implementação de uma política de enfrentamento a seus fragmentos. Portanto, tal perspectiva exige o abandono de análises teóricas simplistas que buscam apreender a relação entre a causa e o efeito de uma política ou programa para a solução de problemas individuais.

Logo, ao seguir uma perspectiva crítica, Boschetti (2009) aponta que ao avaliar uma política social devemos considerar os seguintes pontos: 1) buscar analisar a política em sua totalidade, situando o surgimento da política e sua relação com as diversas expressões da questão social; 2) revelar o caráter contraditório existente na política, relacionando com as questões estruturais, ou seja, fazer o elo entre os determinantes econômicos e as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora; 3) compreender as relações que se estabelecem para a formulação da política a partir dos atores envolvidos, apreendendo o papel do Estado e das normatizações legais, bem como, dos atores sociais que tencionam a partir de seus interesses de classe.

Pontuamos acima as dimensões históricas, econômicas e políticas culturais e institucionais, que segundo Boschetti (2009, p. 582), “não devem ser entendidas como partes estanques que se isolam, superpõem ou se complementam, mas como elementos de um todo profundamente imbricado e articulado”. Deste modo, tais dimensões não devem ser analisadas separadamente, ou mesmo, esquematizadas, como momentos que seguem uma sequência lógica onde o resultado demonstrará a eficiência, eficácia ou efetividade de determinada política, programa ou projeto.

Nesta perspectiva, devemos considerar no processo de avaliação de uma política ou programa social, as suas interfaces e complexidades, apreendendo os

determinantes sociais e as relações contraditórias entre os interesses do Estado e das classes sociais. E ainda, conhecer o desenho da política ou do programa e sua implementação, buscando identificar não apenas os limites, mas as possibilidades a partir de possíveis problemas ou entraves, entendendo estes, não apenas como funcionais (BOSCHETTI, 2009).

Logo, consideramos que o real não se estabelece como um organismo funcional e harmônico, no qual, por exemplo, a divisão do trabalho pode gerar laços de solidariedade, assim como descreveu Durkheim (1995). Ao contrário, o real é uma totalidade contraditória no contexto de uma sociabilidade específica onde se produziu as políticas sociais públicas e dentre estas destacamos o projeto estudado. Nestes termos, acrescentamos Boschetti (2009, p. 578), quando afirma que: “a avaliação de políticas sociais públicas deve ser orientada pela intencionalidade de apontar em que medida as políticas e programas sociais são capazes e estão conseguindo expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade”.

Portanto, não trabalhamos neste estudo, com as perspectivas que seguem modelos de avaliação, onde são empregados métodos e técnicas avaliativas preocupadas com o desempenho, o custo-benefício dos programas ou projetos e ainda, desprovidos de criticidade². Ao contrário, comprometidos com o fazer ciência, compartilhamos um desenho metodológico que tenta superar a imediatividade do aparente e busca, na essência dos fenômenos, o desvendamento sobre o modo de produzir e reproduzir os processos sociais mediados pela política social estudada. Com isso concordamos com a análise de Lukács (2012, p. 293):

Toda verificação de um fato e toda apreensão de um nexos, não são simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata; ao contrário partem daí para ir além, para investigar ininterruptamente toda factualidade na perspectiva do seu autêntico conteúdo de ser, de sua constituição ontológica. A ciência brota da vida, e na vida mesma – saibamos ou não, queiramos ou não – somos obrigados a nos comportar espontaneamente de modo ontológico.

Para tanto, além de desenvolvemos uma crítica ao modelo instrumental de avaliação, apresentamos uma proposta de pesquisa que possibilite conhecer

² Conforme destaca Boschetti (2009, p. 579):Essa abordagem sequencial explica as políticas sociais como sucessão linear de ações que invariavelmente, seguiram as seguintes etapas: a) identificação do problema; b) formulação de objetivos adaptado ao problema identificado; c) tomada de decisão; d) implementação/execução; avaliação de processo e/ou impacto; f) extinção ou manutenção da política, em decorrência da avaliação.

crítica e ontologicamente o objeto e a realidade a ser estudada em sua totalidade, sem pretensão de encontrar uma unidade lógica neste processo, e ao mesmo tempo, “elaborando conscientemente as determinações ontológicas que estão necessariamente na base de qualquer ciência” (LUKÁCS, 2012, p. 293). Tal proposta se fundamenta no método de Marx (MARX, 1996; MARX; ENGELS, 2010; LUKÁCS, 2012; NETTO, 2011).

A metodologia não constitui apenas de um conjunto de procedimentos e técnicas, ao contrário, consideramos neste processo, as aproximações teóricas que dialogam e constroem mediações com a avaliação, iniciando na concepção e concluindo, ainda que provisoriamente, com a análise e publicização dos resultados. Conforme desta Marx (1996, p. 140):

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori.

De acordo com Oliveira (1998, p. 22), “o método existe para ajudar a construir uma representação adequada das questões a serem estudadas.” Portanto, para a escolha do método consideramos, principalmente, os objetivos deste estudo, qual seja: o modo de inclusão do jovem pobre na sociabilidade capitalista, através da política de trabalho. Destacamos as reflexões de Netto (2011, p. 22):

Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

Marx (1996) nos revela que seu método de pesquisa é diferente de seu método de apresentação³, uma vez que sua pesquisa inicia-se com o real aparente, o que realmente existe, a realidade conforme se apresenta e se experimenta, ou seja, trata-se de uma descrição da realidade.

³ De acordo com Netto (2011, p. 27): “Para Marx, os pontos de partida são opostos: na investigação, o pesquisador parte de perguntas, questões; na exposição, ele já parte dos resultados que obteve na investigação”.

Em seguida, partindo dessa observação e descrição, Marx (1996) realiza aproximações com os autores que tratam da questão, e numa relação dialética entre realidade aparente e conceitos apresentados, constrói outros conceitos que seriam os conceitos fundamentais. Ao retornar a realidade aparente com tais conceitos fundamentais, ele apresenta um novo meio de interpretar e conhecer o real, permitindo, portanto, através do método dialético a construção do quadro conceitual e a explicação ou compreensão do real para além do aparente.

Na sua obra *Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política*, Marx (2007), apresenta o percurso para conhecer a realidade concreta. Utilizando as palavras deste clássico destacamos:

Parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto. Contudo, a um exame mais atento, tal revela-se falso. A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços, etc.

Ao passo que nos direcionamos através desta perspectiva teórica, nos aproximamos dos pressupostos marxianos, quais sejam: a historicidade, a contradição e a mediação. Logo, concordamos com Araújo (2003, p.264), quando afirma que, “para conhecermos o real na sua totalidade, é imprescindível conhecermos a sua historicidade, percebendo a complexidade das relações, mediações, e das contradições que o fazem ser movimento”. Nestes termos, o pesquisador deve ter a clareza das contradições da política pública no sistema onde ela se desenvolve, sem perder de vista os limites e as possibilidades em processo. De acordo com Castanho (1996, p. 16):

Por ser uma lógica ‘do movimento, no movimento’, a dialética supera a lógica formal, considerando-a como momento do entendimento, da decomposição ou análise do real. Permanecer no nível do entendimento, que é em suma a proposta do formalismo, significa congelar o real.

Para Lukács (2012, p. 294), “na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la”. Logo não há uma imediaticidade no modo de conhecer ou mesmo uma coincidência lógica

no movimento da realidade, sendo necessário, por sua vez, o exercício da crítica dialética na pesquisa, e ainda, segundo Netto (2009, p.672)

Cabe insistir na perspectiva crítica de Marx em face da herança cultural que era legatário. Não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de “crítica”, de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o “bom” do “mau”. Em Marx, a crítica do consciente acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais.

Ressaltamos Boschetti (2009, p. 581), quando afirma que “o princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta que, antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser compreendido como um momento do todo”.

De acordo com Lukács (2012, p. 297), “a totalidade não é, nesse caso, um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução ideal do realmente existente”. Seguindo esta linha de análise Alves (2011, p.133), acrescenta:

Portanto, os processos de avaliação da política social, aqui entendidos como lócus de produção do conhecimento na perspectiva crítica, devem propiciar a dessingularização dos fenômenos sociais para a ultrapassagem de sua aparência imediata inicial, aproximando-se da totalidade social, mas em um movimento dialético de retorno à esfera do singular, como concreto pensado, com todas as determinações essenciais.

Para que possamos atingir os objetivos propostos, de acordo com Netto (2011, p.25), “o sujeito deve mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação”. Portanto, o sujeito pesquisador tem um papel imprescindível nesse processo, buscando coerência e fidelidade nas aproximações com o objeto estudado, principalmente na construção das categorias e na percepção das contradições postas na realidade, uma vez que, “o método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (NETTO, 2011, p. 53). Nas palavras de Lukács (2012, p. 294):

O agir interessado representa um componente ontológico essencial, irrevogável, do ser social, seu efeito deformante sobre os fatos, a deformação do caráter ontológico deles, adquire aqui um acento qualitativamente novo, e isso sem levar em conta que tais deformações não afetam o ser-em-si da própria natureza em geral, como no ser social podem

– enquanto deformações – tornar-se momentos dinâmicos e ativos da totalidade em si.

Sinalizamos alguns aspectos que consideramos inicialmente necessários para uma aproximação e compreensão do fenômeno, considerando os pontos já destacados anteriormente, quais sejam: 1) conhecer os modos de vida dos sujeitos beneficiados e suas estratégias de mobilização e ações práticas, apreendendo as demandas e os significados em relação a determinado projeto. 2) desvendar a política a ser estudada, situando-a institucionalmente e territorialmente, na tentativa de compreender a lógica do governo e da gestão; 3) contextualizar histórica, política e economicamente a realidade estudada, para podermos situar as contradições nas relações entre Estado e classes sociais; 4) definir e apropriar-se das categorias construídas no processo de pesquisa.

Estes momentos se relacionam e se desdobram de forma dialética, num ruminar constante, em busca das mediações possíveis e ao encontro das contradições postas. Nas palavras de Lukács (2012, p. 297), “as categorias não são elementos de uma estrutura hierárquica e sistemática, mas ao contrário, são na realidade formas de ser, determinações da existência”. Portanto, destacamos Alves (2011, p. 134) quando afirma que, “se a avaliação é conduzida pela razão dialética, poderá ser transformada em instrumento capaz de reproduzir o real, no nível da consciência e das reflexões, como concreto pensado tendo, pois, neste momento, reconstruído seu objeto de investigação”.

Nesta perspectiva teórico-metodológica, não há determinação de instrumentos e técnicas específicos, para que o pesquisador consiga alcançar os objetivos e realizar as mediações necessárias. Ao contrário, os instrumentos e técnicas podem ser apropriados a partir das Ciências Sociais e de acordo com Netto (2011, p. 26), “não devem ser identificados com o método: instrumentos e técnicas similares podem servir (e de fato servem), em escala variada a concepções metodológicas diferentes”.

Netto (2011) reforça que o pesquisador deve ter a clareza que as conclusões do estudo pesquisa são provisórias. Contudo, os resultados das avaliações, ainda que provisórios, devem ser utilizadas como “instrumento” para reformular as políticas estudadas e, portanto, apropriados, não apenas, pelos gestores públicos, mas também, pelos usuários e demais grupos sociais.

O presente estudo é de natureza qualitativa e, portanto, concordamos com Richardson (2010, p. 80) quando afirma:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades dos comportamentos dos indivíduos.

Logo, desenvolvemos uma pesquisa sobre o modo de inclusão pelo trabalho de jovens pobres, tendo como campo de pesquisa o Projeto Primeiro Passo da Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará (STDS). Deste modo buscamos uma análise que se processou em um movimento dialético entre o empírico e as aproximações com as categorias conforme destaca Alves (2011, p. 132): “os avaliadores podem extrair categorias de análise que permitirão a partir do cotidiano, do imediato, reconstruir na esfera do pensamento as leis gerais que constituem e movimentam os processos sociais”.

Ressaltamos que a gestão do projeto acontece na STDS, contudo, os jovens que participam na Linha de Ação Estagiário realizam seus estágios nas diversas secretarias e órgãos da administração Estadual, bem como em instituições privadas. Portanto, delimitamos uma linha de ação do Projeto Primeiro Passo e um campo de estágio para desenvolver a pesquisa com os jovens, qual seja: a Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), secretaria na qual trabalhamos desde o ano de 2009. Nestes termos, a pesquisa documental, o estudo bibliográfico, a observação e as entrevistas com os jovens que participam do projeto foram realizadas no espaço institucional da SEPLAG, durante os anos de 2011 a 2013.

Destacamos que o foco da pesquisa de campo são os jovens e o modo com que os mesmos se relacionam com o Projeto Primeiro Passo. Em seguida realizamos mediações com o modo de inclusão pelo trabalho e o modo de vida dos trabalhadores pobres no capitalismo. Portanto, definido nosso objeto de estudo, seguimos os seguintes passos metodológicos:

1) estudo bibliográfico sobre as temáticas relacionadas buscando aproximações com as com as categorias e relacionando com a realidade em estudo. Logo, realizamos o estudo das seguintes categorias principais e secundárias:

a) o trabalho, enquanto uma categoria ontológica do ser social,

mediada pelos processos de alienação no capitalismo;

b) a pobreza no capitalismo e suas mediações com a questão social e a exclusão social;

c) as políticas sociais enquanto enfrentamento da questão social e sua construção sócio-histórica no Estado Capitalista, com foco nas políticas de inclusão de jovens pobres;

d) as juventudes, contextualizada com a perspectiva de cidadania na sociabilidade capitalista, com foco nas relações sociais, nas categorizações socialmente construídas e no Projeto Primeiro Passo.

2) pesquisa documental onde tratamos da análise do projeto conforme a STDS apresentou para a Gerência Executiva do Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP) como meio para conseguir financiamento e uma avaliação realizada por meio de uma empresa contratada pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), gestora do FECOP. Realizamos um aprofundamento sobre a proposta e o funcionamento do projeto, tendo como foco apreender a lógica que perpassa a sua concepção e ainda, seu modelo de organização e operacionalização. As informações devem subsidiar a análise das seguintes questões:

a) a gestão do projeto, com foco nas parcerias, organização e financiamento;

b) a proposta pedagógica, com foco nas atividades e objetivos;

c) o funcionamento e operacionalização, visando o percurso do jovem durante o período de participação;

d) o perfil do jovem;

3) entrevistas com os estagiários do Projeto Primeiro Passo em atividade na SEPLAG, visando aproximações com os sujeitos jovens, seus modos de vida, as relações sociais e expectativas em relação a estudo e trabalho, bem como a experiência com o projeto.

4) Observação aos estagiários em atividade na SEPLAG, visualizando a rotina, as relações desenvolvidas, as desistências do projeto, o contato com os egressos, entre outras.

A pesquisa bibliográfica fortalece o processo de reflexão iniciado com a aproximação aos jovens estagiários, permitindo ampliar nossa visão acerca da

temática e sobre as várias possibilidades de conhecer a realidade estudada (GIL, 1999). Este percurso de estudos se estende por todo o desenvolvimento da pesquisa, entre agosto de 2011 a dezembro de 2013, permitindo o diálogo entre o que já foi produzido sobre as categorias e a realidade empírica em sua complexidade. Contudo, tivemos a preocupação com as informações adquiridas através destas fontes, garantindo a qualidade do estudo que desenvolvemos e reduzindo os riscos de informações não verídicas. Seguindo as orientações de Gil (1999, p. 28), “convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-as cuidadosamente”.

Segundo Richardson (2010, p. 230), “a análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados”. O estudo documental, ou seja, as informações oficiais que possam caracterizar o projeto, conseguidos através da SEPLAG, com destaque para o projeto submetido ao CCPIS para garantir financiamento através do FECOP e o Relatório de Avaliação de Impactos que encontra-se disponível no site do FECOP a partir de 2013. Realizamos uma visita agendada aos membros da gestão do Primeiro Passo, na STDS, contudo obtivemos apenas informações básicas do projeto e sobre o quantitativo de atendimento no ano de 2013, que também se encontram disponíveis no site da STDS.

Toda a trajetória no campo foi contemplada com a observação participante e anotações no diário de campo. De acordo com Minayo (2003, p. 59), “a técnica da observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”. Esta técnica foi imprescindível para nossa interação com os sujeitos e reconhecimento das relações e organização do trabalho no contexto onde realizaram o estágio. Apreendemos ainda algumas questões que não foram apresentadas nas entrevistas, bem como, situações observadas em jovens que não foram entrevistados. Logo, estabelecemos a relação entre o discurso e a realidade dos espaços ocupacionais dos estagiários.

Utilizamos as entrevistas como técnica de coleta das informações. De acordo com Haguete (1999, p.86), “a entrevista é um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas o entrevistador, tem por objetivo a obtenção das informações”. Neste estudo escolhemos a entrevista semi-estruturada, uma vez que, as questões abertas permitiram aos jovens um melhor diálogo com o pesquisador sobre as questões de interesse e relevância para o estudo. Ainda segundo Haguete (1999, p. 88), “temos que reconhecer que estamos recebendo meramente o retrato que o informante tem de seu mundo, cabendo a nós, pesquisadores avaliar o grau de correspondência de suas afirmações com a ‘realidade objetiva’, ou factual.” As entrevistas realizadas em 2012 foram gravadas com a permissão dos entrevistados e depois transcritas.

Realizamos seis entrevistas com os jovens estagiários que atuam SEPLAG, sendo duas mulheres e quatro homens. Os entrevistados foram identificados com nomes fictícios para garantir o sigilo de suas identidades. O contato com os jovens e as entrevistas realizadas no espaço institucional da SEPLAG. Como critério de escolha para os jovens, destacamos: estavam a mais de seis meses em atividade de estágio e ter 18 anos ou mais de idade. O tempo de estágio mínimo foi estabelecido para que o jovem tivesse experiência, sendo capaz de realizar algumas reflexões sobre o Projeto Primeiro Passo. Foram escolhidos os jovens maiores de 18 anos por estes serem capazes de autorizar sua participação na pesquisa sem necessidade de autorização dos responsáveis.

Ao término das entrevistas e da coleta de informação sobre o projeto realizamos a organização dos achados em categorias, quais sejam: trabalho, pobreza, cidadania, juventude e políticas sociais, com foco no Projeto Primeiro Passo. As categorias de acordo com Netto (2009, p. 685),

São objetivas, reais (pertencem a ordem do ser – são categorias ontológicas); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem a ordem do pensamento – são categorias reflexivas). Por isto mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias: as categorias próprias da sociedade burguesa só tem validade plena no seu marco (um exemplo: trabalho assalariado).

Separamos as categorias principais para uma compreensão didática das questões postas, contudo, certos estamos que este conjunto constitui a historicidade

do sujeito e implicam em elementos que se relacionam de forma dinâmica e dialética com a realidade social. Portanto, tratamos de uma reflexão e análise ontológico dialética, ou, seja, sobre a realidade dos sujeitos e suas múltiplas conexões (LUCKÁCS, 2010).

Nestes termos, como técnica de análise das informações qualitativas trabalhamos com análise de conteúdo (BARDIN, 2010), sendo este um procedimento utilizado para a organização das categorias e a análise das comunicações. De acordo com Pais (2001, p. 115), “trata-se de um método destinado a desestabilizar a inteligibilidade imediata das superfícies textuais das entrevistas transcritas, mostrando, em contrapartida, as suas características latentes – e, logo, ocultamente presentes”. Ainda sobre a análise de conteúdo Richardson (2010, p. 225) destaca:

Pela sua natureza científica, a análise de conteúdo deve ser eficaz, rigorosa e precisa. Trata-se de compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características (gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas etc.) e extrair os momentos mais importantes. Portanto deve basear-se em teorias relevantes que sirvam de marco de explicação para descobertas do pesquisador.

De acordo com Campos (2004), a análise de conteúdo segue fases a seguir descritas: a fase pré-exploratória do material, com o objetivo de conhecer as principais ideias apresentadas inicialmente no material coletado; seleção das unidades de análise, de acordo com os objetivos do estudo, as temáticas a serem abordadas e as teorias que fundamentam a análise e; o processo de categorização e subcategorização, onde se agrupam as questões a serem avaliadas, de acordo com as categorias principais já definidas no corpo deste estudo e as que poderão surgir no desenrolar do processo de construção. Estas fases acontecem de forma dinâmica e dialética, uma vez que, “os conceitos encontram-se encarnados em expressões literais, mas a relação não é unívoca: distintas expressões literais podem representar um mesmo conceito (sinonímia), e a mesma expressão literal podem representar conceitos distintos (homonímia)” (PAIS, 2001, p. 150).

Logo, destacamos que todo o processo de construção da pesquisa nos possibilitou aproximações sucessivas com a realidade para além do aparente, uma vez que, de acordo com Alves (2011, p. 132), “a aproximação com a realidade concreta permite movimentos sucessivos de ultrapassagem da aparência dos

fenômenos reificados na cotidianidade”. Portanto, todo o processo que desencadeou o texto final buscou as contradições postas entre a realidade social e o ser social em seu contexto, tomando os cuidados necessários para não fazer uma relação lógica, direta e imediata, perdendo de vista a análise dos complexos sociais ou ainda, isolando o sujeito deste processo e tornando-o distante das mediações mais gerais da sociedade.

Nesta perspectiva, realizamos uma apresentação inicial dos sujeitos jovens entrevistados nesta pesquisa, uma vez que, suas falas estarão presentes nas páginas deste trabalho. Os seis jovens têm entre 18 e 19 anos, estudam em escolas públicas estaduais e cursam entre o 2º e 3º anos do ensino médio. Contudo, apesar das semelhanças e da classificação pela política pública como “jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social”, buscamos nesta apresentação partir do real aparente, exatamente como eles se permitem conhecer, sem perder de vista que a contradição “é o próprio modo de ser do real” (CASTANHO, 1996, p. 16).

2.2 Os jovens em “situação de risco e vulnerabilidade”

Os jovens que entrevistamos neste estudo, têm um nome, uma família, estilos definidos ou desejados, sonhos e uma história em construção. Escolhemos um recorte de classe, contudo, as definições oficiais sobre a classe pobre e a classe média no Brasil atual não permitiria agrupá-los na mesma categoria, dada a diferenças socioeconômicas dos estagiários. Portanto, consideramos a diversidade dos jovens, bem como, as oportunidades reais em suas vidas, principalmente o acesso a bens e a estrutura familiar que garante, ou não, segurança. Ainda assim, os tratamos como pobres, pois entendemos a diversidade desse grupo social, ou seja, são muitos os modos de viver e conviver da classe pobre trabalhadora. Nesta perspectiva, destacamos Chauí (2013, p. 130), quando afirma: “uma classe social não é um dado fixo, definido apenas nas determinações econômicas, mas um sujeito social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesmo e se transforma por meio da luta de classes”.

Além da condição de renda, as outras classificações e categorizações construídas a partir dos jovens pobres moradores dos bairros populares e

periféricos, também se tornam pauta da nossa discussão neste trabalho e, portanto, utilizamos uma breve definição para introduzir os entrevistados neste estudo, qual seja: “pertencem a classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, no campo e na cidade” (FRIGOTTO, 2004, p. 181).

Júlio, 18 anos, cursa o 3º ano do ensino médio, mora no bairro Lagamar, com mãe e o padrasto. Único homem e mais novo entre os irmãos. As irmãs são casadas e moram em outra casa. “Tipo assim, eu tenho meu pai que me teve, tem meu pai que me registrou desde criança e meu padrasto agora”. Julio faz referência ainda, a “família LGBT”, ou seja, um grupo que ele considera família e sobre o qual destaca: “é um lugar onde eu me sinto identificado, as pessoas que gostam da mesma coisa que gosto”. Os três pais já sabem de sua orientação sexual, “meu pai biológico disse que chegaram pra ele e contaram, aí ele olhou nos meus olhos e disse: olha não importa o que as pessoas dizem, você é meu filho de sangue, eu aceito você do jeito que você é”. O jovem sonha em ter independência financeira e morar sozinho, mantendo certo distanciamento do núcleo familiar, a mãe “me chamava de baitola, que ia me botar pra fora de casa e as palavras que ela falava machucava bastante”. Entre os problemas, comenta sobre o envolvimento de familiares com drogas, não os membros da “família LGBT” que ele escolheu, mas justamente, o grupo familiar sobre o qual não teve escolha. A convivência com as drogas e a violência acontece no cotidiano do bairro, “os que não estão nas gangues estão nas drogas mesmo, roubando, eles estão todo dia na mesma vida, eu passo digo oi e eles estão na mesma vida, só usando drogas”. Em meio a tempestades, Júlio encontrou outra família, a Fundação Marcos de Bruin: “a fundação é minha casa, sempre foi minha casa, foi ali que eu senti assim, um meio de fuga (...), tipo a Fundação pra mim é uma família”. A música é uma das paixões que conseguiu desenvolver entre as atividades culturais oferecidas na Fundação. Mesmo com tantas famílias precisa trabalhar, “trabalhar pra mim é procurar ocupar a minha cabeça, o dinheiro também é bom, ter dinheiro pra sair”. O Projeto Primeiro Passo foi uma oportunidade real para atender esta expectativa de ocupação e renda e acrescenta: “Primeiro Passo pra mim foi ótimo, também a questão do dinheiro, mas também a aprendizagem, o que eu aprendi aqui vou leva pro resto da minha vida”. O

aprendizado que Júlio se refere e valoriza não é técnico, mas principalmente das interações, “ganhei amigos, foi isso que eu ganhei, uma família, mais uma família, fazem parte da minha história e eu faço parte da instituição”. E sobre o futuro próximo o jovem reafirma seu desejo de mudança do bairro e de vida: “fazer faculdade, me formar, é isso, morar só, pretendo sair dali, eu quero sair de lá”.

Maurício, 18 anos, cursa o 2º ano do ensino médio. Mora com os pais e irmãos no bairro Cidade dos Funcionários. O pai é comerciante e a mãe servidora pública. Ele é “um cara que gosta de sair, festas, gosta de dormir, louco por luta, apaixonado, fissurado”. Não esconde sua paixão pelas lutas, mas no momento está sem poder treinar por conta de problemas musculares, “aí vou dar um foco a mais nos estudos”. Pela renda dos pais não se enquadraria nos critérios de pobreza para ingresso no projeto, mas esclarece: “uma coisa que eu sempre quis foi não mostrar para meus pais que pra frente eu serei dependente deles”. Logo, o Projeto Primeiro Passo o ajudou a conquistar independência financeira, uma vez que, com a bolsa ele destaca: “eu comprei um computador novo pra mim, comprei muita roupa e cinema com namorada, sair com os amigos”. Mora em bairro de classe média, não convive com os jovens da escola e busca relações com pessoas de bairros mais nobres, “Varjota, Aldeota, Beira mar, Meireles, pra banda de lá.” No momento da entrevista ele estava na última semana de estágio seu projeto para o futuro “é fazer uma faculdade de economia, conseguir ter um bom desempenho nessa faculdade pra quando sair ter logo um emprego garantido, pra me sustentar depois. Após alguns meses do término do estágio retornou para uma visita na instituição e comentou que seu pai havia aberto uma livraria no Centro da cidade e que ele estava administrando.

Paula, 18 anos, cursa o 2º do ensino médio. É uma jovem da zona rural do interior do Estado que deixou a casa dos pais agricultores para morar em Fortaleza na casa de uma conhecida da família, “porque lá não tem oportunidade pra gente como aqui tem, aqui eu tenho oportunidade de fazer cursinho que lá não tem, lá só tem mesmo o estudo no nível muito baixo e aqui é muito melhor que o de lá”. Mora no bairro Cidade dos Funcionários, na casa de uma senhora a qual chama de tia e que é servidora pública estadual. Ela é a terceira, entre os dez irmãos, que saiu de casa para morar em Fortaleza na casa de conhecidos. Seguem esse ritual como

estratégia pra fugir das condições difíceis de vida, “a gente pegava um saco de feijão colocava no chão e ia debulhar, passava a noite debulhando, meu pai não deixava a gente dormir cedo, só ia dormir quando terminasse”. Encantada com a vida na capital e o acesso ao mundo virtual não deseja retornar a morar no interior, “eu comecei a ter *orkut*, *facebook*, aqui eu tive contato com internet, sabia nem o que era”. Logo, conquistou uma nova família, “agora eu construí outra família porque eu moro aqui em Fortaleza, agora eu tenho a minha mãe, que chamo ela de tia, mas eu tenho ela como uma mãe pra mim”. Sobre as vivências no interior relembra o acesso às drogas que os jovens de sua idade estão tendo, bem como a violência vivenciada na familiar, “era frequente, de chicote, de corda e a minha mãe me batia de talo de coqueiro, só que da última vez eu tomei da mão dela, ai quando chegou em casa ela contou pro pai e ele me deu uma pisa, eu apanhava muito do meu pai”. Através da participação no Projeto acessou ainda bens de consumo considerados necessários para os jovens: “com o dinheiro do Primeiro Passo, eu comprei meu notebook, meu celular e minha câmara digital, coisas que meus pais nunca iam poder dar pra mim, porque eles não têm condições”. Finalizando a participação no Projeto ela esclarece: “agora eu preciso estudar, só estudar mesmo e ajudar lá em casa. Se aparecer algum cursinho, eu quero fazer, quero fazer curso de inglês e espanhol, quero me formar, ficar ganhando meu dinheirinho e ajudar meus pais”.

Caio, 18 anos, cursa o 3º ano do ensino médio. Os pais tem um pequeno comercio em casa no bairro Coaçu. Sobre o bairro destaca: “o que pesa mesmo lá é o tráfico de drogas, o tráfico de drogas é meio pesado, mas graças a Deus meus pais me ensinaram muitas coisas”. Mesmo assim sofre pelo preconceito de ser morador do bairro e mostrando-se constrangido revela: “eu várias vezes já fui abordado pela polícia”. Aprendeu cedo que deveria trabalhar e contribuir com a família e antes de ingressar no Projeto Primeiro Passo trabalhava num supermercado, “trabalhava sábado e domingo, feriado, trabalhava também na rota, fazendo a rota Messejana, entregando as compras, ganhava um dinheiro bom, na época ganhava gorjeta essas coisas, mas era muito puxado”. Conheceu novos irmãos ao tornar-se evangélico há seis anos e acrescenta: “um dia eu necessitava, eu me achava uma pessoa muito fazia, uma pessoa que queria preencher a minha vida com as coisas desse mundo e não preenchia, então eu vi que em Cristo, em

Jesus, eu poderia preencher”. Avalia a participação no projeto de forma positiva, uma vez que “fiz muita amizade com muita gente aqui dentro, algumas sim, algumas não, alguns gostam do meu trabalho, outros não, mas eu faço aquilo que eu gosto, eu vi que era um projeto que dava oportunidade da pessoa crescer” e ainda pontua: “tenho tempo pra viajar, ir pro interior evangelizar”. A bolsa no valor aproximado de 307 reais, também é parte significativa do Projeto: “fazia uns pagamentos, ajudava em casa com a água e com luz, o resto eu gastava”. O jovem deseja no futuro próximo cursar uma faculdade e conclui: “cabe a mim me esforçar mais, porque meus concorrentes tão estudando e eu to aqui dividindo várias coisas, escola, estudo, trabalho, mas se eu não entrar nesse ano eu tento no outro”.

Tadeu, 19 anos, cursa o 3º. ano do ensino médio e apresenta-se como “uma pessoa brincalhona, amizade verdadeira, não gosto de mentira, sou muito realista, falo o que eu penso e o que eu acho”. Mora com o pai e sua mãe mora com o companheiro atual, mas destaca: “somos muito unidos, mesmo não estando juntos, nós somos unidos”. O bairro onde mora não fica na periferia da cidade e ele acredita sentisse aceito e conhecido entre os moradores, mesmo aqueles que considera “errados”. Lembrando destes, acrescenta: “a maioria dos meninos que são errados já foram meus colegas de infância, eu sou um dos poucos que saiu fora, não quis me envolver no lado errado, foi eu e um colega meu que eu puxei ele junto comigo”. Ser errado para ele é “mexer com drogas, com roubos, pichações, gangues”. Iniciou os estudos em escola particular, mas os pais não conseguiram pagar por muito tempo e ele se deparou com as limitações da realidade ainda na infância e destaca: “foi uma experiência meio difícil, mas deu pra aguentar, comecei a me enturmar, conheci todos os professores”. Estas e outras vivências o tornaram mais decidido a satisfazer suas necessidades e o fez descobrir os meios “corretos” para conseguir o que deseja ou pelo menos tentar, e com entusiasmo destaca: “gosto de trabalhar, como meu pai fala, depois de ter o gosto, o sabor do próprio dinheiro”. Portanto, começou a trabalhar na adolescência como entregador de um comércio próximo de casa e ajudante em uma empresa domiciliar de conserto de impressoras: “eu tento ao máximo batalhar pra mim ter um emprego pra poder sustentar eu, eles e a família que eu tiver, no caso filhos, mulher, ter uma própria casa, comprar meu carro”. O Projeto Primeiro Passo veio como uma oportunidade

de ocupação e de renda garantida por um ano, proporcionando ainda o contato com a burocracia do Estado e descreve: “então me ensinou como uma empresa funciona, me ensinou como conviver com as pessoas de trabalho, que eu não tinha essa experiência, me ensinou a ter mais responsabilidade, porque é uma coisa que a gente mexe com documentos de outras pessoas, então me fez ter responsabilidade por isso”. Mas enfim a participação no projeto chegou ao fim e sobre isso ele manifesta: “depois daqui não sei, eu to meio preocupado, eu to atrás de emprego, to fazendo meus currículos, colocando pra frente, eu queria assim que saísse daqui já fosse pra outro, não ficasse parado”.

Juliana, 18 anos, cursa o 3º. ano do ensino médio. Mora com os pais, um policial militar e uma servidora pública de nível médio e comenta: “eles sempre foram bastante presentes, meu pai principalmente”. O Projeto Primeiro Passo foi a sua primeira experiência de trabalho, uma vez que a família não necessita de ajuda e a jovem não precisa trabalhar para contribuir com as despesas de casa, conforme destaca: “as vezes eu vejo os meninos dizendo que ajudam o pai e meu pai não deixa, ele ganha razoável e minha mãe também”. A realidade vivenciada pela jovem na família e na comunidade faz com que acredite não estar de acordo com os critérios do projeto, destacando: “acho que ele foi feito mais para as pessoas da periferia que tem qualidade de vida baixa, eu num me enquadro muito não”. Estuda em escola pública, contudo é o Colégio Militar e segundo ela descreve, “porque assim, meu colégio é do Estado, mas o nível das pessoas que estudam lá não é tão baixo quanto das outras pessoas que estudam em colégio público, lá é bastante diferente, dificilmente não tem aula e se falta professor, sempre é repostado, não tem greve”. Avalia a participação no projeto de forma positiva, uma vez que a ajudou a driblar a timidez e a perder o medo de conviver com as pessoas no ambiente de trabalho, ainda assim acrescenta: “atrapalha um pouco, porque assim, eu venho direto do Colégio e quando eu saio daqui eu saio bastante cansada, eu chego e aquele tempinho que tenho pra estudar as vezes eu durmo”. Sobre o futuro pós Primeiro Passo ela esclarece: “acaba agora em julho, eu não vou procurar nada, nem estagiar, vou esperar o ENEM e acabar o ano”.

2.3 O Projeto Primeiro Passo

No Estado do Ceará, em 2007 surge o Projeto Primeiro Passo, criado pelo governo estadual através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, que tem como objetivo criar oportunidades de inclusão social e profissional para adolescentes e jovens. O público alvo é constituído por jovens entre 16 e 24 anos de idade, oriundos da rede pública de ensino, preferencialmente, que se encontre em situação de vulnerabilidade pessoal, econômica e social. Os recursos financeiros são do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP)⁴.

Na estrutura organizacional da STDS existe a Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda⁵, onde acontece as ações de desenvolvimento e gestão da Política da Juventude⁶. Composto esta coordenadoria existe a Célula de Educação Profissional que por sua vez engloba o Núcleo de Educação Profissional Primeiro Passo. O Projeto Primeiro Passo possui três linhas de ação que abrange todo o Estado do Ceará: Jovem Aprendiz, Jovem Estagiário e Jovem Bolsista.

Na Linha de Ação Aprendiz são atendidos estudantes da 3^a. série do ensino médio ou jovens que já concluíram. Estes são qualificados através de formação técnico-profissional e simultaneamente inseridos em empresas privadas, por um período de 16 (dezesseis) meses. A capacitação é realizada pela gestão do projeto, que oferece ainda, fardamento, lanche e material didático e as atividades práticas (estágio) são realizados nas empresas conveniadas. A bolsa é paga pela própria empresa, sendo calculada pelo salário mínimo/hora. Três empresas

⁴ O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) foi instituído pela Lei complementar Nº 37, de 26 de novembro de 2003 e regulamentado pelo Decreto Nº 27.379 de 1º de março de 2004. Os recursos do "FECOP" são originários de parcela do produto da arrecadação correspondente ao adicional de dois pontos percentuais na alíquota do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS), ou do imposto que vier substituí-lo, incidente sobre os produtos e serviços abaixo especificados: bebidas alcoólicas, armas e munições, embarcações esportivas, fumo, cigarros, energia elétrica, gasolina, serviços de comunicação e de outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

⁵ A Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda da STDS, coordena, executa e monitora as atividades que visam proporcionar os trabalhadores em geral educação social e profissional, preparando-se para enfrentar a realidade do mercado de trabalho.

⁶ Além do Projeto Primeiro Passo são desenvolvidas outras ações visando a capacitação e a inclusão através do trabalho, quais sejam: a Escola de Vida Sabor e Arte, Projeto Transformando Vidas, Juventude Empreendedora, Projovem urbano – juventude cidadã.

montaram estruturas nos Centros Educacionais de Privação de Liberdade, dando oportunidade para que os jovens infratores participem do projeto durante a internação. Esta linha de ação do Primeiro Passo encontra-se fundamentada também na Lei de Aprendizagem (Lei n. 10.097/2000).

Na Linha de Ação Estagiária, estudantes do 1º. e 2o. anos do ensino médio são encaminhados para realização de estágio em instituições públicas e privadas com duração de um ano. Os jovens passam por um treinamento de três turnos (aproximadamente 10 horas/aula) e são encaminhados principalmente para os órgãos públicos para desenvolvimento das atividades por um turno de 04 (quatro) horas diárias. As atividades podem ser de atendimento ao público, tele-atendimento, almoxarifado, digitalização de processos, digitação de textos entre outras atividades que comuns no serviço público. Apesar da possibilidade dos estágios serem realizados em empresas privadas, não houve grande adesão em convênios. As bolsas com valor aproximado de 308,00 reais são pagas pelas secretarias e órgãos estaduais, bem como o vale transporte. Fundamenta-se ainda, na Lei de Estágio (Lei n. 11. 788/2008).

A Linha de Ação Bolsista é destinada a jovens de 16 a 21 anos que estejam cursando a 8ª e 9ª. séries do ensino fundamental, todas as séries do ensino médio ou ainda Educação de Jovens e Adultos (EJA) III e IV. Os jovens realizam uma capacitação profissionalizante em áreas diversas durante 05 (cinco) meses e recebem uma bolsa no valor de 100,00 (cem) reais. As capacitações acontecem nas próprias instituições conveniadas, como por exemplo, associações do bairro ou ainda, Prefeituras Municipais, desde que as mesmas tenham estruturas pra desenvolver os cursos. As bolsas e a capacitação são financiadas pela STDS através do Projeto Primeiro Passo e em contrapartida as instituições parceiras oferecem o espaço físico. Os jovens selecionados que participam dos cursos são da própria comunidade ou município e, portanto a escolha do curso dependerá das demandas locais. Assim como na modalidade Jovem Estagiário, existe a necessidade de convenio com instituições parceiras (privadas, públicas ou não governamentais). Nesta modalidade não existe estágio e os jovens poderão participar de outra linha de ação posteriormente.

Em 2013 foi publicado um relatório sobre a avaliação de impactos de nove projetos financiados com recursos do Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP), sendo o Projeto Primeiro Passo (todas as modalidades), um deles. A pesquisa desenvolvida a partir de informações de 2010 e, portanto, com uma significativa demora na conclusão e publicação, foi coordenada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica (IPECE), por solicitação da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), órgão responsável pela gestão do FECOP. De acordo com o relatório da pesquisa, a avaliação teve como ênfase os pontos a seguir: “eficácia do projeto (em relação às metas traçadas) e impactos socioeconômicos sobre os beneficiários do projeto” (SEPLAG, 2013, p.23).

Na avaliação de impactos do Projeto Primeiro Passo foi utilizado à aplicação de questionários entre os jovens participantes dos municípios de Fortaleza, Horizonte, Maranguape e municípios do interior do Estado (Sobral, Juazeiro do Norte e Crateús). Tinha como objetivo “analisar os aspectos referentes à qualidade de vida dos beneficiários na dimensão saúde, segurança alimentar, capital social, econômica, trabalho, cultura e esporte, acesso a bens de consumo, condições de moradia e proteção da violência”. Apesar da amplitude das questões abordadas pela avaliação, o projeto apresentava em 2010 objetivos amplos que envolviam todos estes aspectos. No entanto, os resultados, de acordo com o parecer do IPECE, apontaram:

Os indicadores quantitativos e qualitativos apontam que o objetivo principal que é o da qualificação profissional, vem sendo atingido. No entanto, não foram observados impactos significativos nos demais índices, embora ainda com evidências de baixa relevância no projeto na promoção das mudanças esperadas. (SEPLAG, 2013, p. 23)

O relatório também apresenta as considerações da STDS sobre os resultados da pesquisa nas quais a gestão do Projeto Primeiro Passo justifica que a qualidade de vida dos jovens envolve outras políticas e, portanto, seria realizado o redimensionamento dos objetivos do projeto. Desta forma, entre os anos de 2012 e 2013 (período que realizamos o estudo documental e tivemos acesso aos projetos submetidos ao FECOP), o objetivo do projeto já estava reformulado e tinha como foco apenas a qualificação profissional e a inserção no trabalho através de estágios remunerados.

Em 2013, as estatísticas sobre o desempenho do Projeto Primeiro Passo apontam que, entre janeiro e dezembro, foram atendidos 12.957 jovens. Destes, 4.291, na modalidade Estagiário, 3.512 na modalidade Aprendiz e 5.150 na modalidade Bolsista.

3 TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POBREZA

3.1 O trabalho no sistema do capital

No processo de resgate do homem e da história, Marx (1996; 2010) analisa o trabalho como “categoria fundante”, ou seja, a primeira relação do homem com a natureza, por meio da qual o homem abandona seu caráter puramente biológico e se reproduz no contexto das relações sociais. Seguindo essa linha de pensamento, o trabalho é capaz de diferenciar o homem da natureza, além de gerar novas necessidades e novas possibilidades, ao indivíduo e a sociedade⁷.

Nesta perspectiva, o trabalho remete necessariamente para além de si, criando necessidades que ele próprio não poderá satisfazer ou solucionar. Assim, ao ter uma finalidade precisa, qual seja: produzir algo a partir da necessidade planejada, o trabalho produz, ao mesmo tempo, outras necessidades que são independentes da consciência, necessidades e possibilidades subjetivas, ou seja, de ser ou não ser (LUKÁCS, 2010; 2012; LESSA, 2007; TONET, 2005). Trata-se nesse ponto da causalidade, em outras palavras, as causas que geram outro efeito não previamente pensado⁸. De fato, teleologia e causalidade para Lukács, conforme destaca Tonet (2005, p. 35), “embora sejam entre si heterogêneos, constituem, no processo de trabalho, uma unidade indissolúvel”. Nestes termos, “o trabalho é, portanto, resultado de um pôr teleológico que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente no ser biológico

⁷ De acordo com Lukács (1978, p. 5): Com justa razão pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá resposta. Com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca. Todavia, o núcleo da questão se perderia caso se tomasse aqui como pressuposto uma relação imediata. Ao contrário o homem é um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bastante articuladas.

⁸ Lukács recorreu a Aristóteles para compreender claramente as complexas conexões entre teleologia e causalidade a partir do trabalho. A teleologia está presente na própria colocação de finalidades. A causalidade é dada pela materialidade fundante, pelo movimento que se desenvolve em suas próprias bases, ainda que tendo como elemento desencadeador um ato teleológico” (ANTUNES, 2009, p. 137).

dos animais (ANTUNES, 2009, p. 136).

O trabalho neste contexto torna o homem um “ser social”⁹, se constituindo numa relação que possibilita ao homem produzir para além da atividade planejada e objetivada, ou seja, cria novas necessidades e possibilidades que estão adiante da satisfação da materialidade e da sobrevivência, bem como, das relações anteriormente postas¹⁰ (LUKÁCS, 2012; 2010; 1978). De acordo com Behring e Boschetti (2008, p. 53), “se sua base material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, de identidade, de costumes e vida”.

Temos neste processo o desenvolvimento das capacidades humanas e a construção de um novo modo de ser e de se relacionar no mundo, com destaque para o caráter contraditório do ser social, qual seja: a realização consciente de atividades planejadas em contextos permeados por causalidades postas. Nas palavras de Lukács (1978, p. 6), “a necessidade social só se pode afirmar por meio da pressão que exerce sobre os indivíduos, a fim de que as decisões deles tenham uma determinada orientação”. Nestes termos, o homem faz escolhas que, por sua vez são determinadas pela dimensão objetiva e subjetiva do ser social. Segundo Marx e Engels (2010, p. 52):

(...) os homens, ao desenvolverem sua produção material e relações materiais, transformam, a partir da sua realidade, também o seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência. Pela primeira maneira de considerar as coisas, parte-se da consciência como o próprio indivíduo vivo; pela segunda, que é a que corresponde a vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos, e se considera a consciência unicamente como a sua consciência.

De fato, a nossa consciência está relacionada com as nossas condições

⁹ De acordo com Antunes (2009, p. 136): “Embora seu aparecimento seja simultâneo ao trabalho, a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem etc. encontram sua origem a partir do próprio ato laborativo. O trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré humanas para o ser social.”

¹⁰ De acordo com Lessa (2007, p.81): “É essa propriedade essencial ao trabalho - ser um tipo de reação ao ambiente que produz algo ontologicamente antes inexistente, algo novo – que lhe possibilita destacar os homens da natureza. Em outras palavras, é a capacidade essencial de, pelo trabalho, os homens construírem um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelos atos humanos e cada vez menos determinada pelas leis naturais, que constitui o fundamento ontológico da gênese do ser social. E toda essa processualidade tem, no processo de generalização detonado pelo trabalho, seu momento fundante.”

objetivas de vida, uma vez que esta materialidade está imbricada de concepções de mundo capazes de generalizar situações específicas a situações universais¹¹. Isso significa ainda que o processo de reprodução do homem se constitui num todo formado por subjetividade e objetividade, portanto, a afirmativa acima de modo algum diminui o papel da consciência nos processos de reprodução humana¹². Nestes termos, conforme acrescenta Lukács (1978, p. 5), “não se deve esquecer que os complexos problemáticos aqui emergentes (cujo tipo mais alto é o da liberdade e da necessidade) só conseguem adquirir um verdadeiro sentido quando se atribui – e precisamente no plano ontológico – um papel ativo à consciência”. Isso significa ainda segundo Tonet (2005, p. 46):

Deste modo, fica claro que o processo de tornar-se homem do homem não é um acontecer aleatório. O que não significa dizer que seja determinado aprioristicamente. É uma processualidade que, tendo como fundamento o trabalho, vai se pondo sob a forma de um complexo de complexos, ou seja, de um conjunto de dimensões que interagem entre si e com a dimensão fundante. Ao longo desse processo o ser social se torna cada vez mais heterogêneo, diversificado, multifacetado mas, ao mesmo tempo, cada vez mais unitário.

Assim sendo, a ideologia se torna fundamental na compreensão das relações entre os homens, assumindo maior complexidade na sociedade de classes (MARX; ENGELS, 2010). Seguindo essa linha de pensamento, a ideologia é compreendida como “uma função social e não falsa consciência” (LESSA, 2007, p. 71). Isso significa ainda, que uma falsa ideologia pode se tornar necessária para um determinado momento histórico.

Com o surgimento do capitalismo surge também a concepção de mundo que naturaliza a burguesia e as relações hierarquizadas, generalizando este modo de vida desigual. Na sociedade do capital, ou seja, neste modo de pensar e agir, o

¹¹ De acordo com Tonet (2005, p. 46), “o resgate marxiano da centralidade da objetividade implica uma reformulação desta categoria, conferindo-lhe um sentido histórico-social. Deste modo, a centralidade dela deve ser mantida, sem cair na unilateralidade, anterior, possibilitando, ao invés, a superação tanto da centralidade da objetividade grego-medieval, como da centralidade da subjetividade moderna. Como tivemos ocasião de ver, Marx não descarta nem a objetividade nem a subjetividade. Apenas constata que a ênfase em uma ou em outra tem caráter redutor porque leva a apreender o ser social de modo parcial e não na sua integralidade.”

¹² Nas palavras de Tonet (2005, 37): “para Lukács, trata-se simplesmente de apreender o ser como ele é, na sua efetividade, para além de qualquer decisão subjetiva em favor do materialismo ou do idealismo. (...) Lukács constata que a consciência e a realidade objetiva são dois momentos de igual estatuto ontológico”.

trabalho produtivo é aquele que produz mais-valia¹³, portanto, enriquece o capitalista, não o trabalhador; ao contrário, o trabalho improdutivo é aquele em que o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de sua sobrevivência, sem gerar valor adicional para outrem (MARX, 1996). Nesta perspectiva, o desenvolvimento das forças produtivas e das tecnologias, bem como a exploração crescente da força de trabalho, produz novos meios de produção e de subsistência, reproduzindo, a partir dessas relações, necessidades de outros complexos sociais¹⁴ que não são necessariamente trabalho (LUKÁCS, 2010; 2012).

Mészáros (2002) chama esta nova forma de sociabilidade, este modo particular de se relacionar com o trabalho, com a vida humana e com a natureza, de “sistema de sociometabolismo do capital”¹⁵. Neste sistema, todas as relações estão imbricadas e absorvidas numa mesma lógica, a lógica do capital, que por sua vez, é mais complexa do que o próprio sistema capitalista. Segundo o autor:

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, nesse importante sentido, “totalitário” - do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

¹³ Para Marx (1996) a mais valia é o resultado da força de trabalho que produz mais bens e materiais do que recebe como salário, portanto, é a forma de exploração do capital. Marx destaca duas formas de apresentação da mais-valia quais sejam: a mais-valia absoluta, que se caracteriza como o prolongamento da jornada de trabalho superando o tempo de trabalho necessário em que o trabalhador produz para garantir o seu sustento, sendo o excedente apropriado pelo capitalista; e a mais-valia relativa, que se caracteriza pelo aumento da produção em um tempo de trabalho menor, possibilitado pelo desenvolvimento e uso da tecnologia, contudo mantendo-se o salário.

¹⁴ Complexo social é conjunto de relações que se distingue das outras relações pela função social que exercem no processo reprodutivo (LESSA, 1999, p, 25).

¹⁵ Mészáros (2002) faz uma distinção entre capital e capitalismo, sendo o capital constituído de uma complexidade da qual chama de “sistema sociometabólico do capital”. Acrescenta o autor, que as experiências socialistas já vivenciadas não superaram o sistema do capital, apesar de superar o capitalismo, por isso não tiveram sucesso. O capitalismo, portanto, é apenas uma das formas de se expressar o capital, sendo possível verificar o capital no “pós capitalismo” (experiência soviética e leste europeu) e mesmo antes nas formas mercantis.

O trabalho compõe o tripé do “sistema de sociometabolismo do capital”¹⁶, sendo desta forma impossível pensar o sistema sem o trabalho subordinado ao capital. De fato, a lógica do capital se reproduz na exploração do trabalho e no controle da vida do trabalhador. Segundo Mészáros (2002, p. 103), “tudo o que se puder imaginar como extensão quantitativa da força extratora de trabalho excedente corresponde à própria natureza do capital, ou seja, está em perfeita sintonia com suas determinações internas”. Desta forma, nos deparamos com um momento contraditório, uma vez que, o referencial marxista ao mesmo tempo em que faz a crítica ao capitalismo, reconhece a importância do trabalho e da classe trabalhadora como libertária.

No modelo de produzir do sistema do capital, existe uma separação entre valor de uso e valor de troca, constituindo assim, a submissão do valor de uso em detrimento do valor de troca das mercadorias, ou seja, as satisfações das necessidades humanas e sociais estão submetidas ao lucro, ou ainda, o trabalho encontra-se subordinado ao capital, possibilitando novas relações dos homens entre si. Este modelo gera ainda transformações e outras mediações nas relações de trabalho, bem como no modo de pensar “o outro”, percebido agora enquanto força de trabalho que se torna mercadoria que pode ser negociada¹⁷ (MARX, 2010; MÉSZÁROS, 2002). Temos assim, uma sociabilidade do capital que introduziu outras dimensões para a organização social. De fato, “o capital operou portanto, o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e a necessidade de autorreprodução de si próprio” (ANTUNES, 2009, p. 28).

No sistema do capital, a sociabilidade construída e baseada nas relações de troca, o homem se confunde com o animal e o trabalho passa a ser externo a ele,

¹⁶ Para Mészáros (2002), o sistema de sociometabolismo do capital é constituído, em sua complexidade, pelo tripé capital, trabalho e Estado, sendo estas estruturas fundamentais e indissociáveis do sistema. O autor destaca ainda, que a superação do sistema só pode ocorrer com a eliminação do conjunto deste tripé.

¹⁷ De acordo com Antunes (2009, p. 28), “uma mercadoria pode variar de um extremo a outro, isto é, desde ter seu valor de uso realizado, num extremo da escala, até, no outro extremo, jamais ser usada, sem por isso deixar de ter, para o capital a sua utilidade expansionista e reprodutiva”.

ou seja, torna-se apenas um meio de manter a sobrevivência material¹⁸. Nas palavras de Marx (2010, p 85), “quando o trabalho estranhado reduz a autoatividade, a atividade livre, a um meio, ele faz da vida genérica do homem, um meio de sua existência física”. Portanto, há uma impossibilidade de reconhecimento do trabalho como um fim capaz de transformar o homem e a sociedade, ou seja, o não reconhecimento do homem enquanto ser social, com consequências práticas que podem ser observadas nas relações humanas e nas relações com o trabalho¹⁹. Sobre a questão, acrescenta Marx (2010, p. 86): “na relação do trabalho estranhado cada homem considera, portanto, o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador”.

Logo, o trabalho que trata e defende Marx (1996; 2010) não é o trabalho estranhado e assalariado que retira do homem a liberdade e o controle do seu ato laboral e de sua vida, bem como, redefine a capacidade de pensar e criar valores de uso e, uma vez fetichizado torna-se valorizado apenas quando é capaz de gerar necessidades que produzem valores de troca para a reprodução do sistema. Marx ao contrário, destaca um trabalho livre que faz o homem reconhecer-se como ser livre e que não se limita apenas a produção, mas cria necessidades para além dele e não apenas necessidades impostas externamente.

O sistema do capital mostra aos homens desde a juventude a importância e a necessidade do trabalho para sobrevivência material e a conquista de bens. Aprende-se com os pais a moral do trabalho e a mesma é reforçada desde os primeiros contatos com a vida escolar e comunitária. No entanto, o trabalho ideal para os pobres é o que garante seu espaço limitado e a manutenção de seus filhos, ao contrário, para os membros de outros grupos sociais o trabalho ideal gera riqueza e mantém a diferenciação dos “outros”, garantindo ainda, bens exclusivos e estilos

¹⁸ Segundo Marx (2010, p. 83): “A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele, independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha”.

¹⁹ Sobre o trabalho estranhado acrescenta Marx (2010, p. 84): “Na medida em que o trabalho estranhado estranha do homem a natureza, [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada”.

de vida que demonstre seu sucesso.

Os jovens estagiários do Primeiro Passo entrevistados nesta pesquisa expressam essa adaptação a um espaço real, mas visualizam pequenas mudanças que se encontram no campo da sobrevivência, ou seja: o sonho de uma casa em um bairro menos violento, um salário que possibilite ajudar na manutenção dos pais e a aquisição de bens da moda, e ainda, a segurança para não se tornar um pobre dependente de outras pessoas. Deste modo, estudo e trabalho para os jovens são necessidades presentes que devem se concretizar enquanto meios de realização na sociedade do consumo. Segundo os entrevistados:

Próximo ano que já vou ter terminado o terceiro ano, vou colocar currículo em algum canto. Até porque eu quero fazer minha faculdade, ou fazer um cursinho pra tentar passar em escola pública. Mas assim, não pretendo outro estágio novamente. Pretendo fazer cursos e tentar colocar currículo pra ficar efetivo. Trabalho é independência, comprar minhas coisas e poder construir alguma coisa. (Juliana)

Estudar eu sei que tenho que estudar, pra ter um emprego, ter as coisas que eu quero. Então eu estudo mais por causa dessa necessidade. Eu só não gosto muito é de ler, mas se a pessoa me ensinar e eu pegar. Mas colocou pra ler, não é minha praia, toda vez que leio me dar dor de cabeça, me dar sono (...). Mas, o meu pai, como eu moro com ele, eu pago as contas lá de casa junto com ele... No caso, se ele não conseguir o dinheiro do aluguel completo, eu dou uma parte, que todo dia primeiro a gente paga e é um valor alto... Ai eu dou uma parte porque o emprego dele é meio incerto, tem meses que ele recebe X, tem meses que é menos, dependendo do movimento... No caso se ele receber menos e não conseguir até o prazo o dinheiro todo do aluguel, eu dou pra ele (...). É uma liberdade que a pessoa conquista, eu sempre dependia do meu pai e da minha mãe pra ter minhas coisas e depois que comecei a ter dinheiro próprio eu poderia gastar da forma que eu quisesse, poderia ter as coisas que eu quisesse. Sempre tive vontade de entrar na academia, aí consegui entrar na academia e eu tava pagando com meu dinheiro. Daí é uma liberdade que a pessoa conquista. (Tadeu)

Meu projeto é fazer uma faculdade de economia. Conseguir ter um bom desempenho nessa faculdade pra quando sair ter logo um emprego garantido, pra me sustentar depois. É só ter foco, quando a gente quer ter alguma coisa a gente consegue. (...) Eu vejo a minha irmã que tem 20 anos, ela sempre falou que ia viver independente dos meus pais desde os 18, e já tem 20 anos e ainda mora em casa e ainda depende do meus pais... Eu quero com 20 anos já ter alguma coisa garantida pra que logo eu não precise depender dos meus pais. Pela experiência dela eu vejo... Eu sempre quis ser independente, nunca gostei de ser dependente. Por isso queria logo ter um pouco de experiência. (Maurício)

A temporalidade surge nas falas, fazendo alusão a um presente, na

vivencia do projeto que emerge como um momento meio, ou um trampolim, no qual articulam um futuro mais desejável. O presente aparece como uma travessia, em que se vêem como alguém que experimenta a possibilidade de realizar desejos, trabalhar, ganhar dinheiro e ajudar em casa e ainda, parece mostrar ou comprovar a capacidade de realizar outros sonhos, talvez maiores: faculdade, independência, trabalho efetivo. Utopizam o futuro por compromissos que vivenciam no presente. De acordo com Pais (2001, p.424):

Não há fuga possível ao labirinto da vida; o que importa é saber viver a vida no labirinto que a constitui. Não vale a pena projetar futuros instáveis, espelhos da instabilidade do presente. É preferível utopizar o futuro e uma forma possível é imaginando futuros múltiplos. Para se criarem condições de possibilidade da utopia, o melhor é não tomar opções comprometedoras, para quem as toma e para as utopias idealizadas. Os compromissos do presente comprometem o futuro, inscrevem-no numa ordem geométrica, contestatória de um presente que se pretende vivido. Então, é preferível especular sobre o futuro (futuro fantasiado ou aberto) ou imaginá-lo como banalidade ou ausência para que, desse modo, o presente seja possível no labirinto da vida.

Os jovens trazem em seus relatos as contradições da vida em sociedade, uma vida que se confunde com a realização de uma atividade de trabalho e experiências não vividas pela exigência do trabalho, como meio para se estabelecer na sociedade e conseguir uma vida melhor. Logo, o trabalho tornou-se um meio, uma estratégia para a conquista dos sonhos, ora estranho, pelo não encontro de si e do outro enquanto humano, mas necessário pela possibilidade de sobreviver, consumir e conviver com outros consumidores.

Na atualidade vivenciamos profundas mudanças na complexidade das relações humanas, principalmente nas relações de trabalho, que se configuram tanto no campo da materialidade, quanto da subjetividade. Estas transformações podem ser compreendidas a partir do sistema do capital e de sua forma atual de manifestação, qual seja: o modo de produção capitalista maduro e a sociabilidade por vezes construída em seus processos históricos de produção e reprodução da vida²⁰ (MÉSZÁROS, 2002; ANTUNES, 2009). O tempo de vida e o tempo na vida são apresentados através das falas dos jovens como algo limitado, limitante e por

²⁰ Nas palavras de Antunes (2009, p. 165): “Se o trabalho, sob o sistema de metabolismo social do capital, assume necessariamente uma forma assalariada, abstrata, fetichizada e estranhada (dada a necessidade imperiosa de produzir valores de troca para a reprodução ampliada do capital), essa dimensão histórico-concreta do trabalho assalariado não pode, entretanto, ser eternizada e tomada a-historicamente.”

sua vez, a condição de trabalhador que necessita do salário para sobreviver como algo estranho. Sobre o tempo e as dificuldades na relação com o trabalho, os jovens destacam:

Agora deu certo, aqui tem dia que é movimentado, mas é até 3 horas, 3 e meia. Ai dá tempo eu me trancar na sala e fazer minhas atividades. Fazia pesquisa aqui... Porque assim, você estudar de manhã, ir pra casa, pegar ônibus, almoça, desce na BR e vem caminhando. O cansaço aqui é mais mental, porque você fica aqui na frente com as pessoas, ficam te chamando. Quando saio daqui vou pra Igreja, aí vou dormir uma 11 horas. Aqui tenho tempo de fazer minhas atividades. Cabe a mim me esforçar mais, porque meus concorrentes tão estudando e eu to aqui dividindo várias coisas, escola, estudo, trabalho, mas... Se eu não entrar nesse ano eu tento no outro. (Caio)

Eu venho direto do Colégio e quando eu saio daqui eu saio bastante cansada... Eu chego e aquele tempinho que tenho estudar às vezes eu durmo. Deixo pra estudar mais próximo da prova. Atrapalha de certa forma. Eu entrei no Primeiro Passo mais assim, pela questão da experiência, como eu falei eu tinha medo de não ter nenhuma experiência. Medo de entrar num emprego pela primeira vez. Acho que todo mundo pela primeira vez tem. Então eu acho que foi mais por esse motivo. Acho que ele foi mais feito pras pessoas da periferia que tem qualidade de vida baixa. Eu num me enquadro muito não. Porque assim, meu colégio é do Estado, mas o nível das pessoas que estudam lá não é tão baixo quando das outras pessoas que estudam em colégio público. (Juliana)

Portanto, para os jovens, fazer parte do mundo da produção enquanto trabalhador traz o fardo do cansaço pela rotina da vida urbana numa grande cidade, e a limitação do tempo para desenvolver atividades para além do trabalho, bem como, atividades que proporcionem conhecimentos voltados ao trabalho.

A necessidade de conseguir experiência de trabalho, identificada inicialmente por Juliana torna-se estranha quando a jovem percebe que o estágio ofertado pelo Projeto Primeiro Passo é destinado aos jovens em “situação de risco e vulnerabilidades social”, gerando reflexões sobre a necessidade de trabalho e a necessidade de trabalhar para sobreviver. Parece que gastar o tempo com trabalho quando este não é destinado exclusivamente à sobrevivência ou quando se tem outras fontes de renda e segurança através da família tem outros significados. Logo, o tempo livre quando usado para o consumo de bens diferenciados e não para despesas domésticas básicas, traz a ilusão de que o trabalho pode ser mais prazeroso, ou talvez menos estranho.

Nesta perspectiva, a discussão sobre tempo de trabalho e tempo livre,

envolve questões relacionadas à sobrevivência material e subjetiva, e torna-se necessária na atualidade, pois embora a jornada de trabalho já tenha sido reduzida considerando os primórdios da industrialização, o desemprego atinge parcela significativa da população e o tempo para a realização de outras necessidades ainda é pequeno considerando a complexidade da vida moderna. Portanto, além da necessidade de mais postos de trabalho, devemos considerar principalmente que as pessoas precisam dar sentidos a sua vida para além do trabalho e resignificar o tempo livre para além do consumo, ou seja, uma vida que de fato não se limite a produção. Nas palavras de Antunes (2009, p. 172):

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social dada pela omnilateralidade humana, somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, de modo que a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade.

Por enquanto, a insegurança do mundo do trabalho é uma realidade presente e a necessidade de conquistar o primeiro trabalho, que permita o tão sonhado ingresso no mercado competitivo faz com que os jovens ajustem o tempo, ou melhor, ajustem seus sonhos ao tempo limitado. Há ainda os jovens que não se reconhecem nesta necessidade do ajuste de tempo, como se o tempo capital fosse apenas para os mais pobres. De fato, existe ainda a ideia sobre o “mais pobre”, o “outro”, o “diferente”, numa realidade compartilhada pelos filhos dos trabalhadores seguros e dos trabalhadores precários, não sendo apenas a falta de reconhecimento do outro, mas também se relaciona com o reconhecimento de si dentro da estrutura e das necessidades postas.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o trabalho estranhado possibilita o estranhamento do homem com o próprio homem (Marx, 2010), proporciona também o encontro destes, favorecendo a organização dos trabalhadores e o surgimento dos movimentos pelos direitos, bem como a apropriação de classe da realidade social, o que desencadeou o reconhecimento da questão social. Portanto, considerando as contradições que envolvem o trabalho no sistema do capital e ainda, sendo o trabalho “um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, dotado de intrínseca dimensão teleológica” (ANTUNES, 2009,

p. 166), percebemos a necessidade de fazer aproximações com as relações estabelecidas e mediadas através do trabalho na atual conjuntura do sistema do capital.

3.2 Questão social, pobreza e exclusão social: a juventude pobre como refração da questão social

A definição de questão social não é um consenso, mesmo considerando os autores que direcionam suas análises através de uma mesma perspectiva teórica. Logo, discutiremos a questão social, buscando diferenciá-la da pobreza ou de suas outras expressões contemporâneas, como o desemprego e a precarização do trabalho. Nossa análise partirá da perspectiva marxista, uma vez que, buscamos a compreensão da questão social para além de suas expressões e ainda, conectada com a totalidade da vida social.

Segundo Netto (2001), esta expressão surge no século XIX, com o objetivo de definir a pobreza crescente na Europa Ocidental desde o século anterior, ou ainda, conforme destaca Castel (2008, p. 30), “foi então suscitada pela tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial”. De fato, o processo de empobrecimento dos trabalhadores se tornara uma das mais emblemáticas expressões da questão social e por isso confundem-se, desde o início de sua formulação, as definições de questão social e suas expressões, com destaque para a pobreza.

As mudanças culturais e ideológicas proporcionadas pela Revolução de 1848²¹ geraram dois posicionamentos: primeiro, a propagação da necessária reforma moral da sociedade respaldada através do pensamento conservador e;

²¹ De acordo com Netto (2001, p. 43): “De um lado, os eventos de 1848, cerrando o ciclo progressista da ação de classe da burguesia, impedem, a partir de então, aos intelectuais a ela vinculados (enquanto seus representantes ideológicos) a compreensão dos nexos entre economia e sociedade – donde a interdição da compreensão da realidade entre desenvolvimento capitalista e pauperização. Posta, em primeiro lugar, com o caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a ‘questão social’ perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional (que, aliás, tardou até mesmo a reconhecê-la como pertinente).”

segundo, a consciência política dos trabalhadores sobre a relação entre a questão social e a sociedade burguesa (NETTO, 2001). Este movimento revolucionário do século XIX, já apontava, de acordo com Mota (2008, p. 26), “a necessária tendência do modo de produção capitalista de criar uma superpopulação de trabalhadores e, ao mesmo tempo, impedi-los de ter acesso ao trabalho e à riqueza socialmente produzida”.

Nestes termos, na segunda metade do século XIX, já é possível verificar a mobilização da classe trabalhadora em defesa de melhores condições de vida e de trabalho, ou seja, “a força de trabalho reagia à exploração extenuante, fundada na mais-valia absoluta, com a extensão do tempo de trabalho, e também a exploração do trabalho de crianças, mulheres e idosos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.54). Conforme acrescenta Behring e Boschetti (2008, p. 55), “a luta em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado são, portanto, as primeiras expressões contundentes da questão social, já repleta naquele momento de ricas e múltiplas determinações”.

Em 1867 Marx consegue elaborar teoricamente a relação entre a questão social e o capitalismo, sendo a pobreza compreendida como uma das expressões da questão social latentes em sua época, ou seja, “a 'questão social' está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação entre capital/trabalho – a exploração” (NETTO, 2001, p. 45).

Contudo, a formulação do termo questão social foi apropriado também por pensadores que negavam a luta de classes e, de acordo com Netto (2001), compreendiam a questão social como componente intrínseco de qualquer sociedade, sendo ainda destituída de seu caráter histórico, numa crescente tentativa de separação entre o social e o econômico. Esta perspectiva continua presente na atualidade, conforme podemos perceber através das palavras de Castel (2008, p. 30), quando afirma: “a 'questão social' é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura”.

A definição de pobreza também não é consenso na contemporaneidade e a dificuldade em estabelecer um conceito deve-se a complexidade das relações que

envolvem a temática, com destaque para a questão política, legal e ético-moral. De fato, são muitas as perspectivas utilizadas para classificar as pessoas em classes sociais e ainda, enquadrar os pobres nos critérios de acesso às políticas públicas, uma vez que o modo de se relacionar com a pobreza pode variar entre os países e regiões, de acordo com o contexto histórico e econômico. De acordo com Pereira (2006, p. 230), “tais dissensos produzem divergências metodológicas que, por sua vez, influenciam o tipo e conteúdo de políticas sociais criadas para o seu equacionamento”.

Entretanto, independente das denominações e classificações utilizadas para delimitar os pobres e excluídos, a administração da pobreza existia no capitalismo nascente e antes deste, como uma estratégia para manter a ordem social. De fato, a compreensão sobre o que caracterizava a pobreza, garantia além dos atributos destinados aos pobres, o modo específico de assisti-los segundo as necessidades identificadas.

Segundo Behring e Boschetti (2008, p. 47), “ao lado da caridade privada e das ações filantrópicas, algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais”. Logo, a Lei *Speenhamland* de 1795, garantia renda mínima, “mas que tem como contrapartida uma exigência estrita de domiciliação e a interdição da mobilidade geográfica da mão de obra” (CASTEL, 2008, p. 178). Ficou em vigor até 1834, quando foi substituída pela Nova Lei dos Pobres que apresentava as seguintes características de acordo com Behring e Boschetti (2008, p. 50):

A nova lei dos pobres revogou os direitos assegurados pela Lei *Speenhamland*, restabeleceu a assistência interna nos albergues para os pobres 'inválidos', restituiu a obrigatoriedade de trabalhos forçados para os pobres capazes de trabalhar, deixando à própria sorte pobres e miseráveis sujeitos à 'exploração sem lei' do capitalismo nascente.

Nestes termos, no século XIX, essa transição sobre o modo de legislar sobre a pobreza gera a separação entre o pobre “vagabundo” e o pobre trabalhador, ou seja, entre o “vagabundo”, que ameaça a ordem e o trabalhador, que merece os benefícios associados ao trabalho (MONTAÑO, 2012). A pobreza, expressão da questão social apresenta-se de forma mais intensa neste período, uma vez que, de acordo com Behring e Boschetti (2008, p. 51), “o abandono dessas tímidas e

repressivas medidas de proteção no auge da Revolução Industrial lança os pobres à 'servidão da liberdade sem proteção' no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital". Portanto, aos pobres restam duas opções: ingressar e manter-se no mercado de trabalho ou entrar para o "grupo dos desocupados" sendo alvos da repressão do Estado.

A pobreza existente entre os séculos XVI a XIX foi era tratada através da filantropia e da caridade descontextualizadas da realidade econômica, política e social e com o objetivo de resolver os problemas sociais focados nos indivíduos (NETTO, 2001; IAMAMOTO, 2001). Logo, pensava-se a questão social e a pobreza "como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos" (MONTAÑO, 2012, p. 272). Deste modo houve uma regressão das ações de assistência aos pobres, proporcionada, principalmente, pela ideia liberal de compra e venda da força de trabalho e a necessidade da competitividade entre os trabalhadores (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Com destaque para o pós segunda guerra mundial, a questão social, passa a ser compreendida, conforme destaca Montañó (2012, p. 275), "não mais como um problema oriundo do indivíduo, mas como consequência do ainda insuficiente desenvolvimento social e econômico (ou subdesenvolvimento)". Portanto, nos países considerados "desenvolvidos" e que apresentavam expansão das políticas sociais e dos direitos trabalhistas, bem como, satisfatórias condições de vida e de trabalho, acreditava-se que a questão social havia ficado no passado e que suas expressões eram uma realidade apenas nos países considerados "subdesenvolvidos" (NETTO, 2001). Este modo de pensar a questão social, por um lado traz um avanço, pois tira o foco da análise nos hábitos e comportamentos dos indivíduos e relaciona com o desenvolvimento insuficiente do sistema capitalista, podendo ser transitório (MONTAÑO, 2012).

Neste cenário, o Estado keynesiano²² utiliza parte do excedente para o

²² O Estado keynesiano se intensifica a partir da crise da acumulação do capitalismo, a partir dos anos 1930. Além da crise vivenciada nesse período, podemos destacar a tensão entre países do bloco comunista e do bloco socialista, ou melhor, entre Estados Unidos e União Soviética, situação conhecida como Guerra Fria. Ainda nesse contexto, temos o estabelecimento do modelo de produção em massa, caracterizado a partir do padrão fordista de acumulação, como assim ficou conhecido. (ANTUNES, 2009)

financiamento das. Logo, as expressões da questão social administradas pelo Estado através de um modelo que se fundamenta nas ideias de Keynes, ou seja, identificava as expressões da questão social, “como um problema de distribuição do mercado, como um descompasso na relação oferta/demanda de bens e serviços” (MONTAÑO, 2012, p. 275). A proposta de intervenção se pautava na garantia do atendimento as necessidades das populações pobres e a criação de políticas de trabalho e transferência de renda, como estratégias para aumentar a renda e o consumo. Portanto, neste modelo, de acordo com Montaña (2012, p. 276), “desloca-se a gênese da questão social da esfera econômica, do espaço da produção, da contradição entre capital e trabalho para a esfera política, no âmbito da distribuição, como uma questão entre cidadãos carentes e o Estado”.

Behring e Boschetti (2008) fazem uma leitura da política social no período keynesiano e apontam que não existe consenso entre os autores sobre a origem e mesmo quais medidas e modelos de políticas podem ser consideradas de acordo com os princípios do Welfare State (assim foi chamado na Inglaterra), tendo em vista que a organização das políticas sociais tinha particularidades históricas e práticas considerando os diversos países em que se estabeleceram²³. Nestes termos, as estratégias de enfrentamento a pobreza no século XX, aproximadamente até os anos 1973, foram fundamentadas na concepção keynesiana que, conforme destaca Montaña (2012, p. 277):

Considera a 'questão social' como um 'mal necessário', produzido pelo desenvolvimento social e econômico (ou como um insuficiente desenvolvimento), internalizando a questão social e tratando-a sistematicamente mediante as políticas sociais estatais, como direitos, por meio do fornecimento de bens e serviços.

A crise do capital favoreceu o redesenho do Estado keynesiano e a

²³ Sobre a origem das políticas sociais nos anos 1930, acrescentam Behring e Boschetti (2008, p 97): “parece consensual entre os autores que os seguros sociais, ou seja, a garantia compulsória de prestações de substituição de renda em momentos de riscos derivados da perda do trabalho assalariado pelo Estado foi uma inovação da Alemanha na era bismarckiana. Já o modelo Beveridgiano, surgido na Inglaterra, tem como principal objetivo a luta contra a pobreza. Nesse sistema de proteção social, os direitos são universais, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos (testes e meios), e o Estado deve garantir mínimos sociais a todos em condições de necessidades. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais (e não da contribuição direta de empregados e empregadores) e a gestão é pública estatal .

retomada das ideias liberais, resgatando a perspectiva de pobreza como um problema do indivíduo, a partir da execução de programas governamentais focados no combate a fome e a miséria e ainda, do incentivo a ações não governamentais e ao voluntariado (MONTAÑO, 2012; BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Logo, a pobreza é compreendida no neoliberalismo, “vinculada a um problema na esfera da distribuição, mas contrária à perspectiva keynesiana (que entende como oriundo do 'déficit de demanda efetiva no mercado')” (MONTAÑO, 2012, p. 277).

De fato, a atualidade torna-se um momento propício para o surgimento de novas formas de categorizar a pobreza e reforçar a assistência aos pobres. Surgem, portanto, as classificações “modernas” que apenas resgatam os conceitos antigos bem como as políticas focadas neste público, que reproduzem os ideais neoliberais.

Barros, Henrique e Mendonça afirmam que pobreza “se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico”. Rocha (2003, p. 27) acrescenta que “o estabelecimento do que seja pobreza e necessidades básicas é necessariamente diferente em áreas rurais e urbanas, também o sendo entre áreas urbanas conforme o grau de urbanização”.

Kageyama e Hoffman (2006) pontuam que, “a noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família”. Os autores, ao desenvolverem um estudo sobre a pobreza no Brasil entre 1992 e 2004, classificam os pobres em três grupos: 1) pessoas com renda insuficiente; 2) pessoas sem acesso a dois de três equipamentos básicos (água canalizada, banheiro, luz elétrica; 3) pessoas com renda insuficiente e sem acesso aos três equipamentos básicos. Nesta perspectiva acrescentam:

A ideia central é que a pobreza tem dupla natureza: de um lado, deve-se ao subdesenvolvimento regional e local, que impõe privações em condições básicas de existência, como luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias, e dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação; de outro lado, a pobreza tem raízes nas características demográficas e nas limitações do capital humano e financeiro das famílias, que prejudicam a capacidade de elevar a sua renda familiar (KAGEYAMA; HOFFMAN, 2006, p. 84).

Nos estudos sobre a pobreza foram desenvolvidos ainda os conceitos de

pobreza relativa e pobreza absoluta. Logo, a pobreza absoluta “está diretamente associada à ideia de sobrevivência física, à satisfação de mínimos sociais necessários a reprodução de vida com um mínimo de dignidade humana” (PEREIRA, 2006, p. 233). Por outro lado a pobreza relativa:

É a satisfação de necessidades em relação ao modo de vida de uma dada sociedade. Está também vinculada à relação entre pobreza e distribuição das riquezas socialmente produzidas. Dessa forma enquanto houver desigualdade e estratificação social, uma percentagem da população será sempre pobre em relação a algum grupo mais privilegiado, não importando o grau de riqueza da nação considerada (PEREIRA, 2006, p. 232).

Rocha (2003) destaca que a linha de pobreza é um meio para se classificar os pobres e não pobres a partir da renda, ressaltando o subgrupo de indigentes, ou seja, das pessoas com renda insuficiente para atendimento das necessidades nutricionais. Este modo de classificação nem sempre é adequado para todos os países ou regiões, uma vez que associa a renda ao bem estar das pessoas e desconsidera a produção e o consumo não monetários. Portanto, para a autora o conceito de pobreza absoluta é incoerente, pois o que é considerado “necessidade básica” é diferente em cada grupo social ou país. Sobre o modo de construção das linhas de pobreza nas diversas sociedades, acrescenta:

Quanto mais rica a sociedade, mais o conceito relevante de pobreza se distancia de atendimento a necessidade de sobrevivência. Nos países desenvolvidos, onde o mínimo vital já é garantido a todos, embora ainda seja possível definir uma “cesta básica”, ela é irrelevante. Contrariamente às linhas de pobreza associadas ao valor de cestas de consumo, as linhas de pobreza relativas estão estreitamente imbricadas às questões de distribuição de renda. Sua concepção se vincula ao fato de que o objetivo social é, além do aumento da riqueza, a distribuição cada vez equitativa dos frutos do crescimento econômico. Neste sentido, a linha de pobreza relativa se articula às questões gerais - não específicas à população pobre - de distribuição de renda, e a mensuração das desigualdades de renda como indicador de bem-estar da sociedade como um todo (ROCHA, 2003, p.14).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde o ano de 1990 trabalha com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que agrega renda, educação e saúde na tentativa de medir em longo prazo o progresso das nações. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011, “o IDH médio mundial aumentou 18% entre 1990 e 2010 (41% desde 1970), refletindo grandes melhorias na esperança de vida, na frequência escolar, na alfabetização e no rendimento” (PNUD, 2011, p.25).

Considerando os avanços nos campos da saúde e da educação e, ao mesmo tempo, a persistência da pobreza e da desigualdade, surge a partir do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2010 (PNUD, 2010), a necessidade de utilizar uma perspectiva mais ampla nas medições do desenvolvimento humano. Para tanto, é apresentado neste relatório o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado a Desigualdade (IDHAD)²⁴, o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG)²⁵ e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O IPM trabalha com dez indicadores divididos a partir das três dimensões descritas a seguir: a) educação: crianças matriculadas e anos de escolaridade; b) saúde: mortalidade infantil e nutrição; c) padrões de vida: ativos, pavimentos, eletricidade, água, sanitários e combustível de cozinha. Para ser considerada multidimensionalmente pobre, a família deve sofrer privações entre dois a seis destes indicadores.

No Brasil o governo federal definiu limites de renda para classificar os grupos sociais, considerando classe média a família com renda per capita entre R\$ 291,00 e R\$1.019,00. Portanto, considera-se classe baixa ou pobre as famílias com renda per capita inferior a R\$ 291,00, o que equivale a 28% da população ou 50 milhões de pessoas segundo os dados oficiais do governo (BRASIL, 2012). De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD), em 1998 já existiam 50 milhões de pessoas pobres e suas rendas médias encontravam-se 55% abaixo do valor da linha de pobreza, com destaque para os 21 milhões de indigentes (BARROS; HENRIQUE. MENDONÇA, 2000).

No Estado do Ceará, o art. 1º da Lei Nº 14.859/2010 dispõe que “é

²⁴ De acordo com Relatório do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2010, p. 91), “o IDHAD considera não apenas a média de desenvolvimento humano de um país, conforme medido pelos indicadores de saúde, da educação e do rendimento, mas também a forma como está distribuído. (...) O IDHAD será igual ao IDH quando não existirem desigualdades entre as pessoas, mas situa-se mais abaixo do IDH a medida que a desigualdade aumenta. Neste sentido, o IDH pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano potencial (ou o IDHAD máximo que poderia ser atingido caso não houvesse nenhuma desigualdade), enquanto que o IDHAD é o nível de desenvolvimento real (incorporando a desigualdade. A diferença entre o IDH e o IDHAD mede a perda do desenvolvimento potencial, imputável a desigualdade.

²⁵ De acordo com Relatório do Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2010, p. 93), “o IDG, introduzido como mais uma série experimental, é único a incluir o sucesso educativo, a participação econômica e política e os problemas de saúde especificamente femininos, bem como a dar conta das desigualdades sobrepostas ao nível nacional”. Este índice utiliza três dimensões e cinco indicadores, descritos a seguir: a) mercado de trabalho: participação da força de trabalho; b) capacitação: realização educativa (nível secundário e acima) e representação parlamentar; c) saúde reprodutiva: fertilidade adolescente e mortalidade materna.

considerado pobre, para inscrição em programas sociais, e para obtenção de benefícios do Estado, toda pessoa que apresente privação acentuada dos elementos básicos para a sobrevivência digna, tais como: alimentação, habitação e vestuário”. Esta mesma Lei estabelece a necessidade de comprovação da situação de pobreza através de documentos, destacando a fatura da conta de energia com consumo até 80 kWh, a fatura da conta de água demonstrando o consumo até 10m³; comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal; e comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar.

Nestes termos, a pobreza nas perspectivas destacadas pelos governos ou órgãos oficiais do Estado, pode ser mensurada através da renda e comprovada pela ausência de bens ou acesso a serviços. As classificações baseadas em critérios de renda parecem reducionistas da condição de pobreza, mas ao mesmo tempo, considera que são 50 milhões de brasileiros que se enquadram nesta classificação, sem prejuízo de outros critérios que possam nos aproximar a realidade estudada.

Contrariando, em parte, esta delimitação oficial de classe média ou classe baixa, Chauí (2013, p. 129) acrescenta que as melhorias sociais e econômicas (programas de transferência de renda, políticas de garantia do emprego, educação, aumento do salário mínimo, entre outras), bem como, elementos trazidos pelo neoliberalismo²⁶, proporcionaram de fato o aumento da classe trabalhadora, “cuja composição é complexa, heterogênea e não se limita aos operários industriais e agrícolas”.

Diante do impasse entre a utilização do conceito de pobreza, Pereira (2006) pontua que existem necessidades universais e objetivas e o que muda não é a necessidade em si, mas os modos de satisfação que podem variar de acordo com componentes culturais e regionais. A autora acrescenta a pobreza requer uma resposta prática, sendo um dever moral de qualquer governante, portanto, seu conceito é político, uma vez que podemos considerar a complexidade de ordem

²⁶ De acordo com Chauí (2013, p 130), os elementos trazidos pelo neoliberalismo que unidos as melhorias sociais e econômicas dos últimos dez anos, produziram o aumento da classe trabalhadora, são os seguintes: “de um lado a fragmentação, terceirização e precarização do trabalho e, de outro, a incorporação à classe trabalhadora de segmentos sociais que, nas formas anteriores do capitalismo, teriam pertencido a classe média.

econômica, política, histórica e cultural do país ou região e ainda, que “o seu enfrentamento implica conflitos de interesses e correlação e forças” (PEREIRA, 2006, p. 246).

Deste modo surge ainda a categoria exclusão social, um modo de classificar grupos de pessoas que não se enquadram exclusivamente nos critérios de pobreza, até então mapeada pelos critérios de renda e acesso a serviços básicos, contudo, apresentam “vulnerabilidades” de outras dimensões.

O termo exclusão social ganha maior conotação no debate das políticas públicas nos anos 1980, período em que os países que vivenciaram as políticas de bem-estar social, estavam em processo de reorganização ou mesmo desmonte desse modelo, bem como estavam estrategicamente aderindo aos ideais neoliberais. Sobre o processo de construção e consolidação da expressão “exclusão social” no contexto dos anos pós 1980, destaca Zioni (2006, p. 18):

Nos anos 1990, a expressão estava consagrada a tal ponto, que seria possível pensar que se estava inaugurando um novo capítulo no entendimento da questão social: a tentativa à precariedade, à marginalidade, antes periférica, torna-se central; o recrutamento social de pobres alargava-se à custa de novas fatias da população; a impiedosa espiral da exclusão remetia duramente esses grupos populacionais em direção ao *bas fond*; a exclusão assumiu a cena pública e tornou-se o grande medo do fim do século.

Barry (1998) distingue exclusão social e isolamento social, sendo o isolamento social a ausência de participação das pessoas ou grupos nas instituições tradicionais e a exclusão social o isolamento que ocorre por motivos que estão além do controle do sujeito, ou seja, é involuntário. Ao fazer a relação entre exclusão social e a distribuição de renda, destaca que deve ser considerada a realidade de cada sociedade, levando em conta ainda a extensão da mercantilização e o custo dos serviços públicos. De acordo com a definição do autor, “*social exclusion is a violation of the demands of social justice in two ways: it conflicts with equality of opportunity and is associated with an inability to participate effectively in politics*” (Barry, 1998, p. 1). Portanto, exclusão social é diferente de pobreza e desigualdade social, mas assim como ambas, pode também ser tratado com uma refração da questão social.

Pereira (2006) destaca que a exclusão social não deve ser confundida

com a pobreza, sendo que a pobreza pode favorecer a exclusão em alguns sistemas de proteção social básicos. Nesta perspectiva, a autora acrescenta: “com o domínio do neoliberalismo surgem novas formas de pobreza e novas inseguranças sociais, derivadas principalmente do desemprego estrutural e da inempregabilidade de consideráveis parcelas da população, principalmente os jovens” (PEREIRA, 2006, p. 241).

Castel (2008) utiliza o termo desfiliação para caracterizar os processos de ruptura com os laços sociais, que se manifesta principalmente em consequência da desregulamentação do trabalho e do sistema de proteção social. Os empregos precários e sem garantias afastam os trabalhadores dos direitos antes associados ao trabalho, ao mesmo tempo, em que as políticas sociais universais são reconfiguradas, sendo os benefícios reduzidos para os extremamente pobres. Portanto, para o autor, “encontram-se desfiliaados, e esta qualificação lhes convém melhor do que a de excluídos: foram des-ligados, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade” (CASTEL, 2008, p. 569).

Nestes termos, para Castel (2008), não se trata de uma exclusão da pessoa do sistema, mas a sua desfiliação dos espaços sociais necessários para manter a coesão social, sendo que esta continua incluída na sociedade, ou seja, no lugar destinado aos grupos de baixa renda. Portanto, na perspectiva do autor, o excluído não é necessariamente pobre, mas pode se encontrar numa situação de precariedade no mercado de trabalho ou ainda em uma situação de instabilidade no pertencimento aos espaços integrativos da sociedade, podendo a ausência de um agravar a situação do outro. Ainda sobre a exclusão, a vulnerabilidade e a desfiliação, acrescenta:

A exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, mal cuidadas, mal consideradas etc. Não existe nenhuma linha divisória clara entre essas situações e aquelas um pouco menos mal aquinhoadas dos vulneráveis que, por exemplo, ainda trabalham mas poderão ser demitidos no próximo mês, estão mais confortavelmente mas poderão ser expulsos se não pagarem as prestações, estudam conscienciosamente mas sabem que

correm o risco de não terminar (CASTEL, 2008, p. 568).

Para Castel (2008, p. 495), na contemporaneidade existe uma nova questão social, “como se manifesta hoje, a partir do enfraquecimento da condição salarial”. Logo, o autor apresenta a questão social a partir da perspectiva da centralidade no trabalho, sendo a filiação no trabalho e nas redes de proteção, a condição para a sociabilidade, ou seja, existe, para Castel (2008, p. 24), “uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que 'cobrem' um indivíduo diante dos acasos da existência”. Nestes termos, a nova questão social se manifesta pela ausência ou precariedade do trabalho, potencializadas pela perda da participação nos espaços integrativos da sociedade ou ainda, a desfiliação²⁷.

Castel (2008) compreende a nova questão social a partir da análise da conjuntura na França do século XX no período da nova crise do capital e, desta forma afasta-se da compreensão estrutural do modo de produção capitalista, que traz em seu conteúdo a questão social. Portanto, a análise centrada numa conjuntura que apresenta o desemprego em ascensão e as várias formas de precarização do trabalho tirou o foco do modo de produção capitalista, ou seja, da relação que produziu a questão social, e ao mesmo tempo, centrou a reflexão em uma das expressões da questão social em determinada conjuntura.

A centralidade do trabalho e a lógica das redes de solidariedade²⁸ (CASTEL, 2008), ou ainda, a solidariedade orgânica (DURKHEIM, 1995), fundamentaram algumas políticas públicas, bem como, o modo do Estado se relacionar com os trabalhadores. Nestes termos, para estas políticas é através do trabalho e da proteção social associada à ocupação que se resolve a questão da desigualdade e da pobreza, e ainda, as redes de solidariedade, que no Brasil se

²⁷ De acordo com Castel (2008, p. 24), “a associação trabalho estável – inserção relacional sólida caracteriza uma área de integração. Inversamente, a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjugam seus efeitos negativos para produzir a exclusão, ou melhor, como vou tentar mostrar, a desfiliação”.

²⁸ De acordo com Castel (2008, p. 24): “para inúmeros grupos populares, a precariedade das condições de trabalho pôde, frequentemente, ser compensada pela densidade das redes de proteção próximas, propiciadas pela vizinhança”.

propagou através do Programa Comunidade Solidária²⁹, compensam as carências dos desprotegidos e promovem a “inclusão social”.

De acordo com Marx (1996), a riqueza socialmente produzida pelo trabalhador não é distribuída igualmente para o conjunto dos trabalhadores, ao contrário, é apropriada pelos donos dos meios de produção, ou seja, se estabelece uma concentração do capital que perpetuará o processo de pauperização do trabalhador e a desigualdade social. Logo, a gênese da questão social se relaciona com os processos de produção na civilização do capital em choque com os questionamentos dos trabalhadores, ou seja, na relação capital-trabalho³⁰.

De fato, ao se agravarem as desigualdades, as expressões da questão social se manifestam também através das mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais, que apresentam com motivações diversas e se organizam enquanto sujeitos coletivos de uma determinada classe (IAMAMOTO, 2007; MOTA, 2008), ou seja, a questão social se constitui ainda a partir do reconhecimento pelo sujeito da possibilidade de reconstrução do que estava naturalmente estabelecido.

Couto (2008) destaca a consolidação do capitalismo e as relações entre capital e trabalho como constituinte do cenário onde se produzem as condições para o desenvolvimento de posicionamentos éticos e mobilizações práticas em prol das mudanças sociais necessárias no contexto do capital. Logo, os direitos na contemporaneidade se tornam instrumentos de sociabilidade, requerendo posicionamento e reconhecimento do Estado. Portanto, conforme pontua Mota (2008, p.47): “as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores migram do ambiente privado e familiar para a esfera pública, através de lutas e movimentos sociais, exigindo o seu reconhecimento enquanto necessidades de classe, razão de serem tratadas como questão social”.

No entanto, o pensamento acrílico conservador, ao perpassar a compreensão da questão social, apresenta limitações ao estabelecer um nexos com

²⁹ Sobre o Programa Comunidade Solidária e outras políticas sociais do governo Fernando Henrique Cardoso, destacaremos nos subcapítulos seguintes.

³⁰ De acordo com Behring e Boschetti (2008, p. 53), “se o trabalho é elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo se refere sobretudo à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações: a política e a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social”.

as relações capitalistas, ou seja, “relações de produção de valores de troca (mercadorias), para acumulação de capital através da mais-valia adicionada ao valor pelo trabalho livre” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.51). Nesta perspectiva de análise, acrescenta Montaño (2012, p. 271) que “o social pode ser visto como fato social, como algo natural, a-histórico, desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade, portanto dos interesses e conflitos sociais”.

Destacamos que a desigualdade entre pobres e ricos já existia antes do capitalismo, bem como as intervenções e formas de contenção da população³¹ (CASTEL, 2008). Logo, a questão social que emergiu no século XIX e tinha como expressão emblemática a pobreza, não se limitava a esta expressão, uma vez que, tratava-se de um processo estrutural do sistema do capital. Nas palavras de Netto (2001, p. 46):

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir; na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada de sua destinação).

Nestes termos, consideramos alguns aspectos abordados por Montaño (2012) sobre a questão social, quais sejam: primeiro, a questão social não se confunde com problemas sociais ou se reduz a pobreza, ao contrário, se estabelece nas contradições da relação capital-trabalho, sendo inerente ao modo de produção capitalista, onde a riqueza é produzida socialmente, mas apropriada privadamente; segundo, a pobreza moderna é uma das expressões da questão social e se relaciona com a exploração e o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, não se caracteriza como ausência de mercadorias e sim como as relações se desenvolvem no processo produtivo; terceiro, existem novas formas de expressão da questão social na contemporaneidade, contudo, a relação capital-trabalho do

³¹ Conforme destaca Castel (2008, p. 31): “Entretanto, antes desta ‘invenção do social’ já havia social. É o caso das múltiplas formas institucionalizadas de relações não mercantis referentes a distintas categorias de indigentes (as práticas e as instituições de assistência). Mas também os modos sistemáticos de intervenção em relação a algumas populações: repressão da vagabundagem, obrigação do trabalho, controle da circulação da mão-de-obra”.

capitalismo ainda permanece; quarto, as ações para amenizar as expressões da questão social ocorrem ainda, como respostas do Estado às reivindicações dos trabalhadores.

Netto (2001) acrescenta que a questão social é indissociável do capitalismo, uma vez que, o sistema do capital produz e reproduz a questão social e suas formas de manifestação nos momentos históricos, não sendo estes passageiros, ao contrário, se tornam constitutivos do desenvolvimento do sistema, tornando-o dominante³². Logo, ao refletirmos sobre os aspectos discutidos até o momento nos aproximamos da compreensão da questão social, em um contexto pautado por estudos acrílicos sobre a pobreza e a exclusão e, concordamos com lamamoto (2001, p. 21) quando afirma:

Nesse cenário a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam. Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas no dia a dia contra as mesmas – na sua maioria licenciadas pelos meios de comunicação – no âmbito do trabalho, do acesso a direitos e serviços no atendimento as necessidades básicas do cidadão, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero, etc. A globalização do capital globaliza também a questão social, atingindo não apenas os países pobres que lideram o ranking mundial das desigualdades, mas espraiando-se aos recantos mais sagrados do capitalismo mundial, sob formas e particulares e distintas segundo características nacionais.

lamamoto (2007) ao destacar as categorias marxianas, exército industrial de reserva e pauperismo, reforça a perspectiva de que não se presencia uma “nova questão social” na contemporaneidade, ao contrário, temos a mesma questão social produto das relações capitalistas, reproduzida sob novas mediações históricas e com novas expressões em todas as dimensões da vida em sociedade. Portanto, na contemporaneidade não há uma nova questão social, e sim outras formas da mesma se manifestar, contatando ainda, as contradições fundantes e a reprodução

³² De acordo com Netto (2001, p.48), “o que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “*tradicionais*” da “*questão social*”, a emergência de novas expressões da “*questão social*” que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser”.

das desigualdades³³ (MOTA, 2008).

Deste modo, diante dos diversos fragmentos da questão social na contemporaneidade destacamos as expressões relacionadas à juventude e, portanto, reafirmamos que não existe uma questão social do jovem ou da juventude, ao contrário, trataremos da juventude pobre como uma das refrações da questão social.

Destacamos os jovens pobres, pois estes são o foco deste estudo, mas compreendemos que os vários grupos de jovens divididos por classe ou outros modos de organização apresentam-se como refração da questão social, bem como, existem diversas demandas dos jovens que ultrapassam os grupos sociais e se tornam grandes demandas sociais. Apontamos também que existem especificidades nas condições de vida e de trabalho das famílias de trabalhadores pobres e, portanto, as condições de vida e de trabalho dos jovens pobres têm inúmeras conexões.

Dentre os fragmentos da questão social manifestados na população jovem e que se tornaram alvo de discussões na academia e de atenção dos governos e das políticas públicas, apontamos: os jovens como vítimas e protagonistas da violência, com ênfase nos jovens infratores, nos jovens vítimas da violência e nos jovens usuários de drogas; a educação dos jovens, com foco na educação básica, o combate ao analfabetismo e a evasão escolar; à saúde dos jovens, com foco na prevenção da gravidez precoce e das infecções sexualmente transmissíveis; o desemprego juvenil, com foco na qualificação profissional e na inserção no mercado de trabalho (CORROCHONO, 2011; CASTRO, 2011; RIBEIRO, 2011).

Em tempos de múltiplos conceitos, crenças e mitos sobre os jovens, entrelaçados em questões socialmente construídas como os “problemas da juventude”, apontamos a necessidade de aproximações com a velha questão social

³³ “Na abertura do século XXI, persistem as contradições fundantes da pauperização dos trabalhadores, e portanto, a reprodução das desigualdades sociais, mas novas situações surgem, assim como novos métodos de enfrentamento. Neste sentido não apenas as situações que seriam designadas como configuradoras da questão social se alteram, como se altera a própria definição de questão social vis-à-vis as novas modalidades do seu enfrentamento” (MOTA, 2008, p. 41).

que traz na atualidade novos modos de expressão. Logo, além dos “problemas dos jovens” apresentados midiaticamente, os jovens pobres em sua diversidade expressam as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores associados aos desejos e necessidades modernos.

Ser pobre pode ser vantajoso no momento de conseguir algum benefício, como por exemplo, ser incluído num programa ou projeto social, caso contrário, o assumir-se pobre parece ser mais incômodo que de fato o ser. Logo, os jovens pobres (critério para inclusão no Projeto Primeiro Passo) preferem não ser reconhecidos a partir desta categoria, afinal, existe uma classe média em ascensão no Brasil na qual eles podem ser absorvidos pelos critérios de renda definidos. Outra situação é a construção grupo dos extremamente pobres, sendo mais um motivo para este distanciamento dos jovens com a pobreza. Nas palavras de um do entrevistado:

Meus pais sempre me ensinaram aquele negócio, pobre é pobre de espírito, material a gente conquista. Pobre é a pessoa que já desistiu da vida, é pobre de espírito. Eu sou classe média, nem alta, nem baixa, média. As condições que meu pai tem não é aquela de chegar aos fins de semana, curtir, gastar e voltar pra casa despreocupado, mas também, não é aquela: “ai meu Deus do céu”. Coloca a mão na cabeça e tá tudo enforcado. No dia que a gente não tem a gente levanta a mão pro céu e agradece. Aquela é apenas mais uma batalha pra gente e, continua a vida, batalhando... Quando tem, tem. Quando não tem, não tem. Graças a Deus nunca passamos fome. Eu nunca passei, mas meu pai já. Então hoje ele se considera rico. Quando ele era mais novo ele não tinha casa, morava na rua, não tinha o que comer. (Tadeu)

Para o jovem, as classes seriam divididas pela capacidade de consumo e deste modo, se a pessoa tem capacidade de gastar “sem se preocupar”, pode ser considerada rica; mas, se em alguns dias, a pessoa nada têm, este seria o pobre, ou melhor, o extremamente pobre. Portanto, seguindo este pensamento as pessoas com capacidade para consumir, podem ser consideradas classe média, seja a “nova” ou a “velha”. Contudo, para Chauí (2013), trata-se, ao contrário, da nova classe trabalhadora brasileira que, “começa, finalmente, a ter acesso aos direitos sociais e a se tornar participante ativa do consumo de massa”.

Nesta perspectiva, torna-se importante construirmos aproximações com a questão social na contemporaneidade e as respostas do Estado materializadas através das políticas públicas de “inclusão social”. Destacamos assim, as

interferências da lógica neoliberal e da sociabilidade do capital contemporâneo e suas crises econômicas, nos processos de constituição e reformulação de tais políticas.

3.3 As crises do capital, as políticas sociais e o enfrentamento da questão social: repercussões para a juventude

De acordo com Mézáros (2002), o capital é indissociável das outras estruturas do sistema, quais sejam: o Estado e o trabalho. Portanto, devemos situar o Estado nos processos sociais e históricos da civilização do capital, bem como em suas contradições postas (CARVALHO, 2010).

O sistema do capital entra em crise com o modelo de Estado liberal³⁴, evidenciada com a crise dos anos 1929 aos anos 1932, período conhecido como a “grande depressão”³⁵, da qual suas causas específicas não serão tratadas neste estudo. Contudo, destacamos que durante estes anos era preciso conter a crise e urgentemente estabelecer medidas para recuperar a economia. Logo, a intervenção do Estado se torna necessária, principalmente com a criação de políticas sociais capazes de compensar a baixa renda dos trabalhadores e superar as condições de desemprego. Este novo modelo que estimularia o consumo e o restabelecimento da economia, e conseqüentemente manteriam o sistema próspero, ficou conhecido como Estado Keynesiano³⁶, pois se tratava de políticas públicas baseadas no

³⁴ O Estado liberal compreende o período entre meados do século XIX e os anos 30 do século XX e fundamenta-se nas ideias do liberalismo, “alimentado pelas teses de David Ricardo e de Adam Smith, que formula a justificativa econômica para a necessária e incessante busca do interesse individual, introduz a tese que vai se cristalizar como fio condutor do Estado liberal: cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem estar coletivo. É o funcionamento livre e ilimitado do mercado que assegura o bem-estar coletivo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 56).

³⁵ A Grande Depressão é considerada a maior crise mundial do capitalismo até aquele momento. “Uma crise que se inicia no sistema financeiro americano(...). A crise se alastrou pelo mundo reduzindo o comércio mundial a um terço do era antes. (...) e se instaura, em paralelo à revolução socialista de 1917, uma forte crise econômica, com desemprego em massa, e também de legitimidade política do capitalismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 68).

³⁶ De acordo com Behring e Boschetti (2008, p. 86), “ao keynesianismo agregou-se o pacto fordista – da produção em massa para o consumo em massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores

pensamento de Keynes. O Estado tornou-se um forte interventor, com altas taxas de crescimento, e a produção respondendo a demanda de consumo em massa (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Na citada crise de acumulação o que estava em xeque era a produção, uma vez que havia grande quantidade de mercadorias e poucos compradores em condições de compra tendo em vista que os trabalhadores, a grande massa de compradores, não possuía condições para se tornarem consumidores e manterem o sistema. Seguindo a lógica, sem consumidores em quantidades suficientes, a produção entra em colapso e logo em seguida muitos de seus detentores, os capitalistas, entram em falência.

As intervenções do Estado, na regulação econômica, avançam os limites impostos pelo Liberalismo Clássico³⁷ e o apelo do padrão fordista de produção se torna mais convincente, justificando ainda a manutenção e consolidação das políticas sociais. As políticas públicas foram geradas, não apenas como resposta às demandas dos trabalhadores e de avanços das organizações sindicais, mas também para a manutenção do consumo e da produção em massa. Consideramos ainda nesta análise, a luta dos trabalhadores envoltos das ideias socialistas, que aceleraram os processos de negociação e pactuação, principalmente através dos acordos fordistas apoiados pelos governos social-democratas. Tratamos, portanto, do chamado capitalismo tardio ou maduro³⁸.

De fato, houve no período em questão uma expansão das políticas sociais

do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho. O fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das condições sociais, em condições políticas determinadas”.

³⁷ No liberalismo clássico, a intervenção do Estado era limitada à fiscalização dos contratos, estes ditados pelas regras do mercado. Segundo esta perspectiva, todos eram vistos como proprietários, com capacidade de negociar, seja sua força de trabalho, seja os meios de produção. Entre os pressupostos do liberalismo estão o equilíbrio natural entre os homens e a mediação pelo mercado. Estas perspectivas se tornaram hegemônicas desde o século XIX e só foram questionadas a partir da crise da acumulação dos anos 1930 do século posterior (NOBRE, 1999).

³⁸ O capitalismo tardio ou maduro, segundo Behring e Boschetti (2008, p.82-83), “caracteriza-se por intenso processo de monopolização do capital, pela intervenção do Estado na economia e no livre movimento do mercado, constituindo-se oligopólios privados (empresas) e estatais (empresas e fundações públicas), e expande-se após a crise de 1929-1932, e sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial”.

pelos fatores já apontados, proporcionando grandes conquistas nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores. Ganhos também para os capitalistas com o aumento dos lucros e o crescimento econômico. No entanto, como apontam as autoras Behring e Boschetti (2008), nos anos 1960 o Estado já não conseguia mais manter as políticas sociais, tendo em vista que o emprego se tornara escasso e sem capacidade de absorver os mais jovens gerando uma demanda ainda maior por políticas sociais para os desempregados. Em consequência crescem as dívidas públicas e surge um movimento político social da elite contra os modelos de políticas sociais assumidos pelo Estado.

Seguindo esta tendência encontra-se ainda, o aumento da estrutura burocrática do Estado com custos altos para sua manutenção, a crise fiscal que se agrava e ainda, o esgotamento da capacidade de financiamento do Estado. Agregado a estas questões encontramos a nova realidade dos trabalhadores, que se mostram menos resistentes às propostas do capital para desorganização de direitos já conquistados, bem como a derrota do modelo e das ideias do socialismo real. Neste cenário já posto surge uma nova crise capitalista iniciada nos anos 1970 e ficou conhecida como a crise do keynesianismo e do taylorismo-fordismo³⁹, com o avanço das ideias neoliberais e a constituição do Estado neoliberal⁴⁰ (ANDERSON, 1995; NOBRE, 1999).

Trataremos nestes termos do Estado neoliberal⁴¹ e das estratégias e ideias utilizadas para superar a crise do sistema do capital, atuando principalmente com o conseqüente desmonte das conquistas dos trabalhadores proporcionadas no Estado keynesiano.

Com a nova crise do capital temos conseqüências de dimensões

³⁹ Sobre o keynesianismo e do taylorismo-fordismo ver ANTUNES (2009) e SENNETT (2008).

⁴⁰ De fato, segundo Nobre (1999), o que tem-se é a retomada das ideias do liberalismo clássico em um novo momento de mundialização do capital. Nestes termos, o Estado cria as condições para a efetivação desse modelo, com garantias de livre comércio e acordos entre países e entre indústrias e diversos países. Nesta perspectiva, surge também a demanda de desregulamentação do mercado de trabalho, como condicionante ao aumento do lucro e ainda pela privatização de empresas estatais que gerem lucro ao capital.

⁴¹ Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo surge após a segunda guerra mundial, com o objetivo de desconstruir o keynesianismo e suas propostas de um Estado intervencionista e de bem-estar, instaurando por sua vez um capitalismo livre de regras e intervenção.

estruturais que afetam profundamente e principalmente, a classe trabalhadora (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). A precarização do trabalho apresenta-se como uma característica importante deste período que, juntamente com o fenômeno do desemprego, atinge principalmente os mais jovens e as mulheres⁴² (CASTEL, 2008). De fato, se tratava de uma crise estrutural, uma vez que o capital apresenta várias crises históricas e as mesmas são sempre estrategicamente superadas⁴³.

As reformas do Estado aparecem na cena pública como necessárias e são assim justificadas a partir da impossibilidade do aparelho estatal manter as políticas sociais e ainda, com a prerrogativa da urgente estabilização financeira para retomar o crescimento da economia. Diante desta realidade, as reformas têm encontrado pouca resistência, até mesmo pela existência da ideologia que a coloca como o único meio necessário para conter as crises e suas consequências⁴⁴. Nesta perspectiva, conforme acrescenta Montaño (2012, p. 277):

A estratégia neoliberal orienta-se numa tripla ação. Por um lado a ação estatal, as políticas sociais do Estado, orientadas para a população mais pobre (cidadão usuário); ações focalizadas, precarizadas, regionalizadas e passíveis de clientelismo. Por outro lado, a ação mercantil, desenvolvida pela empresa capitalista, dirigida à população consumidora, com capacidade de compra (cidadão cliente), tornando os serviços sociais mercadorias lucrativas. Finalmente a ação do chamado 'terceiro setor', ou da chamada sociedade civil (organizada ou não), orientada para a população não atendida nos casos anteriores, desenvolvendo uma intervenção filantrópica.

Surge então, como proposta ideológica, a crítica aos programas sociais e as políticas de seguridade do trabalhador conquistadas no Estado keynesiano. Estes passam a ser percebidos como os grandes causadores da incapacidade atual do Estado manter o sistema, bem como incompatíveis com os novos modelos de gestão do trabalho nos moldes neoliberais. Logo, as reformas iniciam pelos

⁴² Castel (2008, p.519-531), descreve três fases desse processo: “desestabilização dos estáveis”; a instalação na precariedade e, o que ele chama de “déficit de lugares”, ou espaços de utilidade social, que geram a inatividade forçada, afirmando que para estes desempregados “a identidade pelo trabalho está perdida”.

⁴³ Segundo Antunes (2009, p.33), essa crise “exprimiu, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro”.

⁴⁴ “Como resposta a sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal(...); a isso se seguiu também o intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares da expansão anteriores.” (ANTUNES, 2009, p.33)

programas sociais, com desregulamentação de direitos e reestruturação da rede de proteção social, perpetuando a lógica da incapacidade do Estado dar conta das demandas dos indivíduos, sendo esta responsabilidade conferida a cada um a partir de sua relação com o mercado. Conforme destaca Boschetti (2012, p. 781): “de 'motores' do crescimento, as políticas sociais passam a ser vistas como 'freios' do crescimento econômico e se sucedem as críticas ao peso do Estado social, das despesas crescentes e das 'generosas' prestações sociais”.

Nesta nova estrutura encontramos a ampliação das relações entre países, com ênfase nos mercados financeiros; o comércio internacional, com a transferência de empresas para países que dispõem de mão de obra com baixos custos de salários e encargos sociais e; o avanço tecnológico, com a utilização de novos meios de produção e a ascensão da robótica. Esse fenômeno conhecido também como “globalização” vem apresentar um modelo internacional de divisão e organização do trabalho, pautado no novo modelo de acumulação, dita flexível⁴⁵, alternativa para a crise do fordismo.

O modelo de acumulação flexível adotado como estratégia para superar as consequências da crise estrutural, trouxe transformações não apenas nos padrões e na organização da produção, mas também nas relações de trabalho, nos modos de vida do trabalhador e na criação de meios modernos de controle da subjetividade do trabalhador e sua família. Conforme acrescenta Geisler (2006, p. 374), “o não reconhecimento do trabalho como objetividade-subjetividade é uma armadilha ideológica e, em nome dela, a produção da subjetividade dos trabalhadores vem sendo orientada no sentido da servidão voluntária”. De fato, este padrão de produção ampliou os processos de acumulação da riqueza socialmente produzida⁴⁶ na sociabilidade do capital (SENNETT, 2008; ANTUNES, 2009).

Nestes moldes encontramos na contemporaneidade diversas formas de

⁴⁵ Sobre o modelo de acumulação flexível ver ANTUNES (2009) e SENNETT (2008).

⁴⁶ De acordo com Mota (2008, p. 21), “as condições de vida e de trabalho do enorme contingente de pessoas que vivem à margem da produção e do usufruto da riqueza socialmente produzida são reveladoras de que a desigualdade social é inerente ao desenvolvimento do capitalismo e das suas forças produtivas. O modo de produzir, distribuir e acumular bens materiais e riqueza é um produto histórico, resultado da ação de homens e mulheres que, ao proverem as necessidades de produção da própria vida, reproduzem as relações sociais.

precarização do trabalho, dentre as quais destacamos: a terceirização, as subcontratações e as contratações temporárias, todas com o intuito de garantir a flexibilização do trabalho exigida no contexto atual, permitir a redução dos direitos e fragilizar as organizações coletivas. Encontramos ainda, o avanço tecnológico que não resolve as necessidades sociais dos trabalhadores, ao contrário, aumenta o nível de exigência do trabalho e principalmente de qualificação. Neste contexto, não podemos deixar de destacar a intensificação do trabalho; o aumento das exigências da produtividade, com reflexos na remuneração e diminuição do número de trabalhadores; e as interferências na vida privada do trabalhador (SENNETT, 2008; ANTUNES, 1995).

Neste modelo é possível encontrar numa mesma organização diversos tipos de contratação da força de trabalho, prevalecendo às relações de trabalhos sem garantias dos direitos sociais e das condições de trabalho satisfatórias, com carga horária elevada ou indefinida, contribuindo para o sucesso do processo de desmobilização da classe trabalhadora (YASBEK, 2001). Portanto, vivenciamos além da fragmentação da classe trabalhadora, uma atuação tímida dos sindicatos, mesmo considerando os momentos de resistência aos apelos das ideologias neoliberais.

De fato, as conquistas trabalhistas e os direitos associados à condição de trabalhador, de um modo geral, vêm sendo desconstruídos a partir das ideias vigentes, que apresentam como propósito, manter as reformas neoliberais⁴⁷ e ampliar as estratégias da produção flexível. As consequências são claras para os trabalhadores, seja pela questão das condições e organização do trabalho, seja pelas políticas de seguridade social que também são reduzidas segundo a lógica neoliberal.

⁴⁷ Para manter a estabilidade econômica no liberalismo, de acordo com Anderson (1995, p.11), “seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com a estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos.

Nestes termos, consideramos a questão social como elemento central para compreensão das políticas sociais e observamos as consequências deste processo nos modos de vida e de trabalho da população trabalhadora, principalmente nas relações e organização do trabalho e ainda, na pobreza e suas sequelas materiais e subjetivas, que se processam desde a fome até a ignorância. Nas palavras de Yasbek (2001, p. 35):

Sinais que expressam também o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza e banalizá-la e, sobretudo a profunda incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem capitalista internacional e os investimentos sociais do Estado brasileiro. Incompatibilidade legitimada pelo discurso, pela política e pela sociabilidade engendrados no pensamento neoliberal que, reconhecendo o dever moral de prestar socorro aos pobres e “inadaptados” à vida social não reconhece seus direitos sociais.

Contudo, na atualidade a lógica formal desconsidera os processos históricos de constituição da questão social e de suas formas de expressão. Como consequência deste modo deficiente de compreender a realidade, o Estado apresenta estratégias de abordagem da questão social considerando apenas suas expressões isoladas, ou seja, não associa com a realidade que as produziu. O Estado, portanto, se torna o administrador das expressões da questão social, compreendidas de forma fragmentada e resumidas a “problemas sociais”. Logo é comum que as ações governamentais se organizem a partir de políticas assistencialistas ou da filantropia arcaica, e em caso de descontentamento por parte dos trabalhadores, entra em ação a repressão através dos aparelhos constituídos pelo Estado para manter a ordem (IAMAMOTO, 2007).

Iamamoto (2007) destaca a existência de dois projetos políticos institucionais distintos com o objetivo de atender as demandas por políticas sociais públicas no Brasil. O primeiro se fundamenta nos direitos sociais conquistados nos anos 1980 através das lutas dos trabalhadores e o segundo, se inicia a partir da inspiração neoliberal⁴⁸, materializada desde os anos 1990, através da reestruturação do Estado e seus desdobramentos, entre eles, o processo de fragilização da

⁴⁸ O período neoliberal consolida-se na década de 80 do século XX com a proposta e o ideal de internacionalização do capital, que consiste na procura por novos mercados, ampliação das taxas de lucros, substituição do modelo fordista por outro modelo capaz de reduzir os custos da produção e principalmente com novos modelos de gestão do trabalhador e organização do trabalho (BEHRING; BOSCHETT, 2008).

organização política dos trabalhadores e a subordinação dos direitos sociais à lógica orçamentária.

Apesar da implementação das políticas sociais pelo Estado serem contraditórias com a lógica liberal do individualismo e do Estado mínimo⁴⁹, ao serem incorporadas na proposta dos governos e das classes se constituem respostas às expressões da questão social numa dada sociedade e num modo particular de estabelecer relações, qual seja: a civilização do capital. De fato, as políticas sociais são respostas às pressões dos trabalhadores organizados, que tencionam o capital por melhores condições de vida e de trabalho e contra os processos de exploração aos quais são submetidos⁵⁰, expressas, por sua vez, nas greves e em outras estratégias de lutas (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

O tencionamento dos trabalhadores, contudo, não gera ruptura entre o Estado liberal do século XIX e o Estado social do século XX, muito menos uma ruptura com o capitalismo, que também foi alvo de questionamentos (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Ao contrário, tratamos aqui de uma continuidade, que podemos precisamente perceber com a retomada dos ideais liberais e com o Estado neoliberal, ou mesmo, com a versão atual que encontramos no Brasil, que Branco (2008) arrisca chamar de “Estado social liberal”.

No processo das relações entre capital e trabalho, ganhos e conquistas também são encontrados. Se por um lado, geram riqueza e continuidade do sistema do capital, por outro, promoveram a conquista de direitos, dentre estes, destacamos os direitos políticos e os direitos sociais. Contudo, os processos de conquistas e implantação das políticas sociais, enquanto materialização dos direitos sociais ocorre de forma diferenciada entre os países⁵¹, “dependendo dos movimentos de

⁴⁹ Behring e Boschetti (2008, p. 61-62), fazem a síntese dos elementos essenciais do liberalismo descritos a seguir: a) predomínio do individualismo; b) o bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo; c) predomínio da liberdade e da competitividade; d) naturalização da miséria; e) predomínio da lei da necessidade; f) manutenção de um Estado mínimo; g) as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício; h) a política social deve ser um paliativo.

⁵⁰ Segundo Behring e Boschetti (2008), a luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho ou seja, pela redução da exploração; e a resposta das classes e do Estado a tais mobilizações são as primeiras expressões da questão social. Ao mesmo tempo, a redução da jornada no decorrer dos tempos, caracteriza o processo da lutas dos trabalhadores contra o capital, bem como a formação de uma consciência coletiva de classe.

⁵¹ “As políticas sociais se multiplicam lentamente ao longo do período depressivo, que se estende de

organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 64). Logo, a Europa, um exemplo clássico de qualidade de vida e de trabalho, desde a década de 2000, encontra-se em processo, “o abandono das políticas passivas de proteção ao rendimento e sua substituição por políticas 'proativas de trabalho', designadas como políticas de ativação⁵²” (BOSCHETTI, 2012, 783).

Na contemporaneidade a mundialização da economia apresenta características políticas e econômicas específicas, como a financeirização da economia que redefine as expressões da questão social. Neste cenário devemos compreender o capital financeiro a partir da totalidade das esferas sociais, políticas e econômicas, uma vez que é nesse contexto que o capital se processa. De fato, o Estado Nacional se coloca como suporte ao capital financeiro e seu novo ordenamento, qual seja: a união entre grupos industriais transnacionais com as instituições financeiras (IAMAMOTO, 2007). Conforme acrescenta Pochmann (2013, p. 152), “o estágio atual de reestruturação capitalista faz com que as grandes corporações sejam maiores que estados nacionais; assim não são mais justamente o inverso”.

Nesta perspectiva, o fetichismo do mercado financeiro obscurece o modo de funcionamento e de dominação do capital e a desregulamentação iniciada na esfera financeira e estende-se a outras esferas dentro de um mesmo contexto histórico, implicando diretamente nas relações de trabalho e nas condições de vida do trabalhador. Cabe então ao Estado neoliberal a satisfação das necessidades básicas daqueles que por circunstâncias diversas encontram-se desligados das

1914 a 1939, e se generalizam no início do período de expansão após a Segunda Guerra Mundial, o qual teve como substrato a própria guerra e o fascismo, e segue até fins da década de 1960” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 69).

⁵² “Essas políticas de ativação se traduzem em duas grandes orientações: a primeira consiste em estabelecer subsídios fiscais para tornar o trabalho mais rentável ou lucrativo para as empresas, e a segunda se traduz na exigência de realização de atividades em contrapartida às prestações assistenciais e de seguro desemprego. Tal perspectiva reforça a primazia do trabalho a qualquer custo, introduz a exigência de uma relação mais direta entre assistência e trabalho e fortalece a velha dicotomia trabalho-assistência, segundo a qual 'os pobres aptos ao trabalho' devem se submeter a qualquer tipo de atividade para ter o direito a receber um benefício assistencial” (BOSCHETTI, 2012, p. 784).

relações com o mercado. Surge então na atualidade o fenômeno do crescimento das políticas de assistência social, focalizadas na transferência de renda e combate a pobreza e, ao mesmo tempo, um recuo da rede de proteção social aos trabalhadores, com perdas de direitos principalmente, na previdência e na saúde, bem como, a especulação dessas áreas pelos setores privados, materializados pelos planos de saúde e planos de previdência privados (MOTA, 2008).

A questão social e as políticas sociais no Brasil⁵³ apresentam características que se relacionam com as particularidades da formação social, histórica e política, e podemos identificar que durante o processo de industrialização tardia do país, a economia aliou-se ao capital externo com a proposta de crescimento, gerando o “desenvolvimento desigual”, onde o desenvolvimento econômico não é compartilhado com o desenvolvimento social (IAMAMOTO, 2007; BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Portanto, no modelo brasileiro nunca houve um rompimento completo com o conservadorismo, sendo esta vertente uma realidade desde o período colonial. Seguindo esta lógica, “o Direito” garante a igualdade de todos, mas as relações cotidianas e as condições econômicas e de classe, limitam o acesso aos direitos e as possibilidades reais de acesso a bens, ou ainda, de acordo com Fernandes (2006, p. 46) “o aparecimento de formas agressivas da dualidade ética, nas quais o nosso grupo com frequência se reduzia à família dos interessados e o grupo dos outros acabava sendo a coletividade como um todo”.

De fato, o processo de modernização do Brasil foi acompanhado pelos modelos oligárquicos e pelos padrões de relações pautadas no coronelismo e clientelismo, numa sociedade patrimonialista onde os interesses privados se confundem com o público. Conforme destaca Holanda (1995, p. 146), “para o funcionário patrimonial, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular”. Logo, a cidadania no Brasil se constrói a partir das relações de dependência, onde a ética do favor se mantém enraizada, e como resultado de seu encontro com a política neoliberal, tem-se a manutenção do conservadorismo, com o

⁵³ “A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 78).

encolhimento dos espaços públicos e a sua utilização para interesses privados (IAMAMOTO, 2007).

Nestes termos, o governo de Vargas iniciado nos anos 1930, tenta equilibrar, através da força e da concessão de direitos, as reivindicações dos trabalhadores e a manutenção do poder. Temos nesse período, a introdução da política social no Brasil⁵⁴, com foco nos direitos trabalhistas e previdenciários, que se constituíram ganhos significativos ao trabalhador e, ao mesmo tempo, encontramos a repressão policial às manifestações populares e a organização política dos grupos, com a implantação da ditadura do Estado Novo nos anos 1937 (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

O sistema de proteção social construído após os anos 1930 e estendido até os anos 1970 com a ditadura militar eram ineficientes e apresentava desperdícios, bem como de com Draibe (2003, p. 67), “do ponto de vista decisório e de recursos combinava uma formidável concentração de poder e recursos no executivo federal com forte fragmentação institucional, porosa feudalização e balcanização das decisões”. Nesta perspectiva, de acordo com Araújo (2000, p. 261), “o que caracterizava o Estado brasileiro era seu caráter desenvolvimentista e conservador”. Portanto, não vivenciamos na realidade brasileira, um Estado de bem-estar nos moldes do Estado keynesiano do pós segunda guerra mundial, uma vez que foi promovido o desenvolvimento sem transformação das relações sociais, bem como, não foi produzido mudanças nas estruturas fundiárias e nem revoluções na educação⁵⁵.

O principal objetivo do Estado brasileiro no século XX era a consolidação da industrialização, com pouca ênfase no bem-estar e na proteção social, portanto, a ampliação das políticas públicas acontece apenas nas áreas voltadas ao desenvolvimento da industrialização (ARAÚJO, 2000). Seguindo esta perspectiva de

⁵⁴ Nos anos 1930, criam-se o Ministério do Trabalho, Ministério da Educação e Saúde Pública. São regulamentados os acidentes de trabalho, o auxílio-doença, o auxílio maternidade, e o auxílio família, bem como as aposentadorias e pensões. A carteira de trabalho é criada em 1932. A assistência a saúde ainda era regulada através da Previdência e a Assistência Social ainda era percebida como favor e tutela do Estado e a LBA foi criada em 1942. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008)

⁵⁵ Araújo (2000) cita exemplos de países como o Japão, que investiu na educação no pós guerra e que conseguiu se transformar numa potência mundial; e o caso da Coreia do Sul que realizou a reforma agrária antes mesmo de desenvolver a industrialização.

análise, acrescenta Draibe (2003, p. 68):

Afinal, nosso Estado desenvolvimentista teve bastante êxito em dar impulso a industrialização e promover a transformação capitalista da estrutura social, mas o fez, como se sabe, em base a processos sociais extremamente violentos – recorde-se a selvagem modernização do campo e a rapidez da urbanização - e de um modo pouco moderno, nada inclusivo de incorporação dos setores populares, pouco referido a direitos e a expansão da cidadania, limitado, na prática, aos assalariados urbanos do mercado formal de trabalho e, no plano das políticas, à regulação das relações trabalhistas e aos benefícios previdenciários.

A Constituição de 1988, sem dúvida, inaugura um novo modo de se relacionar com as políticas sociais e os direitos sociais, principalmente no campo da seguridade social (saúde, previdência e assistência social). No entanto, conforme destaca Pochmann (2013, p. 151), “a difusão do receituário neoliberal na década de 1990, praticamente paralisou as possibilidades de avanço do gasto social, com crescente focalização dos recursos e desvio da tendência universalista”.

As mudanças ocorridas com as reformas pós constituição de 1988, e também com a democratização, pós ditadura, trouxe benefícios objetivos e acesso a políticas públicas para a população brasileira, principalmente, a população pobre que sofreu os impactos a médio e longo prazos, que já podem ser avaliados na atualidade. Segundo Pochmann (2013, p. 151), “sem elas, o Brasil teria, em 2008, 40,5 milhões de pessoas recebendo um rendimento de até 25% do salário mínimo nacional”. Ainda assim, os pobres são mantidos em seu espaço limitado e longe das classes sociais mais favorecidas, pois ainda são considerados perigosos (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

De acordo com Behring e Boschetti (2008), os princípios⁵⁶ que devem nortear a seguridade social no Brasil mostram as contradições entre o avanço do texto constitucional e a incapacidade de execução das políticas segundo estes princípios. Nesta perspectiva, as orientações para a reestruturação do sistema que engloba as políticas sociais são, de acordo com Draibe (2003, p. 69):

O direito social como fundamento da política; o comprometimento do Estado com o sistema, projetando um acentuado grau de provisão estatal pública e

⁵⁶ Behring e Boschetti (2008) desenvolvem uma análise sobre os princípios promulgados no artigo 194 do Capítulo II (Da Seguridade Social) do Título VIII (Da Ordem Social) da Constituição, quais sejam: a universalidade da cobertura; uniformidade e equivalência dos benefícios urbanos e rurais; a seletividade e a distributividade nas prestações dos serviços; a irredutibilidade do valor dos benefícios; e a diversidade das bases de financiamento.

o papel complementar do setor privado; a concepção da seguridade social (e não do seguro) como forma mais abrangente de proteção e, no plano organizacional, a descentralização e a participação como diretrizes do reordenamento institucional do sistema.

No Brasil, a campanha sobre as reformas⁵⁷ usaram como argumentos a necessidade de atrair capitais, reduzir a dívida externa e interna, baixar os preços dos produtos, melhorarem os serviços e garantir a eficiência das empresas comandadas pelo Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Estas ideias “reformadoras” foram propagadas fortemente nos anos 1990, sendo uma tendência iniciada no governo de Fernando Collor de Melo e ganhando força no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Tratavam-se de fato, de acordo com Behring e Boschetti (2008, p. 148), “de 'reformas' orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980”. Pochmann (2013, p. 153), faz uma análise sobre as mudanças ocorridas a partir dos anos 1990, destacando algumas consequências deste modelo:

Em vez de avançar-se para o desenvolvimento, assistiu-se à regressão social, econômica e ambiental do Brasil, com a queda do 8º posto econômico mundial, em 1980, para o 13º em 2000, e a subida no ranking do desemprego global (do 13º posto em 1980, para o 3º em 2000). Ao mesmo tempo houve um dos maiores processos de concentração de renda e riqueza, decorrência da geração de um expressivo endividamento do setor público (de um terço do PIB, em 1993, para 55%, em 2002), do aumento de 10 pontos percentuais na carga tributária em relação ao PIB e da transferência do patrimônio público para grandes grupos privados nacionais e estrangeiros equivalente a 14% do PIB, com a demissão de mais de meio milhão de trabalhadores. O resultado disso foi a queda na participação do rendimento do trabalho de 50% do PIB para menos de 40% e crescente exclusão social.”

Logo, os direitos constitucionais foram considerados ultrapassados antes mesmo de serem colocados em prática, uma vez que as tentativas de reformas, de fato, não conseguiram mudar as estruturas burocráticas já estabelecidas no sistema de política social vigente e muito menos, estavam de acordo com as orientações neoliberais. Portanto, continuava-se a justificar a necessidade de reformas mais

⁵⁷ Sobre o termo reforma, acrescentam Behring e Boschetti (2008, p. 149): “Embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990 para se autodesignar, partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata, sendo submetida ao uso pragmático como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e sua direção sócio-histórica”.

efetivas e que estivessem ancoradas nas propostas neoliberais. Sobre a realidade das reformas instauradas nos anos 1990 e as influências das estruturas estabelecidas até os anos 1980, acrescenta Draibe (2003, p. 70), que “o movimento reformador dos anos 1990 teve de se haver tanto com o legado histórico do sistema de proteção social como com esse outro legado social, institucional, político e cultural deixado pelo ciclo democratizante de reformas”.

Nesta perspectiva, as políticas públicas aconteceram nos governos FHC e Luiz Inácio Lula da Silva, principalmente na era FHC, com uma tendência de desresponsabilização do Estado e ainda com foco nas reformas do sistema previdenciário e nas privatizações⁵⁸ justificadas pela necessidade de adequação ao panorama mundial e, que na prática, desencadearam o aumento da demanda por políticas sociais, em um contexto de crise econômica, crescente desemprego e aumento da pobreza (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

O governo FHC, de acordo com estudo de Draibe (2003), apresenta três eixos na formulação das políticas sociais, quais sejam: os serviços sociais básicos públicos (previdência, assistência social, saúde, educação, habitação, trabalho e saneamento básico); os programas básicos (apresentados 45 programas prioritários⁵⁹) e o programa de enfrentamento a pobreza (20 programas organizados pelo Comunidade Solidária em parcerias com os Estados, Municípios e sociedade⁶⁰). Os programas de enfrentamento à pobreza seguiam os princípios da descentralização e solidariedade e eram destinados, de acordo com Draibe (2003, p. 74), “em ação simultânea, aos segmentos sociais mais carentes, focalizados pelos critérios territorial (municípios) e de renda (familiar)”.

As “reformas” realizadas pelo governo FHC interferiram também na

⁵⁸ Sobre as privatizações, acrescentam Behring e Boschetti (2008, p. 153), que “houve a entrega de parcela significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro, bem como a não obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial”.

⁵⁹ Dentre eles Draibe (2003) destaca alguns dos que constavam nos planos de governo: Reforma Agrária, melhoria do ensino fundamental, redução da mortalidade infantil, capacitação de jovens e a renda mínima para idosos.

⁶⁰ Dentre estes são destacados por Draibe (2003): redução da mortalidade infantil, desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental, geração de ocupação e renda, qualificação profissional, melhoria das condições de alimentação dos escolares e das famílias pobres, melhoria das condições de moradia e de saneamento básico e fortalecimento da agricultura familiar.

condução das políticas públicas, com a criação das agências executivas e das organizações sociais e ainda, com a regulamentação das parcerias com as organizações não governamentais e as instituições filantrópicas, com amplo apelo à solidariedade e ao voluntariado não-remunerado (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). De fato, o governo estabeleceu algumas preferências para a condução e formulação da política social, reafirmando as parcerias com o Terceiro Setor e optando ainda, de acordo com Draibe (2003), pela criação de mecanismos de regulação do setor privado e Terceiro Setor envolvidos com a política social, por meio de alterações na legislação e criação de órgãos regulatórios, a exemplo das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) e da Agência Nacional de Saúde (ONS).

Dentre as políticas sociais que foram implantadas no governo FHC, destacamos algumas ações partindo do estudo de Draibe (2003), sem, contudo, traçar uma análise mais aprofundada sobre tais políticas, uma vez que nosso objetivo é compreender a lógica ou os fundamentos que perpassam a gestão. Na área da Educação destacamos: a) modernização dos conteúdos do ensino fundamental através do dos Novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's); b) financiamento do ensino fundamental através do Fundo de Desenvolvimento de Ensino Fundamental (FUNDEF)⁶¹. Importante considerarmos a focalização da atenção ao ensino fundamental e o não investimento no ensino infantil e médio, ocasionando uma considerável precarização destas áreas, bem como a descentralização na gestão dos recursos, sendo esta outra marca do governo. Segundo Draibe (2003), houve ainda uma resistência por parte dos estados e municípios que perderam recursos, uma vez que, não apresentaram um número de matrículas no ensino fundamental suficientes para garantir os repasses.

Na política de saúde FHC manteve a proposta da descentralização e da focalização e investiu em algumas ações: a) programa saúde da família e agentes comunitários de saúde que tinham como foco de atenção básica a população mais

⁶¹ O FUNDEF tem como objetivos: garantir recursos mínimos para o ensino fundamental; melhorar os salários dos docentes, pois 60% dos recursos destinados deviam ser gastos com a folha de pagamento; reduzir a disparidades de gasto em cada Estado, através da definição de um per capita por aluno bem como a definição de um piso mínimo para todo o país, a ser destinado aos fundos de educação, sendo que os recursos devem ser complementados pela União caso fosse insuficientes (DRAIBE, 2003).

pobre; b) estabeleceu programas prioritários como exemplo, os voltados ao combate à mortalidade infantil e saúde da mulher; c) descentralização da gestão e dos gastos de acordo com as novas regras da Norma Operacional Básica de 1996. Contudo, os investimentos em outras áreas da saúde não acompanharam o processo de descentralização da gestão e constituição da atenção básica em saúde, resultando em uma distorção das atividades preventivas que deveriam ser realizadas nas unidades de saúde, bem como, favorecendo o inchaço das unidades hospitalares. Importante destacarmos ainda que os instrumentos de fiscalização dos gastos públicos e mesmo, os tímidos conselhos de saúde, não conseguiram impedir o mau uso dos recursos destinados, em grande volume, diretamente aos municípios. Draibe (2003) acrescenta entre estas ações da saúde, a criação em 2001, do Programa Bolsa-Alimentação, sendo uma estratégia ao combate à mortalidade infantil, e ao mesmo tempo, “inaugurando” as transferências de renda direto às famílias.

Na previdência social verificamos mudanças bastante significativas, uma vez que este se tornou o grande vilão dos gastos públicos e portanto, os ajustes se tornaram justificados e estrategicamente implementados pelo governo de FHC. Tais alterações promovidas pela reforma previdenciária são destacadas por Draibe (2003, p. 84):

Mudanças nos critérios de elegibilidade, pela determinação da idade mínima para as aposentadorias e a substituição dos conceitos de tempo de serviço por tempo de contribuição; mudanças nas aposentadorias, pelas alterações nas regras de cálculo, extinção das aposentadorias proporcionais e de quase todas as especiais; unificação dos regimes especiais de servidores públicos e supressão dos auxílios assistenciais (auxílio-natalidade, auxílio-funeral e renda mensal vitalícia).

As políticas de emprego e proteção ao desempregado acontecem no governo FHC através da extensão do seguro desemprego para os empregados domésticos, a extensão prazo de recebimento do seguro de quatro para cinco meses e, podendo ainda ser aumentada em sete meses. Draibe (2003) destaca também, a criação do programa Bolsa Qualificação destinado aos desempregados que frequentam cursos de capacitação e encontram-se em gozo do seguro desemprego. Na área do trabalho e geração de renda Draibe (2003) acrescenta outros programas que considera inovadores: a) o Plano Nacional de Formação Profissional

(PLANFOR), financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e atendendo os trabalhadores desempregados e de baixa qualificação; b) programas de inserção produtiva, com destaque para os programas de microcrédito e os programas de apoio as micro e pequenas empresas⁶².

Compactuando com a lógica proposta pela estratégia neoliberal, de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, para ajustá-las as novas demandas do mercado e reduzir os custos com a mão de obra, o governo FHC desenvolveu algumas alterações destacadas por Draibe (2003, p. 86):

Desindexação salarial; abrangência do contrato por tempo determinado, antes restrito às atividades transitórias, sempre que resultante de negociação coletiva; instituição o banco de horas (alternativas do pagamento de horas extras); instituição da modalidade de suspensão do contrato de trabalho, por período de dois a cinco meses, associada a qualificação profissional a bolsa-qualificação; instituição do regime de trabalho em tempo parcial (com jornada de 25 horas e salário proporcional); introdução do instituto da mediação trabalhista e das comissões de Conciliação Prévia; e reforço de mecanismos de fiscalização do trabalho.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social, prevendo dentre outros objetivos a garantia de um salário mínimo mensal, ao idoso e ao deficiente que não dispõem de meios de prover seus sustento, sendo os fundamentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Nestes termos, FHC assume o governo com a LOAS em vigor e a obrigação de colocar em prática tais determinações.

Dentre as mudanças ocorridas na Assistência Social e nas ações de combate à pobreza destacamos de acordo com Draibe (2003): a) a extinção da Legião Brasileira da Assistência (LBA), uma forma de reafirmar a LOAS, enquanto política pública garantida pelo Estado; b) a regulamentação do BPC, através do Decreto n. 1744 de 8 de dezembro de 1995, e portanto só entra em vigor, de fato, em 1996; c) a implantação dos Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais de Assistência Social e dos Fundos Nacionais, Estaduais e Municipais de Assistência Social, bem como a exigência dos Planos e das Conferências de Assistência Social, para a garantia da descentralização da Política e do controle social. Importante

⁶² Tais programas de acordo com Draibe (2003,p.86): “Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), Proger Rural, Programa de Apoio a Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Crédito para a Reforma Agrária (Procer) e Programa de Crédito Produtivo Popular, do BNDES”.

destacarmos que na prática os Conselhos são paritários, ou seja, sua composição tem 50% de representantes indicados pelo governo e 50% de membros da sociedade civil e mesmo assim podem ser cooptados pelos gestores. Portanto, estes instrumentos de controle social podem se tornar apenas espaços de confirmação das propostas e prestações de contas apresentadas nas reuniões.

O Programa Comunidade Solidária⁶³ revela de forma explícita os interesses do governo em seguir o modelo neoliberal, apropriando-se do discurso da solidariedade para e reafirmar o papel do Estado em relação às políticas sociais, ou seja, garantir a seletividade, a focalização, e ainda, sendo direcionadas para as situações de extrema pobreza e com o apoio das ações humanitárias da sociedade. De acordo com Yasbek (2004, p. 104): “o avanço do ideário da 'sociedade solidária', como base do setor privado não mercantil, parece revelar a edificação de um sistema misto de proteção social que concilia iniciativas do Estado e do denominado Terceiro Setor”.

No segundo mandato de FHC foi criado o Fundo de Combate a Pobreza, em 2000, o Programa Bolsa Alimentação e o Programa Agente Jovem em 2001 e em 2002 cria-se o Auxílio Gás. Estas ações compõem o conjunto de iniciativas de combate a pobreza e assistência social e somam-se aos programas criados no primeiro mandato, como exemplo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de 1995, e o Programa Bolsa-Escola de 1998, sendo os beneficiários mapeados e identificados através do Cadastro Único (DRAIBE, 2003).

No início do Governo Lula é possível perceber as influências das orientações neoliberais para as políticas sociais, pois o Programa Fome Zero traz a perspectiva de que ao Estado cabe a atenção aos miseráveis ou famintos, bem como, de acordo com Fagnani (2011, p. 46), “o esvaziamento da proposta inicial de reforma agrária e as novas pressões para a reforma da previdência e da Assistência Social”. O Programa Fome Zero incorporava diversas ações entre as quais destacamos: a reforma agrária e diversas ações relacionadas à agricultura familiar,

⁶³ “Para administrar esse programa foi criada uma Secretaria Executiva e um Conselho Consultivo vinculado a Casa Civil, composto pelos ministros das áreas sociais e econômicas e 21 membros da sociedade civil. Não possui prerrogativas e sua finalidade estão mais voltadas a mobilização da sociedade civil, de entidades governamentais e não governamentais, e à integração entre níveis federal, estadual e municipal, visando a ações conjuntas no ataque aos problemas da fome e da pobreza” (SUPLICY; NETO, 1995, p. 41).

agregando ainda, a merenda escolar, as cisternas, os restaurantes populares, entre outras. Ainda assim, o governo trabalhou as políticas antes incorporadas ao Programa Fome Zero, em outros programas governamentais.

Deste modo, as mudanças ocorridas não foram apenas no nome, pois quando passa a ser chamado de Bolsa Família desarticula também às políticas e as áreas estratégicas incorporadas ao antigo Programa Fome Zero, com implicações importantes para os passos seguintes da proposta e para as decisões do governo. Deste modo, para compensar a ausência da reforma agrária e a opção pelo agronegócio, o governo Lula, proporciona à ampliação do Pronaf (Programa de Agricultura Familiar criado em 1995), que foi complementado com a criação de outros programas com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos, de 2003 e o Seguro da Agricultura Familiar, de 2004 (FAGNANI, 2011).

A partir de 2003 visualizamos a garantia do controle social, não apenas nas áreas tradicionais como saúde, assistência e educação, mas com a ampliação deste mecanismo para as áreas da segurança alimentar, direitos dos idosos, política urbana, direitos das pessoas com deficiência, igualdade racial, entre outras (FAGNANI, 2011). As mobilizações dos grupos sociais respaldadas pelos Conselhos de Políticas e de Direitos nas mais diversas áreas, por sua vez, proporcionaram uma reorganização institucional a partir da ampliação de Ministérios e a criação de órgãos especializados e melhoria do aparato legal. Destacamos o Estatuto do Idoso aprovado em 2003, que dentre outros ganhos, reduziu a idade de 67 para 65 anos para o requerimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Conforme destaca Fagnani (2011, p. 57):

Em 2005, foram dados passos adicionais no processo de construção da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas): aprovação da nova Política de Assistência Social e a Instituição do sistema Único da Assistência Social (SUAS). No caso da Segurança Alimentar, nesse ano foi instituído o Sistema Único da Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN).

Na área da Educação, destaca-se no governo Lula, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), em 2004. Na área da habitação foi criado o Sistema Nacional de Habitação, formado por subsistemas: o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de

Habitação de Interesse Social. Entre os anos 2006 e 2010, houve a consolidação do Programa Bolsa Família, do Sistema Único da Assistência Social com a ampliação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e a criação do Programa Mais Saúde (PAC da Saúde) que investe na atenção básica (FAGNANI, 2011).

Os avanços nas políticas públicas nos anos do governo Lula devem ser comemorados, principalmente se comparados aos governos anteriores que não conseguiram apresentar uma proposta de continuidade e de grandes impactos iniciados no próprio desenho dos programas e projetos propostos. Ainda assim, ressaltamos que, no Estado brasileiro, as políticas sociais são resumidas em ações compensatórias direcionadas ao público em situação de pobreza ou sem capacidade de trabalho e, de acordo com Behring e Boschetti (2008, p.156), “prevalendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, quais sejam: a privatização, a focalização e a descentralização”.

Nestes termos, o Estado brasileiro tem processado as intervenções sobre a questão social de forma contraditória, buscando equilibrar a criação de políticas sociais públicas (ampliação da educação pública superior e profissional; ampliação de políticas de assistência social e geração de renda, agricultura familiar, entre outras) com a abertura destes espaços para o setor privado da educação sem qualidade, do agronegócio e ainda, com apelos para a solidariedade social e o incentivo ao crescimento do terceiro setor⁶⁴. Devemos analisar e avaliar estas parcerias criadas em processos de negociação - confundida muitas vezes com democratização - e possibilitada com a entrada no poder de outros atores nas esferas governamentais, uma vez que, a participação e a reivindicação da sociedade civil requerem propostas, fiscalização e avaliação. Portanto, “ao mesmo tempo em que temos que atuar no espaço alternativo, temos que disputar o espaço oficial, porque aí está o dinheiro público” (ARAÚJO, 2000, p. 282).

⁶⁴ Sobre esta perspectiva, alerta Yasbek (2001, p. 37): “frente a esta conjuntura de crise e mudanças, as Políticas Públicas na área social deverão acentuar seus traços de improvisação e inoperância, seu funcionamento ambíguo e sua impotência na universalização dos acessos a serviços sociais delas derivados. Permanecerão políticas ad hoc, casuísticas, fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes obsoletas e deterioradas. Corremos o risco de uma grave regressão de direitos sociais. Embora seja bom lembrar que o reconhecimento de direitos, mesmo garantidos constitucionalmente, não vem se constituindo atributo efetivo das políticas sociais no país. No vasto campo de atendimento das necessidades sociais das classes subalternas administram-se favores. Décadas de clientelismo consolidam uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dessas classes em nossa sociedade.

É neste espaço contraditório do Estado capitalista moderno onde são formuladas e impressas com forte ranço de um Estado desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário (ARAÚJO, 2000), as políticas sociais públicas de assistência social, educação, trabalho e renda, saúde, e entre outras, as políticas e os projetos de inclusão voltados para a juventude.

Neste campo de disputas se manifesta a separação dos pobres com a justificativa de incluir os mais “vulneráveis” e, portanto, de desenvolver a setorização dos jovens por problemas identificados ou áreas onde as políticas estão formalmente agrupadas, ou seja, é o “jovem temático”, assim denominado por Carrano (2011, p. 246):

Este surge como expressão modelar do público alvo que as ações desenvolvidas nos diferentes âmbitos ministeriais ou em secretarias de governo pretendem atingir. “Por essa perspectiva tem-se: ‘o jovem-aluno’, ‘o jovem-filho’, ‘o jovem-infrator’, a jovem-mãe’, ‘a jovem-que-não-queremos-que-seja-mãe’, ‘o jovem-rural’ etc.

Para tanto, iniciaremos uma análise sobre as políticas públicas para os jovens e as contradições estabelecidas com a cidadania no sistema do capital.

4 JUVENTUDE, CIDADANIA E AS POLÍTICAS SOCIAIS

4.1 A cidadania construída na sociabilidade capitalista

A cidadania moderna⁶⁵ nos remete a conquistas dos direitos civis, políticos e sociais⁶⁶ vivenciados nos Estados capitalistas a partir de uma mediação entre burguesia e os outros grupos sociais,⁶⁷ ou seja, “a cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade” (MARSHALL, 1967, p. 76). Os direitos do cidadão moderno foram concebidos no século XVIII (direitos civis) e amadurecidos no século XX (direitos sociais) nos países da Europa ocidental e nos Estados Unidos, onde “a cidadania foi uma construção lenta da própria população, uma experiência vivida” (CARVALHO, 1998, p. 35).

No início do capitalismo que sucede o período feudal, a cidadania era resumida ao exercício dos direitos civis, agregando as noções de igualdade e liberdade enquanto valores universais e assumindo por sua vez, “seu caráter particularista na manutenção das estruturas sociais de poder e privilégio” (GEISLER, 2006, p. 358). Esta contradição também é descrita em Marshall (1967), quando observa que a cidadania cresce junto ao desenvolvimento do capitalismo e ainda, que o *status* convive com o estabelecimento das classes sociais. De fato, tais

⁶⁵ De acordo com Tonet (2005, p. 70): “a cidadania teve sua origem na passagem do feudalismo ao capitalismo e que sua trajetória concreta é o resultado de um complexo processo onde entram tanto a ação do Estado e da burguesia como as lutas da classe trabalhadora e de outros grupos sociais”.

⁶⁶ De acordo com Marshall (1967, p. 63): “O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito a propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. (...) Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. (...) O elemento social se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.”

⁶⁷ De acordo com Tonet (2005, p. 73): “O Estado, portanto, não é apenas um instrumento de defesa dos interesses particulares da burguesia, mas também uma expressão invertida da desigualdade social de raiz. Invertida, porque o interesse particular, que reina soberano na sociedade civil, apresenta-se, na sociedade política, sob a forma de interesse geral.”

direitos se tornam relevantes para tal período histórico,⁶⁸ uma vez que, “o emergente Estado liberal traduzia uma concepção de mundo que destronou o antigo direito obtido pelo nascimento” (GEISLER, 2006, p. 358).

No entanto, houve a tentativa de unificar uma identidade nacional independente das diferenças e indiferenças da população e reinventar as culturas nacionais,⁶⁹ que de acordo com Hall (2005, p. 50): “é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”. Logo, construída a partir de identidades ambíguas e de representações que se estabeleceram a partir da ideia de nação no ocidente, “a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade” (HALL, 2005, p. 50).

Na sua organização e funcionalidade, a cidadania se apresentou como emancipação política, ou seja, “a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, a cidadão, a pessoa moral” (MARX, 1989, p. 30). A emancipação política, conforme descrita por Marx (1989) é indiscutivelmente necessária nesse processo de construção da modernidade, principalmente considerando a transição entre feudalismo e capitalismo, bem como, as conquistas emancipatórias necessárias para os indivíduos nesse período. Contudo, tais conquistas não tem um fim em si mesmas, sendo, por sua vez, meios para a concretização da “emancipação humana”⁷⁰.

Analisando a constituição da cidadania na Inglaterra, destaca Marshall (1967, p. 63), que “a cidadania em si mesma, se tem tornado, sob certos aspectos,

⁶⁸ De acordo com Geisler (2006, p. 358): “A igualdade - e a própria noção de cidadania -, a partir de seu nascedouro na Revolução Francesa, torna-se essencialista, pois a proposta emancipatória da burguesia em ascensão contemplava a luta por valores universais que acabaram por se expressar, sobretudo na esfera da liberdade individual”.

⁶⁹ De acordo com Hall (2005, p. 49): “A cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante e comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional”.

⁷⁰ Para Marx (1989, p. 30): “a emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política.

no arcabouço da desigualdade social legitimada”. Logo, a cidadania, ou seja, os direitos estabelecidos convivem e dialogam com as contradições das classes sociais e das desigualdades. Sobre a constituição dos direitos no século XIX, na Europa, destaca Marshall (1967, p. 88):

Os direitos civis deram poderes legais cujo uso foi drasticamente prejudicado por preconceito de classe e falta de oportunidade econômica. Os direitos políticos deram poder potencial cujo exercício exigia experiência, organização e uma mudança de ideias quanto às funções próprias de Governo. Foi necessário bastante tempo para que estes se desenvolvessem. Os direitos sociais compreendiam um mínimo e não faziam parte do conceito de cidadania. A finalidade comum das tentativas voluntárias e legais era diminuir o ônus da pobreza sem alterar o padrão de desigualdade do qual a pobreza era, obviamente, a consequência mais desagradável.

No século XX, ao passo que os direitos sociais foram agregados à cidadania, foram também ampliados seus objetivos, não sendo mais vistos apenas como meio de redução da pobreza, conforme descreve Marshall (1967). O autor trata a cidadania seguindo uma linearidade entre os tipos de cidadania descritos e incorporados nos tempos históricos, sendo que, a cidadania social é o sustentáculo para que as cidadanias civil e política possam desenvolver-se de maneira qualitativa. Acrescenta ainda, que na prática os direitos sociais (como por exemplo, a educação, a habitação, o trabalho etc.) foram adequados segundo as demandas do sistema capitalista. Logo, utilizando como exemplo a educação, enquanto direito de cidadania, destaca que “atualmente se encontra intimamente ligada à ocupação e um dos benefícios, pelo menos que o estudante espera dela, é a qualificação para ocupar uma posição num nível apropriado” (MARSHALL, 1967, p. 100). Portanto, para o autor, existe um diálogo possível e necessário entre cidadania e desigualdade, uma vez que, os direitos contribuem para amenizar os conflitos, ou melhor, evitar que as desigualdades sejam aprofundadas.

Marshall (1967) observa que no campo da cidadania a organização dos grupos em prol da efetivação dos direitos passou a ser também um direito civil, citando como exemplo o direito de associação em sindicatos para as conquistas e melhorias salariais e de vida dos trabalhadores, sendo que estas melhorias, já eram

direitos garantidos⁷¹. O autor acrescenta ainda, que a conquista pelo direito ao salário encontra-se relacionada com a divisão em classes ou grupos de trabalhadores:

À medida que a área de negociação se amplia, a assimilação de grupos necessariamente se segue a assimilação de indivíduos até que a estratificação da população total de trabalhadores esteja, tanto quanto possível, padronizada. Só então os princípios gerais da justiça social podem ser formulados. Deve haver uniformidade em cada nível e diferença entre níveis. Esses princípios dominam a mente daqueles que discutem as reivindicações salariais, embora a racionalização produza outros argumentos, tal como que os lucros são excessivos e que a indústria pode pagar salários mais altos, ou que salários mais elevados são necessários para manter a oferta de trabalho qualificado ou evitar seu declínio” (MARSHALL, 1967, p. 105).

No Brasil este arcabouço de ideias se apresenta no século XIX - período ainda da escravidão e de uma população livre sob o controle dos senhores da terra – não havendo mobilização popular pela conquista destes direitos e, portanto, o modelo de organização dos direitos foi imposto na Constituição do Império, sendo uma cópia das constituições liberais da Europa (CARVALHO, 1998). Nestes termos, na realidade brasileira, a noção de cidadania é contraditória, diversa e conforme destaca Geisler (2006, p.359), “o que deveria caracterizar-se pela impessoalidade (ou universalidade) acaba por se transformar num instrumento a serviço da institucionalização das prerrogativas”.

A apatia do povo brasileiro permanece durante e após a Proclamação da República, se estendendo pelo início do século XX e conforme destaca Geisler (2006, p. 361), “reclamava-se mais como consumidor, do que como quem, desejoso de interferir politicamente, reivindica seus direitos e manifesta sua posição na esfera pública”. Portanto, havia e ainda há uma readequação da individualidade liberal, tornada relacional e clientelista, bem como uma limitação no entendimento e na ação em relação às conquistas dos direitos e a participação cidadã.

Contudo, conforme destaca Marx e Engels (1998), o que convencionou chamar de modernidade encontra-se em constante movimento de incertezas e

⁷¹ Nas palavras de Marshall (1967, p. 103): “Os direitos não constituem um objeto próprio de barganha. Ter de barganhar por uma remuneração numa sociedade que aceita a remuneração essencial para viver como um direito social é tão absurdo quanto ter que lutar para votar numa sociedade que inclui o voto entre os direitos políticos”.

mudanças, que se processam de acordo com as necessidades da produção e, por sua vez desencadeiam transformações nas relações sociais, ou seja, nos modos de viver e conviver dos homens. Logo, podemos pensar a cidadania moderna enquanto um processo em movimento que se reproduz a partir as contradições da vida social e das possibilidades reais de mudança, sendo que “esta forma de sociabilidade tem como seu ato ontológico-primário a compra e venda da força de trabalho” (TONET, 2005, p. 59). Nas palavras dos pesadores:

Todas as relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas veneráveis foram varridas, todas as novas tornaram-se antiquadas antes que pudesse ossificar. “Tudo o que é sólido desmanda-se no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são por fim compelidos a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 14).

Marx (1996; 2010), partindo do estudo das transformações geradas com a ascensão da sociedade burguesa, descreve a contradição da divisão do trabalho e a incorporação de um valor a ser pago em forma de salário, gerando a desigualdade entre as pessoas e o processo de alienação-estranhamento que, por sua vez, está relacionado com o modo de produção e reprodução da cidadania moderna. Nestes termos, segundo Marx (1996, p. 304):

O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega.

Portanto, de acordo com o autor, por não pertencer ao trabalhador, o produto do seu trabalho, pertence a outro homem, tornando a sua atividade e a sua criação, meios para a satisfação de outros. Ao trabalhador resta, um salário como pagamento pela força de trabalho, que se torna meio de satisfação de outras necessidades que não são trabalho⁷². Logo, o trabalhador não se reconhece no seu

⁷² De acordo com Marx (1996, p. 169): “Como o valor do trabalho é apenas uma expressão irracional para o valor da força de trabalho, segue por si mesmo que o valor do trabalho, segue por si mesmo que o valor do trabalho tem de ser sempre menor que seu produto valor, pois o capitalista

trabalho e não se reconhece no outro.

De fato, existe uma construção histórico-social que produz o ser social e os complexos sociais, perpassada ainda, pelas contradições da vida social. Ao mesmo tempo, devemos entender que o ser social, o humano genérico em sua essência é caracterizado como ser em movimento, numa relação de produção e reprodução de subjetividades. Nas palavras de Tonet (2005, p. 61):

O tornar-se homem do homem implica, essencialmente, ser ativo, isto é criar objetos, criar um mundo cada vez mais amplo, criar-se a si mesmo e de um modo cada vez mais rico, mais multifacetado, mais complexo; tornar-se cada vez mais consciente e mais livre e, com isto, cada vez mais senhor do seu próprio destino; tudo isto implicando, por sua vez, uma relação harmoniosa com a natureza, na medida em que esta relação é indispensável para uma autoconstrução efetivamente humana e também uma relação harmônica dos homens entre si, já que a autocriação positiva do indivíduo depende de sua relação com o gênero e vice-versa.

Nesta perspectiva, sendo a sociabilidade do capital construída sob as bases da divisão, da desigualdade e da individualidade moderna, produz e reproduz indivíduos competitivos que comungam com a livre concorrência do mercado e estão prontos a defender sua propriedade e seu lugar no mundo. De fato, nos períodos pré-moderno as pessoas também vivenciavam e conceituavam a individualidade, contudo, de um modo diferente e conforme destaca Hall (2005, p. 25), “as transformações associadas à modernidade libertaram os indivíduos de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas”. Nestes termos, destaca Geisler (2006, p. 370):

Verificamos que a solidificação da aliança entre o paradigma moderno e o capitalismo, favoreceu em sua busca desenfreada pelo progresso e pelo consumo, a produção de subjetividades voltadas a uma concepção extremamente individualista de vida, onde, como num jogo de espelhos, ora a arrogância, ora o desejo de obedecer faz morada. A partir da decadência de um tipo de organização social mais comunitária, a estrutura da sociedade passou a conviver de forma mais estreita com a tendência de se considerar como finalidade da vida a fruição do prazer individual e imediato.

Logo, a cidadania construída no sistema do capital, enquanto movimento de resgate do humano genérico, fundamenta-se na divisão do trabalho, no trabalho

sempre faz a força de trabalho funcionar por mais tempo do que o necessário para a reprodução de seu próprio valor.”

estranhado e se reconfigura no Estado liberal moderno⁷³. Geisler (2006) destaca que na sociedade capitalista a cidadania mediada pela concepção liberal, se expressa nas formas individual e coletiva, reforçando a contradição impressa entre discurso e prática. Nestes termos, “em geral é a cidadania individual que se ergue como pretexto para atender ainda mais à necessidade de exploração do capital, constituindo-se como um conceito formal vinculado a ideia de propriedade” (GEISLER, 2006, p. 356).

A cidadania de acordo com Pais (2005, p. 56), “tem-se definido, em cada época, pelos limites que se impõe a si mesma. Daí os conceitos decorrentes de inclusão (dentro da quadratura) e exclusão (fora da quadratura)”. Logo, na tentativa de ampliar a noção de direitos e de “enquadramento” nas políticas públicas, a cidadania, popularmente reconhecida enquanto participação política nas sociedades democráticas, ganha novos elementos, quais sejam: o reconhecimento do cidadão enquanto sujeito e a luta pela conquista e efetivação dos direitos sociais.

Esta contraditória relação entre o individual e o coletivo na constituição da cidadania, revela uma busca incessante dos grupos sociais por direitos e benefícios que necessitam e, ao mesmo tempo apresenta um processo de abertura para novas organizações que não se limitam a noção de classe, reforçando o surgimento da individualidade nos moldes liberais. Nestes termos, sobre o sujeito na concepção “pós-moderna”, destacamos as reflexões de Hall (2005, p. 20):

As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas (...). Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença.

O processo de organização dos grupos fundamentada na individualidade neoliberal, segundo Hall (2005), pode ser uma forma de politização das subjetividades, mas pode ainda implicar no exercício do direito que só começa

⁷³ Sobre o Estado liberal ver Behring e Boschetti (2008).

quando o direito do outro já terminou, numa tentativa de justificar a violência, a exclusão e a repressão, ora estabelecida para proteger a propriedade privada, ora para negar o direito ao uso do corpo e da sexualidade. Enfim, vivenciamos a possibilidade de negação do espaço coletivo enquanto momento de manifestação e encontro das diferenças, justificado pelo direito de proteger as crenças estabelecidas sobre “o outro”.

De fato, na atualidade, o encontro das diferenças no espaço coletivo deve ser mobilizado seguindo outra estratégia, uma vez que a solidez da classe social se reestruturou conceitualmente e os agrupamentos de pessoas buscam outras representações. De acordo com Hall (2005, p. 45), “isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade – uma identidade para cada movimento”.

Nestes termos, se a solidez do “sagrado” dos tempos pré-modernos foi passível de profanação, outros “sagrados” se levantaram e se modernizaram para atender a diversidade e as diferenças que se tornaram mais complexas na atualidade. Logo, conforme destaca Geisler (2006, p. 357), “associada ao pertencimento de uma individualidade à comunidade política, a cidadania passa a ser entendida como um complexo fenômeno psicossocial, vinculado à emergência de singularidades desejantes”.

Seguindo esta perspectiva, Pais (2005) nos trazem reflexões para pensar a cidadania a partir dos jovens e o desejado direito à autonomia e a diferença. Devemos nos apropriar de uma realidade que está perpassada pelas identidades individuais e grupais e ainda, considerar que a sobrevivência e manutenção destas identidades estão mediadas pela noção de direitos, liberdade, autonomia e desejos, que podem agora serem comparados e difundidos entre pessoas conectadas virtualmente. De acordo com Pais (2005, p. 63): “esta exposição aos *media* e às novas tecnologias deu aos jovens um poder de que outrora não desfrutavam. Enquanto que para se ser produtor se necessita de aprendizagens específicas, para se ser consumidor basta ter-se preferências”. Logo, encontramos jovens “politizados” em seus interesses privados e com segurança para manutenção de “grupos virtuais secretos”, onde participam pessoas de qualquer nacionalidade, desde que curta e

compartilhe os interesses do grupo e preferencialmente atendam as demanda de consumo.

O poder de comprar objetos de desejo compartilhando o sucesso de consumidor e ainda, de mobilizar pessoas de todos os lugares para defesa de interesses comuns na segurança de seus lares, nos aproxima das contradições do sistema, uma vez que, apesar dos indivíduos se organizarem para além dos interesses de classe é possível verificar a repressão aos grupos quando a organização não é voltada para o consumo. Logo, há uma repressão socialmente aceita para grupos que questionam as estruturas estabelecidas ou simplesmente, demandam o direito a usufruir de espaços públicos. Esta realidade pode ser acompanhada virtualmente por meio de vídeos publicados em redes sociais mostrando a repressão da segurança pública ou privada a grupos de jovens que ultrapassam os limites virtuais e vão às ruas para manifestações de todos os gêneros e objetivos ou ainda, a repressão aos jovens pobres que arriscam sair de suas comunidades e marcam encontros em *shoppings* e outros espaços destinados ao consumo. Os jovens pobres antes suspeitos por morar em comunidades consideradas violentas, se tornam suspeitos também por frequentar espaços de consumo sem consumir. Nas palavras do jovem estagiário:

Eu várias vezes já fui abordado pela polícia. Me senti envergonhado, porque você tá na sua rua. Uma vez eu tava em casa, tava eu e os irmãos da Igreja, aí de repente parou a polícia e revistaram eles, todos com a bíblia... Da última vez fui deixar uma compra na casa da mulher e me abordaram. Lá em casa tem um mercadinho, aí a mulher tava grávida aí tinha que ir deixar. (Caio)

Nestes termos, ainda que as identidades individuais estejam politizadas os grupos estejam mobilizados para além dos limites territoriais, a sociedade do capital mantém em suas bases a contradição e os interesses de classe. Logo, se as motivações e as necessidades dos jovens são diversas, devemos reafirmar as diferenças e não apenas segregar a partir destas. No entanto, devemos ter clareza de que a realidade que se constitui por estruturas passíveis de desmontar-se no ar, favorece estruturas que às vezes se tornam de fato adequações para reprodução do que se encontra posto. Portanto, a repressão a grupos organizados ou aos pobres que ultrapassam os limites territoriais tem objetivos definidos: manter as estruturas

do capital e a propriedade privada.

Apesar de alguns jovens estagiários serem considerados suspeitos, todos são considerados consumidores e estão aptos a serem incluídos no processo de produção e consumo. Desta forma, eles podem satisfazer, ainda que de forma limitada, os desejos de consumo, a necessidade de independência dos pais e ainda, de contribuir com as despesas de casa. Nas palavras dos jovens:

Eu ajudo meu pai a pagar as contas lá de casa... Meu pai disse que foi uma coisa meio inútil, mas era uma vontade que eu tinha, comprei um *playstation* 3 pra mim. Graças a Deus já vou terminar agora, esse ultimo mês que vou receber já é a última parcela... Daí do ultimo recebimento já tenho tudo programado, pagar a ultimar parcela do *playstation* e o resto ajudar meu pai e minha mãe (...). Pra mim mesmo comprei umas roupinhas, coisas bem básicas... Sai algumas vezes pro cinema, mas não sou muito de sair... Dei um presente pra minha namorada, saí pra praia, só pra caminhar mesmo, tomar sorvete, andar de patins... A única coisa que comprei pra ver se eu tinha capacidade de conquistar e manter uma coisa pagando todo mês, foi o *playstation*, que é um valor bem considerado. Na época que comprei era 1.400, então eu parcelei no cartão, fui pagando... Eu aprendi comprando ele que eu posso comprar o que eu quiser se eu trabalhar. Que eu posso pagar com meu próprio dinheiro. Quando eu comprei meus pais me disseram que não iam ajudar, mas no caso eu comprei com meu próprio dinheiro, tá todo pago... E eu achei bem interessante e agora eu vou batalhar pra ter a minha carteira, porque meu pai não tem carteira, porque ele é deficiente físico, pra tirar carteira pra ele é mais complicado. (Tadeu)

Ela (a bolsa estágio) serviu mais pra mim. Às vezes eu vejo os meninos dizendo que ajudam o pai. Meu pai não deixa, ele ganha razoável e minha mãe também. Então foi mais assim pro meu uso, roupas, sair com meus amigos, algo do tipo. Comprei um tablete. (Juliana)

Estas aproximações nos auxiliam na compreensão dos campos em disputa que perpassam a lógica da cidadania e nos remete a pensar o trabalho, ou seja, os direitos devem ser destinados, em sua lógica e não em sua plenitude, apenas ao “cidadão trabalhador” e ao “cidadão consumidor”, não reconhecendo o humano fora da sua atividade produtiva e nem sua participação nos espaços públicos para além do consumo. De acordo com Marx (2012, p. 30):

É evidente por si mesmo que a economia nacional considere apenas como trabalhador o proletário, isto é, aquele que, sem capital e renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato. Ela pode, por isso, estabelecer a proposição de que ele, tal como todo cavalo, tem de receber o suficiente para poder trabalhar. Ela não o considera como homem no seu tempo livre-de-trabalho, mas deixa antes, essa consideração para a justiça criminal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o curador da miséria social.

A lógica que associa os direitos ao trabalho encontra-se fortalecida no Brasil, desde a década de 1930, quando a ocupação através do trabalho formal e a carteira de trabalho se tornam elementos importantes na configuração do cidadão, uma vez que, “nessa certidão de nascimento cívico, firmava-se o acordo entre o Estado e a cidadania regulada” (GEISLER, 2006, p. 363). De fato, o trabalho formal garantia o acesso aos direitos sociais e a ausência dessa formalidade, ainda que, existisse trabalho, ocupação e renda, não garantia o acesso a algumas políticas sociais. Os trabalhadores e ainda, os trabalhadores sem trabalho, não podiam transitar na sociedade enquanto consumidores, uma vez que, o acesso ao crédito também era associado à comprovação da renda do trabalho. Nesse período da cidadania regulada, “a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público vão conformar o tripé a partir do qual a cidadania passa a ser entendida” (GEISLER, 2006, p. 363).

Nestes termos, existe uma condição anterior para a cidadania na sociabilidade capitalista que se materializa, a princípio, na condição de trabalhador e da classe social ou grupo de consumo da qual faz parte. Portanto, esta é uma concepção liberal de cidadania, na qual, “ser cidadão é, pois, ser membro de uma comunidade jurídica e politicamente organizada, que tem como fiador o Estado, no interior da qual o indivíduo passa a ter determinados direitos e deveres” (TONET, 2005, p. 51). Logo, a mediação e a ação do Estado são limitadas, e tal limitação é necessária para a manutenção da lógica e da sobrevivência dos “indivíduos livres”, conforme destaca Tonet (2005, p. 73):

A esfera pública é, por sua própria natureza, essencialmente limitada, quer dizer, ela não está aberta a um aperfeiçoamento indefinido, porque sua origem e sua função social não advêm dela própria, mas do antagonismo existente na sociedade civil. Por isso mesmo, a ação do Estado frente às desigualdades sociais jamais poderá deixar de ser meramente paliativa.

De fato, o não reconhecimento do outro enquanto humano e sujeito para além de sua posição no mundo do trabalho, contribui para a construção de uma cidadania que se materializa de modo diverso, contraditório e que se relaciona com as classes e grupos de forma desigual. Este modo de se relacionar com o coletivo,

em parte é justificado pela concepção liberal de liberdade⁷⁴ e de individuação, que se configuram na individualidade “pós-moderna” e na propriedade privada, ambos necessários para o funcionamento do sistema do capital, organizado a partir de um aparato jurídico (TONET, 2005). Portanto, temos um risco moderno do discurso das diferenças se tornar um modo “novo” de divisão de classes e privilégios, onde a cidadania necessita de comparações, ou seja, o “cidadão trabalhador e consumidor” é o que conseguiu mais sucesso comparado ao outro.

Os jovens, algumas vezes, apostam nesse diferencial e a convivência com outros grupos fazem acreditar que estejam não só distantes dos pobres, mas também, únicos entre eles. Nas palavras dos jovens:

Eu tenho amigos aqui do bairro, mas tenho muitos amigos de fora. Varjota, Aldeota, Beira Mar, Meireles, pra banda de lá. Conheço das saídas, através de outros amigos. Falo com poucas pessoas no Colégio, falo mais com o pessoal da minha sala. Tenho vários grupos de amigos. Participei de grupo evangélico há cinco anos. Eu gostava, ia com o pessoal do meu prédio. Só que eu parei já faz cinco anos. (Maurício)

A minha amiga que me apresentou o Primeiro Passo, a escola dela tinha bastante briga, os professores faltavam, não tinha aula, a questão da greve. Os próprios alunos, você ver a diferença no falar, nas atitudes... Lá na minha escola é bastante diferente. Dificilmente não tem aula e se falta professor, sempre é repostado. Não tem greve. Os meninos combinam de sair vão pro shopping ou pra outro lugar pra gente merendar, ir pro cinema... A gente não vê isso nas outras escolas, pelo menos pelo que ela contava. Os meninos não tinham dinheiro, ou iam pra um lugar perto de casa. Mas nunca se reuniam assim. Aqui o máximo que convivi foi pouco com esses meninos, a gente conversa com um que ele conta: Lá no meu bairro, se você ficar andando no celular é assaltado, essas coisas que ele conta, mas nunca convivi com eles. (Juliana)

A organização moderna dos grupos deve ser compreendida considerando todos os complexos sociais que organizam, respaldam e mobilizam estas forças sociais que modificam e são transformados a partir das ações dos indivíduos, grupos e instituições. Neste campo contraditório, a cidadania enquanto mobilizadora dos direitos se torna mediação necessária para a reprodução do sistema, bem como, para a manutenção da desigualdade tolerável, principalmente, porque esta ocorre com “o outro”, justamente “o outro” que já não é reconhecido pelos demais. Logo, o

⁷⁴ Sobre a liberdade na sociedade capitalista acrescenta Tonet (2005, p. 69): “Desta concepção de indivíduo e de sociedade se origina a ideia de que a liberdade consiste, essencialmente, na autodeterminação. Mas autodeterminação de um indivíduo autocentrado, egoísta e não de um indivíduo social, ou seja, de um ser que é síntese de determinações sociais.”

homem perde a sua essência⁷⁵, ao mesmo tempo em que pede a noção de liberdade e de propriedade, numa confusão constante sobre qual seu lugar no mundo⁷⁶.

Instalado o campo de disputa entre liberdades individuais e direitos, Pais (2005, p. 55), acrescenta que, “os direitos mais apelativos são os que interferem no bem estar individual, como é o caso dos direitos do consumidor ou dos que se centram em questões relacionadas com o gênero, a sexualidade, os estilos de vida, a qualidade da mesma”. Logo, o social passa a fazer sentido para os sujeitos e torna-se motivo de mobilização dos grupos, quando também é visto como expressões das liberdades individuais, que muitas vezes se materializam seguindo uma perspectiva de que não existe uma sociedade e sim, indivíduos.

No exercício da liberdade cada indivíduo busca seu interesse privado e, por sua vez, entra em choque com outros indivíduos que também estão exercendo esse direito, num espaço limitado criado para possibilitar a igualdade, mas que não é capaz de agregar as diferenças, uma vez que se encontra fundamentado em moral e crenças pré-estabelecidas. Portanto, a vida privada das pessoas, com foco principal na vivência da sexualidade e no uso do corpo ganha espaço para a repressão pública e o direito de corrigir o outro é justificado pelo direito a liberdade. Neste espaço contraditório, “o cidadão é apenas o homem em seu momento jurídico político, expressão de que o homem está dividido no interior de si mesmo” (TONET, 2005, p. 75).

Destacamos aqui o jovem evangélico e o jovem homossexual, ambos estagiários e moradores de bairros socialmente considerados violentos e históricos de tráfico de drogas. Os dois sonham com um trabalho melhor para poder mudar de vida e de bairro, bem como, para fugir da violência e do preconceito associados à

⁷⁵ A essência de acordo com Tonet (2005, p. 45): “é o elemento que expressa, em última análise, a unidade e a identidade do ser social e que, portanto, nos permite falar em gênero humano, em história humana como algo de efetivamente existente e não como uma simples denominação formal”.

⁷⁶ De acordo com Marx (1989, p. 25): O homem está longe de, nos direitos do homem, ser considerado como um ser genérico; pelo contrário, a própria vida genérica – a sociedade – surge como sistema externo ao indivíduo, como limitação de sua independência original. O único laço que os une é a necessidade natural, a carência e o interesse privado, a preservação da sua propriedade e das suas pessoas egoístas.

moradia e a condição de pobre. Caio no uso de sua ideia de liberdade e associado a um grupo defende uma moral e uma crença que deve ser transmitida para todos. Para tanto prefere conviver com os irmãos da Igreja, pois este é o lugar onde se sente incluído. Enquanto Júlio, o jovem homossexual, quer viver sua sexualidade sendo respeitado na sua diferença, mas diante da realidade perpassada por morais e crenças de grupos que usam a liberdade para limitar o direito do outro, frequenta guetos de homossexuais, pois nestes espaços sente-se aceito e incluído.

Jesus disse: Ide e pregue o evangelho a toda a criatura. Então pra mim é ir pregar o evangelho pras pessoas, aos que necessitam ouvir a palavra de Deus... Um dia eu precisava e eu encontrei. Então, eu ter que passar o que eu encontrei pras outras pessoas... Um dia eu necessitava, eu me achava uma pessoa muito fazia. Uma pessoa que queria preencher a minha vida com as coisas desse mundo e não preenchia... Então eu vi que em Cristo, em Jesus, eu poderia preencher. Já tem seis anos que estou na Igreja. Igreja Batista Renovada. Aí assim, nesse final de semana agora, eu e outros jovens da Igreja, viajamos pro interior. A gente faz encontros, vai evangelizar as pessoas que moram no interior, interior assim escasso. Levamos alimentos, levamos a palavra de Deus. Nosso intuito mesmo é mais a questão da evangelização, evangelizar. (Caio)

Dragão do Mar, Dona Santa, Joca, vários outros lugares, gosto de viajar também. É o mundo onde eu me sinto identificado. Lá tem emos, têm roqueiros, têm gays, têm lésbicas, tem simpatizante também, tem marginal de vez em quando. É onde eu me sinto identificado. Me sinto melhor do que no meio de héteros. É como eu disse, é um lugar onde eu me sinto identificado. As pessoas que gostam da mesma coisa que gosto... Ficam com o mesmo sexo que eu. Eu fico feliz em ver duas meninas se beijando. Homens. Eu fico feliz por eles, porque eles estão se sentindo felizes. Então o que desejo pra eles é o melhor, que eles sigam em frente da melhor maneira... Se ele quer aquilo que ele seja feliz. Do mesmo jeito que eu gosto do mesmo sexo, então eu quero ser feliz também. Mas sempre vai ter uma barreira, vai ter o preconceito, que é uma coisa que eu vou ter que lidar pro resto da minha vida. Tem alguns amigos meus que aceitam, não é contra, é a favor. Mas tipo tem outros também que não gostam. É uma coisa assim que não se bate. (Júlio)

Os dois jovens realizam estágio na mesma instituição e no mesmo horário, mas apesar de se conhecerem não se reconhecem. Os dois sofrem preconceito, e enquanto um é abordado pelos policiais confundido com bandido, o outro é observado por todos como um estranho no mundo. Portanto, poderão no futuro se encontrar em no outro bairro livre de violência e preconceitos, como sonhado pelos dois, mas continuarão sem se reconhecer como humanos que se encontram em processo comuns. O reconhecimento público virá pela condição de consumidor, alguém que saiu da periferia e agora pode consumir produtos

valorizados socialmente.

O jovem Júlio apresenta ainda outra questão ao fazer referência à identificação com lugares frequentados por homossexuais e simpatizantes, uma vez que os lugares citados por ele são de fato, frequentados por homossexuais da periferia com menores condições econômicas. Os homossexuais de grupos sociais mais favorecidos ao frequentarem lugares diferenciados, ainda que sejam “guetos”, demonstra uma separação do grupo por classe e não apenas pela orientação sexual por classe. Logo, as organizações em prol dos direitos e as identificações no grupo para além da ideia de classe social, encontram limitações e separações que são exatamente relacionadas à posição social, pois na hora de consumir há além das em grupos, o não-reconhecimento entre os pares em sua totalidade.

Nestes termos, a cidadania nos remete a quatro questões principais: primeiro, trata-se de um movimento de resistência e de continuidade das desigualdades sociais, mediada pela formalidade do Estado e, ao mesmo tempo, reduzida a um precário exercício de participação política; segundo, a organização em grupos encontra-se limitada pelo acesso a direitos formalmente conquistados, ou seja, resumida a satisfação das necessidades básicas humanas já garantidas em lei; terceiro, o ser ativo e mobilizadora deste processo é o homem individualista e dotado de uma liberdade na perspectiva liberal, portanto, busca os direitos que lhes convém e não se reconhece nas diferenças, sendo ainda permeado pela seguinte lógica: “a cidadania do outro começa quando a minha termina”; quarto, a riqueza dos movimentos em prol das subjetividades e das diferenças consegue questionar estruturas estabelecidas, garantindo assim espaços e direitos, mas não consegue unir-se a outros movimentos de modo a construir uma pauta coletiva que agregue o homem como ser livre.

Nesta perspectiva, Geisler (2006, p. 367), aponta a necessidade da compreensão de que “o estado de justiça social somente pode ser garantido pelo reconhecimento de que é com o outro que eu me constituo”. Portanto, a pauta da discussão sobre a cidadania, envolvendo as individualidades e os direitos sociais, deve considerar um redimensionamento no modo de se relacionar dos homens na sociedade atual, de modo que, o processo de reconhecimento dos sujeitos e suas

individualidades não sejam apenas mais um instrumento de dominação e de manutenção das desigualdades.

Compreendendo a cidadania e a constituição dos direitos sociais devemos nos aproximar das políticas públicas voltadas para os jovens, na perspectiva da construção de uma cidadania para este público que não se limite a políticas compensatórias ou limitadoras de suas capacidades.

4.2 As Políticas Sociais Públicas para os jovens no Brasil

As transformações no mundo do trabalho intensificam os processos de subemprego e de desemprego afetando principalmente os jovens,⁷⁷ mesmo os que apresentam um bom nível de escolaridade (ANTUNES, 2009; CORROCHANO, 2011; CASTEL, 2008). Este contexto produz o tencionamento desse grupo com o modelo vigente, forçando aos governos e as instituições a darem respostas às demandas imediatas, revelando de fato, os conflitos e as necessidades que perpassam a sociedade (CORROCHANO, 2011). Nesta perspectiva, as políticas públicas são ainda, “espaço-tempo de mediação da luta dos grupos sociais e políticos pelos recursos escassos do Estado” (CARRANO, 2011, p. 239). Portanto, concordamos com Souza (2011, p. 168), quando acrescenta:

As relações estabelecidas entre sociedade civil e poderes públicos em espaços de participação, sejam eles institucionais ou não, não se dão no vazio. As configurações de tais interações se orientam com base em relações de poder previamente estabelecidas e reconfiguradas que contribuem para definir pautas, agendas e prioridades.

As respostas as demandas dos trabalhos são mediadas nos espaços contraditórios de avanços e resistências e se materializam em políticas públicas para a juventude que, por sua vez, “fazem parte de um campo mais amplo das políticas que buscam assegurar direitos sociais” (CARRANO, 2011, p.238). Nesta perspectiva, as políticas para a juventude perpassam a questão social e as noções

⁷⁷ Segundo Corrochano (2011, p. 51): “em períodos de contração ou de recessão, as taxas de desemprego juvenis elevam-se mais rapidamente que a dos adultos, e em momentos de expansão diminuem mais lentamente. Esse comportamento sugere a existência de causas específicas do desemprego dos jovens, para além daqueles que provocam o desemprego para a população em geral”.

de cidadania postas na sociabilidade capitalista, com repercussões no modo de “incluir” o jovem pobre. Nestes termos, alerta Frigotto (2004, p. 194) “que a crença de que o problema é conjuntural pode conduzir a políticas públicas focalizadas e de natureza filantrópica ou de ‘administração e controle da pobreza’, sem atentar para as políticas que atacam as estruturas produtoras da desigualdade”. Portanto, as políticas públicas de juventude estão para além da gestão instrumental de uma realidade específica ou da execução eficiente de uma ação ou programa, uma vez que envolvem os “vínculos entre o Estado, a Política, a Economia, a Cultura e a Sociedade” (CARRANO, 2011, p. 239).

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a juventude foram perpassadas por este campo de negociação e se resumiram, durante a década de 1990, a questões relacionadas à criança e ao adolescente, principalmente, em virtude da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos anos 1990. De acordo com Silva e Andrade (2009, p. 48), “a juventude, como questão política e tema de políticas públicas, somente irá emergir depois do processo de redemocratização corporificado no processo constituinte”. Ainda assim, as ações desenvolvidas seguem a lógica da exclusão e do “risco social”, sendo o alvo destas políticas, os jovens socialmente considerados em situação de risco, ou seja, que encontravam-se envolvidos em situações de criminalidade e uso de drogas.

Em 1997 são iniciadas as primeiras ações voltadas à juventude no âmbito do governo federal, contudo, ainda trazem como proposta, a atuação que associa juventude à violência. Nesse período foi criada, no âmbito federal, a Assessoria Especial para Assuntos de Juventude, do Ministério da Educação e ainda, programas vinculados ao Comunidade Solidária (ABRAMO, 2007), bem como acontece a valorização das ações de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e atividades voluntárias desenvolvidas pela sociedade civil. Ainda nessa década surgem as ONGs especializadas na questão da inclusão do jovem pobre, ou ainda, do “jovem vulnerável” que não havia sido engajado em alguma política pública específica (SILVA; ANDRADE, 2009). De acordo com Abramo (2005, p.25):

As ONG’s buscaram recuperar a possibilidade dos jovens terem acessos a certos serviços, demandando o direito dos jovens a viver a juventude, o que significava, em grande medida, usufruir da moratória que os jovens de classes médias e altas já usufruíam, com programa de formação educativa e/ou de retorno à escola, e possibilidade de viver o tempo livre.

Além das ONG's, as empresas e fundações empresariais que tem como foco a responsabilidade social apoiaram as ações de formação para o trabalho, sendo nessa relação com as instituições empresariais que surge o termo protagonismo juvenil (ABRAMO, 2005), ou seja, a responsabilidade social destas instituições se destinam a formar trabalhadores que atendam as exigências do mercado. Ainda no contexto dos anos 1990, os partidos políticos de esquerda se aproximaram do movimento estudantil agregando as reivindicações desse grupo aos programas partidários. Contudo, segundo Abramo (2005), essas demandas ao serem incorporadas pelos partidos se limitaram a questão da educação, desconsiderando as outras necessidades dos jovens.

É neste período que surgem as mobilizações tanto de grupos ligados ao governo, quanto da sociedade civil organizada, por uma proposta mais eficaz que atendesse a diversidade dos jovens e não apenas as crianças e aos adolescentes socialmente considerados de "risco social". Estes processos desencadearam, além de legislação específica e da criação de órgãos administrativos, a construção da concepção de juventude enquanto sujeitos de direitos e demandantes de atenção integral por parte das políticas sociais públicas (RIBEIRO, 2011). Destacamos as políticas e programas do governo federal implantados após os anos 2000, com destaque para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e, portanto, segundo Ribeiro (2011, p. 39): "a escolarização, vinculada a outras áreas, adquiriu uma nova posição na agenda da política nacional, refletindo-se em programas e projetos no âmbito de governos estaduais, municipais e iniciativas da sociedade civil".

Com a chegada do governo Lula em 2002, "as propostas do Estado e da sociedade civil concentravam-se tanto na prevenção e erradicação do trabalho de crianças e adolescentes, quanto nas ações de qualificação profissional" (CORROCHANO, 2011, p. 61). Surge, portanto, em 2003, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens (PNPE)⁷⁸, como resposta a demanda

⁷⁸ "Um dos eixos centrais do programa era de apoio à inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio da ação de subvenção econômica, sendo naquele momento um dos seus diferenciais, uma vez que todas as ações até então implementadas em nível federal limitavam-se à oferta de qualificação profissional. No entanto, e mesmo que algumas mudanças tenham sido efetuadas, a subvenção acabou por ser encerrada em 2007 e o programa passou a privilegiar ações de qualificação profissional." (CORROCHANO, 2011, p. 62).

crescente dos jovens por trabalho e qualificação e voltado ao atendimento de jovens entre 16 e 24 anos, membros de família de baixa renda, desempregados e com vínculo na escola formal.

Dando continuidade ao processo de mobilização social motivado pelas necessidades dos jovens, bem como, a reestruturação ocorrida no governo federal, com implantação de projetos voltados para a juventude, surge em 2004 a proposta da criação de uma Política Nacional da Juventude. De acordo com Ribeiro (2011, p, 26):

A culminância dessa luta por políticas públicas de juventude pode ser observada, de forma clara no início dos anos 2000 quando grupos de jovens, pesquisadores, organismos internacionais, movimentos juvenis e gestores públicos passaram a enfatizar a singularidade da experiência social dessa geração, apontando para suas demandas, necessidades, desejos, fragilidades e potencialidades.

Deste modo, seguindo as orientações dos organismos internacionais e ainda, cedendo a pressão dos movimentos organizados pelos direitos da juventude, cria-se em 2005 a Política Nacional da Juventude e através da Lei nº 11.129, o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). Este último com o objetivo de articular em âmbito federal, os programas e projetos destinados aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 (BRASIL, 2005). Já o Conjuve é um conselho consultivo, ou seja, não possui poder para determinar os rumos nas políticas, contudo possui influência no desenvolvimento destas. (SOUZA, 2011).

A mesma Lei que cria o PNJ cria também o Projovem que tinha como objetivo a elevação da escolaridade, a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias (BRASIL, 2005). O Projovem atendia jovens com a faixa etária de 18 a 24 anos e que não haviam concluído o ensino fundamental. Ao contrário do PNPE, o Projovem, não tinha o trabalho como foco principal, priorizando a formação dos jovens e o envolvimento nas atividades da comunidade.

Em 2007, o PNPE deixa de utilizar as subvenções, a grande marca e diferencial do programa, que garantia a contratação dos jovens pelas empresas e passa a atuar em atividades de qualificação dos jovens. Segundo Corrochano (2011, p. 63): “as intervenções em âmbito do governo federal permaneceram

prioritariamente concentradas na elevação da escolaridade e da qualificação profissional”.

Em 2008 acontece a integração dos programas voltados para os jovens, através da Lei nº 11.629, reorientando o Projovem com ampliação dos critérios de idade para ingresso. O “novo” Projovem apresenta como objetivo: “promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano” (BRASIL, 2008); e apresenta ainda, uma nova estrutura com quatro modalidades: Projovem adolescente – serviço socioeducativo; Projovem urbano; Projovem campo – saberes da terra; e Projovem trabalhador. Através da Lei nº 11.788/2008 houve a regulamentação do estágio de estudantes a partir de 16 anos vinculados a cursos de nível superior ou médio, educação profissional e ensino fundamental na modalidade profissional de EJA (BRASIL, 2008). O estágio não caracteriza vínculo profissional, contudo, garante alguns direitos, como recesso de trinta dias a cada ano trabalhado, seguro de acidentes pessoais, supervisão no local de estágio, supervisão pela instituição de ensino, entre outros.

No Estado do Ceará, além do Projeto Primeiro Passo da STDS, descrito anteriormente no primeiro capítulo e que atende jovens de 16 a 24 anos, destacamos outros projetos de inclusão social de jovens pelo trabalho que estão em desenvolvimento na gestão atual. Estes projetos estão polarizados em diversas Secretarias, entre os quais destacamos: o Projovem Urbano, do Gabinete do Governador (GABGOV); as Escolas de Educação Profissional, da Secretaria da Educação (SEDUC); o projeto Jovem Aprendizagem em Serviço, o projeto Juventude Empreendedora e o Projovem Trabalhador, da STDS. Todos estes projetos contam com recursos do Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP).

O projeto Projovem Urbano acontece em parceria com o Governo Federal, objetivando capacitar profissionalmente para o mercado de trabalho, jovens de 18 a 29 anos, “em situação de vulnerabilidade social”, que saibam ler e escrever e que não concluíram o ensino fundamental. As atividades giram em torno de cursos de qualificação profissional inicial e participação cidadã. A gestão do projeto no Estado do Ceará será realizada pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (COJUV) do GABGOV.

O ProJovem Trabalhador é desenvolvido na STDS, através de uma

parceria entre Governo do Estado e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O projeto beneficia jovens de 18 a 29 anos, desempregados, com renda familiar per capita de até um salário mínimo, que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental ou médio. Os participantes recebem uma bolsa aprendizagem no valor de 100 reais e frequentam uma capacitação em dois módulos: formação cidadã e qualificação profissional.

As Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), centralizada na SEDUC, articulam a educação profissional técnica de nível médio com o ensino médio tradicional na modalidade integrada. Atualmente estão em funcionamento 97 EEEP nos Estado, sendo 18 em fortaleza e as outras no interior. Além da formação teórica, os alunos devem cumprir estágios e recebem incentivos financeiros, material para as aulas e equipamentos de proteção individual para a realização dos estágios.

O Projeto Juventude Empreendedora da STDS tem como meta anual capacitar 450 jovens de 17 a 24 anos com renda per capita familiar de até um salário mínimo, em empreendedorismo social e conhecimentos específicos. Em 2013 foram atendidos jovens de municípios do interior.

Outro projeto da STDS, o Jovem Aprendizagem em Serviço é voltado para jovens de 18 a 24 anos que estejam cursando ou concluído o ensino médio em escolas da rede pública de ensino. Este projeto oferece uma bolsa no valor de 359 reais, capacitação profissional e ainda, os jovens são engajados em empresas parceiras na condição de estagiário ou aprendiz.

Podemos perceber que os projetos apresentam propostas semelhantes e atendem a um público específico, mesmo que esteja em Secretarias diversas, o que nos leva a refletir sobre os processos de fragmentação das políticas públicas para os jovens. Ressaltamos ainda, que a bolsa que integra todos os projetos é um atrativo para os jovens que vêm na capacitação ou no estágio a possibilidade para o ingresso formal no mercado.

Estes espaços públicos de materialização das políticas são chamados por Carrano (2011) de “institucionalidades políticas” e são caracterizadas pelos processos de fragmentação, descontinuidade, superposição de ações, insuficiência orçamentária, entre outras. Para tanto, Castro (2011), destaca a necessidade da Política da Juventude dialogar com as outras políticas sociais constituídas

historicamente, uma vez que, as questões que envolvem a juventude perpassam de modo transversal as políticas de educação, saúde, trabalho, cultura, assistência social entre outras.

4.3 Categorizações da juventude e a inclusão social através das políticas sociais

As políticas sociais se desenvolvem no contexto do capitalismo atual, onde as transformações no mundo do trabalho, ao gerar instabilidade e desemprego, promovem os processos de mobilização dos jovens por trabalho, qualificação e educação. Nestes termos, devemos compreender as políticas, programas e projetos voltados para os jovens considerando as contradições postas na sociabilidade capitalista e o lugar destinado e ocupado pelos pobres neste sistema.

A lógica capitalista da produção e do consumo perpassa toda a trajetória de vida dos jovens, independente do grupo social, interferindo não apenas na condução de suas necessidades, mas também, em seus desejos. Nesta perspectiva, as necessidades e os desejos mediados pelo trabalho, estão presentes nos modos de vida, ainda que, o modo de inclusão dos jovens nestes espaços e o modo de realização dos seus projetos de vida apresentem especificidades⁷⁹. Conforme destaca Weber (2005, p.21):

Na verdade, essa ideia tão peculiar do dever do indivíduo em relação a carreira, que nos é familiar atualmente, mas na realidade tão pouco óbvia, é o que há de mais característico na ética social da cultura capitalista e, em certo sentido constitui sua base fundamental. É uma obrigação que se supõe que o indivíduo sinta, e desato sente, em relação ao conteúdo de sua atividade profissional, não importa qual seja, particularmente se ela se manifesta como uma utilização de suas capacidades pessoais ou apenas de suas posses materiais (capital).

Com o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para os jovens, principalmente nas décadas de 1990 e nos anos 2000, surge à necessidade de se compreender melhor a diversidade de concepções sobre a adolescência e a

⁷⁹ De acordo com Corrochano (2011 p. 50): “o trabalho tem presença significativa na vida dos jovens, apresentando diferenças segundo idade, sexo, cor/raça, renda familiar, escolaridade e região de moradia”.

juventude, ou melhor, as “adolescências” e as “juventudes” (LEON, 2005). Trata-se, portanto, de um grupo que não se torna homogêneo apenas pela idade cronológica, que os classifica e os limita em um grupo social, mas, ao contrário, busca-se uma compreensão heterogênea “que ganha vigência e sentido a partir dos momentos que concebemos as categorias de adolescência e juventude como uma construção sócio histórica, cultural e relacional nas sociedades contemporâneas” (LEON, 2005, p. 10).

Geralmente, classifica-se como adolescência e juventude o período entre a infância e a vida adulta, com distinções a partir da idade cronológica, ingresso no mundo do trabalho entre outras, contudo, sem uma delimitação clara sobre cada grupo em suas especificidades. Leon (2005, p. 10), destaca a importância das construções sobre a temática da juventude nas pesquisas qualitativas, ressaltando que estas “detêm o mérito de ter ampliado o marco compreensivo a partir do próprio sujeito e de seus ambientes próximos e distantes, o que tem levado a uma tomada de posição diferente e permite maior aprofundamento analítico das cotidianidades adolescentes e juvenis”.

Para Leon (2005) a construção da identidade se torna um dos elementos basilares para a compreensão da juventude, relacionada sempre com as diversas instituições e atores em contextos familiares, culturais, sociais e históricos determinados. Nestes termos, conclui o autor que essa construção não acontece de forma homogênea devido à diversidade de contextos e, portanto, a necessidade comum à maioria dos jovens de diferenciar-se e sentir-se único, se manifesta de forma diversa. Ao destacar que existem quatro perspectivas analíticas para compreender o fenômeno da juventude, quais sejam: o das gerações e de classes de idade, os estilos juvenis, os ritos de passagem, e as trajetórias de vida e novas condições juvenis, Leon (2005, p. 15) acrescenta que tais perspectivas são “compreensões analíticas que podem inserir elementos de concepção e definição, tanto do sujeito em questão, como do contexto no qual devem viver suas condições juvenis”.

Objetivando atender as demandas dos jovens na sociabilidade capitalista, as políticas sociais de inclusão utilizam alguns critérios de enquadramento, que de início é definido através da idade cronológica e, em seguida, pelo tipo de público a ser atingido. Para tanto, se apropriam dos critérios definidos por organizações

internacionais, pela legislação vigente e de estudos acadêmicos de base funcionalista, que redefinem e agrupam os jovens, criando novas categorias e modelos de inclusão, ou seja, “o foco real de preocupação é com a coesão moral da sociedade e com a integridade moral do indivíduo – do jovem como futuro membro da sociedade, integrado e funcional e ela” (ABRAMO, 2007, p. 80).

Nestes termos, segue-se a lógica funcionalista de adaptação dos jovens aos padrões normativos da sociedade, sendo somente com a recusa dos padrões estabelecidos que os jovens passam a ser alvos das políticas sociais específicas de inclusão. De acordo com Abramo (2007, p. 80), “como a juventude é pensada como processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajustes aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social”.

Na tentativa de categorizar os jovens utilizando critérios de idade,⁸⁰ a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Iberoamericana da Juventude (OIJ) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), classificam os jovens como indivíduos situados entre 15 e 24 anos (REIS, 2000). A Política Nacional da Juventude articula as ações voltadas para os jovens entre 15 a 29 anos, contudo, os programas e projetos que ganharam força e visibilidade, sendo o Projovem um exemplo, têm como foco os jovens matriculados em escolas ou recém-saídos do ensino médio, ou seja, jovens entre 16 a 20 anos. Seguindo este formato, o projeto Primeiro Passo, na linha de ação estagiário, por exemplo, a média de idade dos participantes encontra-se entre 17 e 19 anos.

Segundo Reis (2000, p. 85), “a classificação é também uma maneira de estruturar e definir a própria categoria elaborada, pois cria uma espécie de identidade até mesmo para o próprio grupo em si”. Assim, as categorizações contribuem para a construção de uma identidade social, ou ainda, um atributo que estigmatiza,⁸¹ podendo este, em algum momento, ser utilizado para conquistar benefícios (GOFFMAN, 2012).

⁸⁰ De acordo com Leon (2005, p.15): “As gerações não formam conjunto nem tão pouco são 'movimentos' sociais; mas isto não exclui de uma 'situação geracional' comum, de ter idades próximas e viver um mesmo tempo sob condições parecidas, e que isso possa germinar a formação de grupos concretos com uma identidade ideológica e um conjunto de interesses particulares”.

⁸¹ De acordo com Goffman (2012, p. 13): “ um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a

Nesta perspectiva, ser jovem e apresentar atributos socialmente considerados “inferiores” ou “suspeitos”, ou ainda, se enquadrar na categoria “situação de risco e vulnerabilidade”, fazem com que estes, por um lado, se tornem estigmatizados, mas, por outro, se tornam público-alvo da política, garantindo a inclusão em programas e projetos de atenção a este grupo. Desta maneira, “a sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (GOFFMAN, 2012, p. 11). Estes atributos, por um lado, disfarçam as questões de classe, por outros, reforçam tais dimensões, e ainda, apresentam um risco, qual seja: estabelecer outros atributos a partir do atributo original (GOFFMAN, 2012).

Logo, os pobres são classificados a partir de critérios econômicos, como renda e acesso a bens, bem como são categorizados a partir de critérios sociais, como a integração ao trabalho, acesso a políticas públicas, educação entre outros. Contudo, os jovens filhos de trabalhadores pobres passam a ser uma preocupação para a gestão da pobreza, justamente por serem considerados “vulneráveis” e de “risco”. Isso significa que estão no limite entre um lugar possível e a ultrapassagem desse lugar-limite através da violência.

Conforme destaca Abramo (2007), nos anos 1950, as infrações juvenis começam a aparecer entre os jovens das classes operárias e médias, e não apenas entre as classes socialmente consideradas perigosas, que viviam a margem da sociedade. Ganham força os estudos que descrevem os comportamentos aparentemente patológicos em alguns adolescentes, como sendo, de fato, condições normais para todos os jovens nessa fase da vida, ou seja, de acordo com Aberastury e Knobel (1981), todos os adolescentes vivenciam a “síndrome da adolescência normal”⁸². Logo, partindo desta perspectiva, a instabilidade do jovem faz parte do processo de integração e desenvolvimento, e, portanto explica-se o envolvimento,

normalidade de outrem, portanto ele não é, em sim mesmo, nem honroso nem desonroso”.

⁸² De acordo com Aberastury e Knobel (1981, p. 28): “O adolescente passa por desequilíbrios e instabilidades extremas de acordo com a elação de introversão, alternando com audácia, timidez, descoordenação, urgência, desinteresse ou apatia, que se sucedem ou são concomitantes com conflitos afetivos, crises religiosas nas quais se pode oscilar do ateísmo anárquico ao misticismo fervoroso, intelectualizações e postulações filosóficas, ascetismo, condutas sexuais dirigidas para o heteroerotismo e até a homossexualidade ocasional. Tudo isso é o que chamei de unidade semi-patológica ou preferindo, uma síndrome normal da adolescência”.

não apenas dos “marginalizados” em “atividades delituosas”, ou em comportamentos que questionam a integração social considerada normal. Contudo, como acrescenta Abramo (2007, p. 81), “o problema volta a ficar circunscrito, assim, à delimitação dos grupos ou setores juvenis estruturalmente anômalos, para os quais se destinam medidas específicas de controle e 'ressocialização”.

Nos anos 1960 e 1970 surgem os grupos e movimentos liderados por jovens que questionavam, a seu modo, a organização política, a moral e a cultura de uma época, que se materializava em governos autoritários e ditatoriais e em modos de vida moralmente ajustados a sociabilidade capitalista. Neste momento histórico, conforme acrescenta Abramo (2007, p. 81), “a juventude apareceu, então, como a categoria portadora de possibilidade de transformação profunda: e para a maior parte da sociedade, portanto, condensava o pânico da revolução”. De fato, conseguiram apresentar a possibilidade de mudança, ou ainda, a possibilidade de negação de padrões e modelos pré-estabelecidos, incluindo o trabalho formal como referência. Como resposta, o Estado apresentou-lhes a violência institucionalizada e a força de um atributo ou estigma socialmente construído.

Com o declínio dos processos de mobilização juvenil, que foram vivenciadas nos anos 1960 e 1970, e com a quase ausência destes movimentos de resistência nos anos 1980 percebe-se a importância da mobilização juvenil para a história política e cultural brasileira, sendo, portanto, motivo de reconhecimento público.⁸³ Nestes termos, nos anos 1980, de acordo com ABRAMO (2007, p. 83):

O problema relativo à juventude passa a ser a sua incapacidade de resistir ou oferecer alternativas às tendências inscritas no sistema social: o individualismo, o conservadorismo moral, o pragmatismo, a falta de idealismo e de compromisso político são vistos como problemas para a possibilidade de mudar ou mesmo de corrigir as tendências negativas do sistema.

A atenção ao jovem na vigência do Código de Menores (Lei 6.697 de 10/10/1979), que estabeleceu a categoria “situação irregular”, apenas reforçou o que já estava posto no primeiro Código de Menores (Decreto n. 17.493-A de 12/10/1927), ou seja, a legalização da segregação dos pobres, uma vez que era considerado menor em situação irregular, os carentes e os abandonados, que deveriam ser

⁸³ Segundo Abramo (2007, p.83): “essa reelaboração positiva acabou desse modo por fixar um modelo ideal de juventude: transformando a rebeldia, o idealismo, a inovação e a utopia como características essenciais dessa categoria etária”.

protegidos; e os inadaptados e infratores, que deveriam ser punidos (BRASIL, 1998). De fato, a “síndrome da adolescência normal” (ABERASTURY; KNOBEL, 1981), ficou restrita a dimensão de classe, cabendo aos pobres os atributos e as leis, ou seja, aos que não dispõem de estrutura - sócio-econômica, educacional, comunitária, entre outras - para o desenvolvimento e vivências para além das “crises juvenis”, devem ser “ressocializados”.

Nos anos 1990, entra em cena uma juventude mais envolvida em ações coletivas e se tornam um contraponto aos jovens da década anterior. Contudo, conforme destaca Abramo (2007, p. 83), “a maior parte dessas ações continuam sendo relacionada a traços do individualismo, da fragmentação e agora mais do que nunca, à violência, ao desregramento, e desvio”. Ganham visibilidade na mídia e são passíveis de estudos e preocupação social, as gangues juvenis, o tráfico organizado de drogas, as torcidas organizadas, entre outros. Deste modo, na busca de solucionar problemas antigos, mas que se apresentam com novas roupagens, criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Com a criação do ECA (Lei n. 8.069, de 13/07/1990), deixa-se de utilizar a categoria “menor”, e atualiza-se a concepção de criança e adolescente, enquanto sujeito de direitos. Na tentativa de classificar o período da infância e adolescência este novo instrumento legal define adolescência mediante o critério de idade cronológica, iniciada aos doze anos e estendida até os dezoito anos incompletos. No entanto, as políticas públicas destinadas a este público voltam suas ações para os pobres ou para os que se encontram em “situação de risco”⁸⁴, reforçando a necessidade de ajustamento⁸⁵.

Logo, destacamos a contradição desta lógica, qual seja: o jovem que cresceu na sociabilidade capitalista, estruturada nos fundamentos do individualismo e em relações de lucro e consumo, deve ser ajustado a esta sociedade de forma

⁸⁴ De acordo com Abramo (2007, p. 86): “Nos anos 90 as figuras juvenis mais em evidência são os jovens pobres que parecem nas ruas, divididos entre o hedonismo e a violência: meninos de rua, jovens infratores, gangues, galeras, tribos; e, principalmente, jovens em 'situação de risco' (risco para si próprios e para a ordem social), dos quais aqueles envolvidos no tráfico, matando e morrendo muito cedo são uma das imagens mais dramáticas e ameaçadoras dos nossos tempos”.

⁸⁵ Ressaltamos que as políticas do período de criação do ECA, se preocupavam com as crianças e adolescentes, deixando os jovens acima de 18 anos, ainda que fossem “pobres” ou “de risco”, permanecerem sem políticas específicas até os anos 2000.

passiva. Ao contrário, os jovens que podem consumir, são vistos de forma positiva para o sistema e, portanto, estes devem adentrar o mercado ativamente (REIS, 2000). Conforme acrescenta Abramo (2007, p. 83):

Fruto de uma situação anômala, da falência das instituições de socialização, da profunda cisão entre integrados e excluídos, de uma cultura que estimula o hedonismo e leva a um extremo individualismo, os jovens aparecem como vítimas e promotores de uma “dissolução do social”.

Seguindo esta perspectiva, se formula a categoria jovem em situação de risco ou vulnerabilidade social, e ainda, de acordo com Novaes (2007), nos anos 1990, inova-se ao trabalhar também com a categoria jovem protagonista. Tais categorizações se desenvolvem na sociabilidade capitalista e, portanto, dialogam com a noção de diferenças entre os grupos e as classes sociais e ainda, se constituem objetivos prioritários de atenção das políticas, programas e projetos voltados para a juventude. Logo, destacamos que a primeira classificação parte da noção de culpabilização do indivíduo, cabendo ao jovem a não aceitação dessa situação desigual ou irregular, sendo ele próprio, responsável por sua mudança. A segunda, parte da noção do jovem colaborador e do indivíduo cidadão na perspectiva liberal, sendo também, o jovem, responsável pela transformação de sua trajetória de vida e do seu meio social.

Reis (2000) pontua que a ideia de “situação de risco” deve ser pensada a partir da concepção de exclusão social⁸⁶, e esta, por sua vez, remete a questão da cidadania. Logo devemos ter clareza sobre os significados do termo e a que perspectiva “o risco” se refere, e ainda sobre as representações dos atributos agregados aos sujeitos, ou seja, “o jovem em situação de risco precisa ser trabalhado como classificação a ser construída em conformidade com a dinâmica social, e não tomada como dada, pois pode se referir a muitas situações e contextos diferentes” (REIS, 2000, p. 100).

Os jovens pobres crescem diante de possibilidades limitadas pela condição social e econômica, contudo, o trabalho é uma pré-condição para uma vida moralmente aceita e superior aos jovens que se envolvem com a violência, ou seja, é a ética do trabalho que segundo Zaluar (1985, p.145), “é a ética do provedor de

⁸⁶ De acordo com Reis (2000, p. 94): “A exclusão não se refere apenas à esfera pública no que diz respeito à falta ou dificuldade de acesso à saúde, educação, lazer e condições de vida razoáveis. Ela engloba também a esfera privada uma vez que a ausência de uma estrutura familiar estável produz profundas sequelas, em particular quando aliada à escassez de recursos econômicos”.

sua família, que permite ao trabalhador sentir-se no seu íntimo e aparecer em público como moralmente superior aos bandidos”.

Seguindo essa lógica, essa quase obrigatoriedade moral (pela função de cada um na sociedade, bem como, pela possibilidade de incluir através de projetos ou políticas públicas) se torna uma necessidade social, com reconhecimento e aceitação pública mediada pelo Estado. Conforme destaca Durkheim (1995, p. 151), “a diversidade das funções é útil e necessária; mas, tal como a unidade, que não é menos indispensável, não surge delas espontaneamente, o cuidado de a realizar e de a manter deverá constituir, no organismo social, uma função independente”. Ao contrário, a insatisfação sobre seu lugar limite na sociedade de classes pode trazer um desequilíbrio na organização harmônica da sociedade.

Ao analisarmos os objetivos descritos no projeto Primeiro Passo, fica evidente a relação posta pelo discurso da burocracia institucional entre juventude e “risco”, que reforça a associação entre juventude e violência, bem como a ideia de que estamos tratando de uma juventude uniforme, simplesmente por pertencer a uma determinada classe social ou vivenciar uma situação socialmente considerada de “risco”. A própria lógica e fundamentação do projeto está imbuída da ideia de que o trabalho vai ocupar os jovens e livrá-los das vulnerabilidades. Nestes termos, destacamos a administração burocrática (WEBER, 1991) que constrói as políticas, as categorizações e os modelos de inclusão, numa tentativa de enquadramento e massificação dos grupos sociais. Conforme acrescenta Reis (2000, p. 84):

Utilizando-se da palavra como meio, o processo classificatório não se restringe simplesmente à formação de grupos. Ele estabelece relações de hierarquia entre os agrupamentos, cuja formação não pode ser explicada apenas em razão da semelhança dos elementos entre si; ela é produto de um entendimento abstrato, de uma elaboração mais ampla. A totalidade de coisas que formam um sistema classificatório uno tem uma hierarquia lógica.

Oliveira (2011), ao realizar um estudo com jovens egressos do Projovem do Governo Federal, questiona a associação entre a juventude pobre e as situações de risco contempladas nas políticas públicas com foco na pobreza. A autora destaca ainda, que os jovens não se reconhecem a partir dos referenciais definidos pelo projeto e, portanto, “fica evidente também que não houve participação efetiva dos mesmos na formulação desta política” (OLIVEIRA, 2011, p. 145). Nas palavras de

um estagiário do projeto Primeiro Passo, a vulnerabilidade acontece na relação dele com o mercado e, deste modo, não é condição pessoal ou mesmo o tornaria vulnerável a se envolverem em possíveis infrações.

Quando eu for arranjar um emprego, eu já tenho uma experiência. Então já é vantagem pra mim. Quem não tem experiência, tem essa vulnerabilidade. No caso, antes eu teria, mas agora que já peguei um ano de experiência, eu não tenho tanto. Eu já tenho um ponto a favor. (Tadeu)

Nesta perspectiva, dada a complexidade da questão e a possibilidade de mediação com diversas categorias, estamos convencidos em discutir não apenas sobre a juventude, mas, sobre as várias juventudes, com suas diferenças e com seus pontos de encontro. Nestes termos, destacamos Reis (2000, p. 92):

Desta forma, a questão da existência de diferentes juventudes deve ser novamente evocada uma vez que a maior ou menor exposição a estes elementos está intimamente relacionada com a variedade de cruzamentos de inserções sociais presentes na categoria, principalmente classe social, em termos locais, e desenvolvimento econômico do país a que pertence, em uma contextualização global. Dito de outro modo, quanto maior a exclusão social, maior a exposição a estes descaminhos.

Portanto, os jovens estão envolvidos nessa teia de relações e mediações, encontrando no trabalho ou nas políticas de inclusão pelo trabalho, um meio de superar provisoriamente (ou pelo menos ter a ilusão que superou), a condição de “risco” ou “vulnerabilidade”, socialmente atribuída aos pobres. Cabe ainda insistir sobre quem, de fato, são estes jovens que foram incluídos nos projetos sociais, quais seus modos de vida e os desafios que se processam a partir dos atributos socialmente construídos, bem como, para além destas classificações.

4.4 Juventude pobre na cidade de Fortaleza

Conhecer a realidade dos jovens de uma capital e a diversidade dos modos de vida deste grupo ou destes grupos que compõem a juventude, sem cair na tentação da padronização e simplificação nos parece uma tarefa complexa. Contudo, acreditamos que introduzir esta temática trazendo pesquisas sobre a realidade do Estado e de Fortaleza com informações coletadas em períodos próximos e em seguida apresentar dados atuais sobre a realidade brasileira, podem revelar características ou tendências generalizantes, mas também nos aproximará

de um contexto onde os entrevistados se inserem. Desta experiência poderemos perceber em que momento os entrevistados são contemplados e ainda, em qual perspectiva foram negligenciados.

A pesquisa, Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira (IBGE, 2013), destaca que no Brasil em 2012, 5,3% da população tem entre 15 e 17 anos; 3,4% têm 18 a 19 anos; 8% têm entre 20 a 24 anos; e 8,1% têm entre 25 a 29 anos. No Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) os números são respectivamente 6,3% e 5,6% da população são de adolescentes entre 15 e 17 anos; 3,7% e 3,8% da população são de jovens entre 18 e 19 anos; 8,5% e 9,6% da população têm entre 20 a 24 anos; e 8,3% e 8,8% da população têm entre 25 a 29 anos.

O estudo constatou ainda que no Brasil, em 2012 entre os jovens de 15 a 29 anos: 21,6% apenas estudam, 13,6% trabalha e estuda, 45,2% somente trabalha e 19,6, nem trabalha nem estuda. No Ceará e na RMF, estes números são respectivamente: 23,2% e 23,4% dos jovens apenas estudam; 12,1% e 11,8% dos jovens trabalham e estudam; 42,6% e 43,3% apenas trabalham; e 22% e 21,5% não trabalham e nem estudam. A pesquisa destaca ainda que no Brasil, entre os jovens de 15 a 29 anos ocupados no período da coleta de informações 39,6% tinham rendimento de todos os salários até um salário mínimo e apenas 18,2 tinham rendimento superiores a dois salários mínimos.

No Brasil, estes dados divididos por idade revelam que existe um percentual relevante de jovens de 15 a 17 anos que não estudam. Os jovens entre 18 e 29 anos apresentam um percentual baixo em relação aos estudos e ainda o percentual de dos que não estuda e nem trabalha é bastante considerável. Segundo os dados, entre os jovens com idades de 15 e 17 anos: 65,4% apenas estudam, 18,8% trabalham e estudam, 6,5 somente trabalha e 9,4 não trabalham e nem estudam; jovens com 18 a 24 anos: 14,5 só estudam, 14,8 trabalham e estudam, 47,3 somente trabalha e 23, 4 não trabalha e nem estuda; jovens com 25 a 29 anos: 2,9 somente estuda, 8,3 trabalha e estuda, 67,5 somente trabalha, 21,3% não trabalha e nem estuda. Na RMF estes percentuais por grupos de idade são os seguintes: no grupo de 15 a 17 anos, 72,8% apenas estudam, 13,6% trabalham e estudam, 4,5% apenas trabalham e 9,1% não trabalham e nem estudam; no grupo

de 18 a 24 anos, 15,9% só estudam, 12,7% trabalham e estudam, 45,8% apenas trabalham e 25,6% não trabalham e nem estudam; no grupo dos jovens de 25 a 29 anos, 3,7% apenas estudam, 9,4% trabalham e estudam, 63,9% apenas trabalham e 22,9% não trabalham e nem estudam.

O estudo mostra também que no Brasil, do total de jovens de 15 a 29 anos que não trabalham e nem estudam, 29,9% são homens e 70,3% são mulheres, sendo que entre os jovens de 25 a 29 anos essa disparidade ainda é maior, pois 23,1% são homens e 76,9% são mulheres. Do total de jovens desse grupo, 32,4% só possuem o ensino fundamental incompleto; 23,4%, o ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto; 38,6% possuem o ensino médio completo; e 5,6% possuem o ensino superior incompleto ou completo. Sobre as mulheres desse grupo o estudo aponta ainda 41,0% destas não tem nenhum filho e 58,4% tem um ou mais filhos, sendo que entre as jovens de 25 a 29 anos esse percentual é 25,0% são de jovens que não tem nenhum filho e 74,1% de jovens que tem um filho ou mais. Portanto podemos considerar que as jovens ao terem filhos abandonam os estudo e o trabalho, ou mesmo nem conseguem ingressar no mercado de trabalho.

Ainda sobre o trabalho de jovens de 15 a 29 anos o estudo revela que no Brasil, a taxa de ocupação de jovens de 15 a 17 anos é de 25,3%; entre jovens de 18 a 24 anos é 62,1%; e entre jovens de 25 a 29 anos é de 75,8%. No Ceará e na RMF os percentuais de ocupação de jovens são respectivamente: 23,6% e 18,1% entre jovens de 15 a 17 anos; 59,3% e 58,5% entre jovens de 18 a 24 anos; e 71,8% e 73,3% entre jovens de 25 a 29 anos. Destes jovens ocupados na RMF, 13,7% têm rendimentos de até $\frac{1}{2}$ salários mínimos; 41,3% ganham entre $\frac{1}{2}$ e um salário mínimo; 33,0% ganham mais de um a dois salários mínimos; e 10,5% têm rendimentos acima de dois salários mínimos.

Estudo desenvolvido pelos pesquisadores do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008, apresentou o perfil da juventude no Ceará (COSTA; SULIANO, 2010). O IPECE considerou neste estudo os jovens entre 15 e 24 anos, que na época representava 18,1% de brasileiros e 18,3% da população do Estado do Ceará.

Ainda segundo esta pesquisa, os homens na faixa etária estudada somam

50,4% dos jovens e as mulheres, 49,6%. Este número é equivalente ao da média brasileira, que apresentou 50,9% de homens e 49,1% de mulheres. Analisando as residências em zonas rurais, enquanto no Nordeste, 27,4% dos jovens entre 15 e 24 anos mora na zona rural, no Ceará, esse número cai para 21,7. A média no Brasil é de 16,3% de jovens nesta faixa de idade residindo na zona rural.

Sobre a condição de pobreza desta população, o estudo revela ainda que no Ceará em 2008, 57,38% da população de jovens vivem abaixo da linha de pobreza, sendo que 22,6% vivem abaixo da linha de indigência. A média no Nordeste e no Brasil, respectivamente são 61,80% e 39,11% da população jovem abaixo da linha de pobreza, sendo 26,9 e 15,4% abaixo da linha de indigência.

O estudo descreve ainda as condições de moradia dos jovens caracterizando a evolução dos domicílios com abastecimento de água, rede de esgoto e energia elétrica. No Estado do Ceará em 2008, houve um avanço nesse quadro, apesar de não ser o ideal, passando o número de domicílios com abastecimento de água para 80,3%, 51,3% com rede de esgoto e 98,1% com energia elétrica.

Em relação à educação, o estudo do IPECE, utilizando dados do PNAD e IBGE, descreve a educação dos jovens entre 15 e 24 anos no Estado do Ceará e apresenta uma situação semelhante no que diz respeito à frequência escolar. Em 2008 o quadro encontrado é 90% dos jovens de 15 anos frequentam a escola, 38% dos jovens de 19 anos e 12% dos jovens de 24 anos frequentam a escola. Há, portanto uma queda no percentual de jovens em idade de 19 anos frequentando a escola e ao mesmo tempo um acréscimo do percentual de jovens de 15 anos com frequência escolar.

Esta informação parece importante para análise do Projeto Primeiro Passo que se propõe a atender jovens com idade entre 15 a 24 anos, contudo, não há informações sobre quantos jovens acima de 19 anos foram ou são atendidos no projeto. O projeto dispõe apenas de dados gerais e não divididos por idade. Também não encontramos jovens estagiando na SEPLAG com idade acima de 19 anos. A idade de ingresso no projeto dos entrevistados e de outros jovens que tivemos contatos na observação, acontece aos 17 ou 18 anos e por isso conseguimos entrevistar jovens entre 18 e 19 anos, no período próximo ao desligamento do

estágio. Portanto, ainda há políticas que atendam este público que sai do ensino médio e pelos dados da pesquisa apenas 26% dos jovens cearenses com 20 anos e 22% dos jovens com 21 anos permanecem frequentando a escola.

A pesquisa mostra ainda uma redução no número de analfabetos com idades entre 15 a 24 anos, sendo este resultado esperado pela permanência de 90% dos jovens com 15 anos frequentando a escola. Logo, em 2008 o número caiu para 4,4%, sendo ainda o dobro da média brasileira que é 2,2%. Outro dado importante apresentado no estudo é que o percentual de jovens cearenses entre 15 e 24 anos analfabetos funcionais, ou seja, com menos de quatro anos de estudo, passou de 32,3% em 1998 para 7,9% em 2008. Logo, a queda do analfabetismo funcional é mostra que o número de anos de estudo tenha tido aumento entre os jovens da mesma faixa etária.

Nestes termos, a pesquisa mostra que em 2008 os jovens com 15 anos apresentavam em média 6,1 anos de estudo, com 19 anos 8,7 anos de estudo e com 24 anos, um pequeno aumento para 8,7 anos de estudo. Estes dados revelam ainda que os jovens a partir de 19 anos não elevam os anos de estudo, portanto, muitos jovens param de estudar ao ingressarem na maioridade e poucos entram no ensino superior.

Em relação ao contexto familiar a pesquisa aponta que os pais e mães dos jovens ainda apresentam um percentual significativo em relação ao analfabetismo, apesar do avanço apresentado. Em 2008, os analfabetos eram 28,5 dos pais e 22,5 das mães de jovens entre 15 e 25 anos no Ceará eram analfabetos. Ainda sobre a educação dos pais, o estudo revela que em 2008, os pais tinham em média 5,2 e as mães 5,8 anos de estudo. Este resultado revela que apesar dos jovens terem média de anos de estudo superior dos pais, a conclusão do ensino médio ainda é referência entre as famílias para “conclusão dos estudos”, tendo em vista que muitos pais não tiveram esta oportunidade. Logo a entrada no mercado de trabalho se faz necessária antes mesmo do término do ensino médio, pois ao fim deste os jovens já devem estar preparados para o mercado competitivo.

Nesta perspectiva, em relação a trabalho e renda, o estudo destaca que no Ceará em 2008 é 51,9, ou seja, praticamente o mesmo. Em relação aos jovens

desempregados⁸⁷ no Ceará, a pesquisa acrescenta que em 2008, eles eram 13,7%. Dos jovens que trabalham e estudam a pesquisa acrescenta que em 1998 estes representavam 19% e em 2008, o percentual cai para 15,9. Este dado nos faz refletir sobre a motivação para a queda no percentual de jovens que estudam e trabalham ao mesmo tempo, estariam eles apenas trabalhando ou apenas estudando.

Contudo, o estudo revela o quadro geral, em relação à ocupação, dos jovens cearenses com idades entre 15 e 24 anos e destaca que em 2008, revela um aumento do percentual dos que apenas trabalham, sendo que: 20% não trabalham e nem estudam, 35,8% apenas trabalham, 15,9% trabalham e estudam e 28,3% apenas estudam. Desta forma, em 2008 o percentual de jovens que só trabalhavam aumentou, justificando ainda o aumento do número de anos de estudo após os 19 anos não ser significativo.

A pesquisa Retratos da Fortaleza Jovem (IJC, 2007), iniciativa da Prefeitura de Fortaleza e coordenada pelo Instituto de Juventude Contemporânea (IJC), constituída por uma população alvo de 636.425 jovens de 15 a 29 anos, realizada através de uma amostra de 1.734 sujeitos, distribuídos em 40 bairros de Fortaleza, traz o perfil e a realidade de vida dos jovens moradores da capital do Estado do Ceará. A coleta de informações foi realizada em 2006, período próximo à coleta de dados da pesquisa coordenada pelo IPECE que trabalhou com informações da PNAD de 2008.

Este estudo revela que em outubro de 2006, o percentual de jovens do sexo masculino era 48,2%, sendo inferior ao sexo feminino que era 51,8%. Contudo, o estudo revela que nas idades de 15 a 19 anos este percentual é 50,3% para o sexo masculino e 49,7 para o sexo feminino e que este percentual sofre alterações com o aumento da idade, logo, entre jovens de 25 a 29 anos, 44,9% são do sexo masculino e 55,1 são do sexo feminino. Estes dados apesar de sugestivos sobre a diminuição progressiva da população jovem do sexo masculino de Fortaleza, não é possível aprofundar esta hipótese, tendo em vista que não houve um estudo semelhante posterior. No entanto, os dados de pesquisa IBGE (2013), contabilizando a população total, o percentual de mulheres permanece superior a de homens.

⁸⁷ “Destaca-se aqui que a população desempregada se dá em relação a População Economicamente Ativa (PEA), enquanto a população ocupada se dá em relação a população em Idade Ativa (PIA) (daí a soma das duas não serem 100%)” (COSTA; SULIANO, 2010).

O estudo destaca que 52,9% dos jovens entre 15 e 29 anos não estavam estudando no período da pesquisa, enquanto 46,7 estudavam e 0,4% nunca frequentou a escola. Acrescenta ainda que 27,5% dos jovens tem o ensino médio completo, 28,7% tem o ensino médio incompleto, 9,7% tem superior incompleto, 1,8 tem superior completo e 0,9% tem pós graduação. Esta realidade muda quando os jovens participantes são divididos por Regional e os resultados revelam que nas regionais que agregam bairros com moradores com melhores condições socioeconômicas apresentam percentual maior de jovens com ensino superior, a exemplo da Regional II e IV, com respectivamente, 28,8% e 18% de jovens com ensino superior. Ao contrário, regionais que agregam grande número de bairros prioritariamente habitados por trabalhadores pobres, a exemplo das Regionais I, III, V e VI, respectivamente apresentam 10,3%, 7,1%, 12,6% e 10,3% de jovens com ensino superior.

Sobre a relação dos jovens com trabalho a pesquisa aponta que em 2006, entre os jovens de 15 a 29 anos: 33,2% estavam trabalhando; 26,4% já trabalharam e estavam procurando trabalho; 15,8% nunca trabalharam, mas estavam à procura de trabalho; 15,6% nunca trabalharam e também não estavam procurando trabalho; e 9,1% trabalharam anteriormente, mas não estavam procurando trabalho no período. Dentre os jovens que estão sem trabalho, 29,8% encontrava-se nesta situação há mais de um ano. Já entre os jovens com experiência de trabalho, 13,7% conseguiram seu primeiro trabalho até os 13 anos de idade; 25,4% com 19 anos ou mais; e 60,9% entre 14 e 18 anos. O estudo aponta ainda que o trabalho para 39,8% dos jovens é necessidade; para 29,9% significa independência; para 20,8% é crescimento; apenas 8,8% acreditam que o trabalho é autorrealização; e para 1,6% trata-se de exploração.

Predominam os jovens naturais da capital, totalizando 83,5% e os outros jovens são naturais do interior do Estado, sendo 10,7% da área urbana e 5,8% de áreas rurais.

A renda familiar dos jovens também foi destacada e apresentou resultados diferenciados de acordo com a região de moradia dos jovens. No total dos jovens da pesquisa, 32,6% declararam renda familiar no período de até um salário mínimo; 34,3% mais de um até dois salários mínimos; 23,9% mais de dois

até cinco salários mínimos. Divididos pelas Regionais Administrativas de Fortaleza, 39,6% dos jovens moradores da Regional I e 37,6% e dos jovens da Regional V, apresentaram renda familiar de até um salário mínimo. Enquanto nos bairros da Regional II e IV, respectivamente 29,9% e 30,6% dos jovens declararam renda de mais de dois até cinco salários mínimos.

Indagados sobre sua maior preocupação 31,1% dos jovens de Fortaleza declararam que estão relacionadas ao emprego e a profissão; 14% fazem referência a segurança e a violência; 12,8% se preocupam com a família; 8,8% destacaram a educação; 8,4% fizeram referência crise econômica e o percentual dos outros jovens manifestaram diversas preocupações (saúde, fome, drogas etc.). Sobre o assunto que mais interessa 21,1% dos jovens destacaram o governo e política; 20,5% fizeram referência à educação; 16,9% se interessam por assuntos relacionados a emprego e profissão; 9,2% manifestaram interesse em cultura e lazer; 7,4% preferem esporte e atividades físicas e o percentual dos outros jovens mostrou interesses por assuntos diversos (família, saúde, segurança/violência, religião etc.).

Ainda nesta pesquisa os jovens manifestaram sua opinião sobre os principais problemas de Fortaleza em 2006, sendo que 34,3% destacaram problemas relacionados à segurança e a violência; 14,5% destacaram a infraestrutura; 11,3% fizeram referência ao desemprego; 8% acreditam que o principal problema é a educação; e o percentual referente aos outros jovens pontua problemas diversos.

Sobre os fatores que contribuem para a mudança de vida, 70,4% destacaram o apoio da família, 16,5% acreditam no seu esforço pessoal e 6,7% fizeram referência a ter capacidade de aprender coisas novas. Ao serem questionados sobre os fatores mais importantes para a vida como jovem 40,7% dos entrevistados destacaram o seu esforço pessoal; 30,7% fizeram referência ao apoio da família; 16,9% pontuaram como mais importante ter a capacidade de aprender coisas novas. Neste estudo os jovens também opinaram sobre as instituições mais importantes para o seu amadurecimento, sendo que 48,7% apontaram a família; 17,7% destacaram o trabalho; 11% fizeram referência à escola; 9,3% optaram pela Igreja; 6,6%, os amigos; 3% acreditam que a rua é importante para o amadurecimento; e 3,8% consideraram outras instituições.

Partindo dos dados desta pesquisa, pontuamos a importância atribuída à família pelos jovens de Fortaleza, principalmente quando se referem aos fatores que contribuem para o amadurecimento, enquanto jovem e para as mudanças futuras. Somados a realidade da vida em família, encontramos a quase obrigatoriedade dos jovens em pensar o trabalho e a educação. Ao mesmo tempo, visualizamos as vivências dos jovens com a violência, seja no espaço público da cidade ou no espaço doméstico, tendo em vista que 57,6% já perderam pessoas próximas em mortes violentas, sendo que destas mortes, 59,3% foram assassinatos. Portanto, temos na contradição segurança-insegurança as questões principais que perpassam a vida dos jovens, ou seja, a segurança do lar, a insegurança das ruas, a segurança do trabalho e a insegurança da vida profissional sem trabalho.

Esta realidade apontada pelos jovens de Fortaleza em 2006 aproxima-se das falas dos jovens estagiários do Projeto Primeiro Passo em 2013, principalmente em relação à segurança da família, a insegurança da vida profissional e a violência da cidade. Logo, os riscos apresentados pelos jovens são referentes a situações que podem torná-los vítimas do mercado de trabalho seletivo e da violência encontrada no espaço público ou na família real.

Nesta perspectiva, nos aproximamos dos entrevistados na tentativa de compreender as particularidades que perpassam a realidade de suas vidas, dentre estas, o encontro com o projeto Primeiro Passo, sem perder de vista as mediações com os processos sociais vigentes. Tal aproximação com os jovens não garante o conhecimento sobre a realidade de todos os estagiários que participaram do projeto no período estudado, dada às particularidades das histórias. Contudo, os jovens trazem questões comuns e pontos de encontro, principalmente relacionados à temática do trabalho, estudo e da vida profissional, bem como, sobre as vivências que agregam outras referências, como as relações familiares, comunitárias, afetivas e os contatos com as instituições de apoio. Segundo Pais (2001, p. 109), “um caso não pode representar o mundo, embora possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se refletir”.

5 A INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO DE JOVENS POBRES: A PROPÓSITO DOS ESTAGIÁRIOS DO PRIMEIRO PASSO

5.1 Os jovens e o encontro com a realidade: estudo, trabalho e o Projeto Primeiro Passo

Na atualidade, o trabalho e a consequente renda do trabalho, foram estabelecidos socialmente como condição para os jovens pobres satisfazerem suas necessidades materiais e subjetivas, bem como, seus desejos de consumo e anseios por uma vida segura no futuro. Esta realidade se constrói na convivência diária dos pobres com suas necessidades e a experiência de que com a renda do trabalho é possível adquirir bens e garantir a sobrevivência

De fato, a convivência com a realidade do trabalho acontece antes do ingresso do jovem neste processo enquanto trabalhador, uma vez que, as instituições que perpassam suas vidas, principalmente a escola e a família, agregam valores e a ética do trabalho, bem como mobilizam esforços para este fim durante o percurso de formação de crianças e jovens. Um dos entrevistados faz revelações sobre o encontro com o mundo do trabalho ainda na sua infância, através da experiência da perda do emprego da mãe, que desconstruiu a segurança estabelecida no lar e trouxe para o imaginário do jovem a necessidade urgente de ingressar neste espaço de forma estável.

A segunda escola que eu estudei que era da quarta pra sexta séries, era o dia todo, era particular. Depois da sexta série foi que minha mãe não teve muita condição, porque ela saiu do emprego. Acusaram ela de uma coisa que ela não fez, apesar da empresa que ela trabalhava era de família, era de um tio dela. Aí como a acusaram de algo que não fez, ela preferiu se retirar. Aí começou a ter dificuldades e aí eu fui pra uma escola pública. Mas do sexto ano para trás eu estudei em escola particular, eu estudei em creche particular, só que depois minha mãe me colocou em escola pública, mas eu apanhava muito dos garotos, então eu criei um trauma total de escola pública. Não queria ir de jeito nenhum, eu chorava pra não ir pra escola. Aí minha mãe me colocou numa escola particular de novo, daí voltei no primeiro ano e tive que repetir o primeiro ano, por causa das confusões eu tinha conseguido aprender, eu não ficava concentrado na aula, eu tinha medo. (Tadeu)

O jovem relata que após a experiência de retornar a escola particular pela segunda vez e de repetir o ano escolar, novamente teve que voltar para a escola pública, sendo que os motivos foram as intercorrências relacionadas ao trabalho da mãe. Logo, percebemos pela fala do entrevistado que a percepção inicial sobre a

realidade do mundo do trabalho aconteceu bem antes do jovem buscar sua primeira ocupação, e ainda permaneceram presentes desde a infância, pois as relações com o trabalho desenvolvidas pelos pais interferem em sua vida. O desemprego da mãe e a instabilidade da renda do trabalho do pai, autônomo, foram significativos e fez o jovem acreditar que quanto mais cedo ele ingressar no mundo do trabalho, maiores seriam as possibilidades e a segurança.

O trabalho, portanto, “contamina” as ideias, aterroriza o pensamento pelas consequências de sua falta e enfim, fascina, pela sua capacidade de agregar valores e bens. Nestes termos, na vida dos jovens pobres ou dos jovens filhos de trabalhadores assalariados, se estabelece uma moral do trabalho que além de “treinar” para uma atividade e garantir um lugar na sociedade de classes, deve afastá-los da violência. Para tanto, escolas e espaços de trabalho destinados aos pobres servem também pra disciplinar, ou ainda, conforme destaca Frigotto (2004, p. 195), “a escola para a classe trabalhadora sempre foi outra – uma escola para a disciplina do trabalho precoce e precário”.

Sobre a moral do trabalho, um dos entrevistados pontua em sua fala o discurso que incorporou no seu repertório e que é reproduzido na sua percepção sobre os outros, principalmente, sobre seu irmão caçula que dispõe de uma tarde livre e de benefícios que ele não teve. O jovem ressalta a rotina do pai, um trabalhador exemplar que acorda na madrugada para iniciar o trabalho.

Meu irmão fica em casa enquanto eu trabalho. Ele só estuda. Ele deveria trabalhar, já tem 14 anos. Lá em casa tem muita coisa pra pagar, eu ajudo lá em casa. Meu irmão só fica em casa deitado, num faz nada a tarde. E pra ir trabalhar com meu pai é a força, num quer. É tipo filhinho de papai, estuda em escola particular e tem tudo que quer. Meu pai quis colocar ele numa escola particular, mas não adiantou de nada, continua a mesma coisa. Num quer ajudar, num quer trabalhar. O pobre do meu pai acorda todo dia 4 e meia da manhã pra fazer as coisas, mas ele não valoriza o que meu pai faz por ele. Coisa que nunca tive, nunca estudei em colégio particular, nunca tive notebook, nunca tive computador, nunca tive câmara digital, celular de última geração. Ele tem tudo isso, mas não valoriza. (Caio)

Para Caio, uma vez que ele e o irmão são filhos de trabalhadores pobres devem iniciar sua vida profissional precocemente, podendo ser um risco deixar o irmão apenas estudar e gozar de tempo livre. Assume, portanto, o discurso de que pobres que gozam de tempo livre de trabalho, podem acostumar-se com o ócio e

transformar-se no “vagabundo” do bairro, significando ainda um passo para as drogas e os crimes. Logo, o jovem defende a aceitação passiva da condição de trabalhador pobre, sendo sua vida um exemplo de agrado à família, a sociedade e a Deus.

Pontuamos ainda, que Caio ao sentir satisfação pelo trabalho, também gostaria de ter esse tempo livre que o irmão usufrui, bem como o acesso a alguns bens que ele não teve, pois durante a entrevista ele manifesta a necessidade de tempo para estudar e para participar das missões da Igreja. Provavelmente a família melhorou a renda através do trabalho diário, incluindo a renda do jovem estagiário, e dessa forma conquistou um espaço na sociedade do consumo. A primeira providência da nova família de consumidores foi matricular o filho caçula em escola particular e o único risco, a nosso ver, dessa mudança na estratégia de educação dos filhos, é o jovem pobre, morador de bairro violento, e agora estudante de escola particular, não aceitar ser treinado para a rotina diária de trabalho precário e estudo sem perspectiva.

Os jovens estagiários apresentam suas experiências com o estudo e o trabalho, ora como reprodução do discurso que se encontra difundido na sociedade, ora como uma estratégia de sobrevivência imediata e um meio de alcançar um futuro melhor. De acordo com alguns entrevistados:

Pra mim estudar é uma coisa muito boa, porque é através dos estudos que a gente cresce na vida, que a gente se forma e a gente começa a trabalhar pra juntar nosso próprio dinheiro, pra não tá precisando dos pais pra comprar tudo que a gente precisa. Às vezes o pai não tem condições de comprar o que a gente quer e com o nosso dinheiro a gente pode até comprar (...). Depois que vim pra Fortaleza, comecei a ajudar na casa da minha tia. Mas trabalhar eu nunca trabalhei. Meu pai levava pra plantar feijão, eu e meus irmãos e minha mãe. A gente ia plantar feijão, chegava meio dia pra almoçar e a tarde a gente voltava. Era muito longe o local onde a gente ia plantar, às vezes a gente ia por dentro dos matos, porque era mais perto. Eu num gostava não porque meu pai ficava só brigando se a gente fizesse alguma coisa errada. Eu queria ficar em casa fazendo as coisas. Eu tinha 10 anos e aí sempre que tinha inverno meu pai levava agente pra plantar e fiquei até antes de vir pra cá. (...) Meu pai é agricultor e minha mãe trabalha fazendo faxina nas casas. A terra é dele mesmo, aí ele planta feijão, e quando tava no tempo de colher aí a gente ia também com ele. A gente pegava um saco de feijão colocava no chão e ia debulhar (risos), passava a noite debulhando. Meu pai não deixava a gente dormir cedo, só ia dormir quando terminasse. Aí eu ia dormir bem tarde e tinha aula de manhã e tinha que acordar cedo, e às vezes em acordava tarde e meu colégio era muito longe. Às vezes me acordava sete horas eu ia correndo pro colégio. (Paula)

Já tive outra experiência de trabalho, num supermercado, de empacotador. Passei seis meses, mas não quiseram me contratar. Eu entrei lá como estagiário, empacotador, era muito puxado... Trabalhar em mercantil é muito puxado. No contrato eu tinha que trabalhar de três e quinze e sair às dezenove. Mas muitas vezes eu saía dezenove não, saía nove e meia da noite, dez horas. Trabalhava sábado e domingo, feriado. Trabalhava também na rota, fazendo a rota Messejana, entregando as compras. Ganhava um dinheiro bom, na época ganhava gorjeta essas coisas, mas era muito puxado. Ai o Ministério Público foi lá e a loja teve que me contratar. Aí passei uns meses contratado, carteira assinada, mas eu pedi pra sair porque não tava dando certo não. Porque ia atrapalhar meus estudos. Na época que eles me contrataram foi na época da greve da escola. Aí eu fiquei ate o período da greve, quando a escola voltou, eu sai, porque eu não queria estudar a noite... Era o dia todo, entrava de 7 da manhã e ia até as 16 e trinta... Era muito difícil, meu rendimento caiu quando tava trabalhando, porque eu estudava de manhã, a tarde ia pro trabalho, chegava em casa 10 e meia, 11 horas da noite... Ficava muita atividade pendente pra fazer. (Caio)

Paula, a jovem da zona rural que veio para Fortaleza em busca de uma vida melhor, não percebe a atividade desenvolvida com a família desde os 10 anos de idade, como trabalho, pois para ela trabalho se relaciona com futuro, sendo este formal, institucional, com recompensa em forma de salário e que se torne por fim, a realização de um sonho. Para a jovem o trabalho não é doméstico e, portanto, não se confunde com a atividade de “ajuda” que prestava em casa ou atualmente realiza na casa da “tia”. Logo, a solução encontrada por Paula para encontrar o trabalho dos sonhos foi mudar para a capital, ou seja, “fugir para encontrar”.

Caio foi apresentado desde cedo a precarização do trabalho e a rotina desgastante do trabalhador revelando que, somente depois da intervenção da justiça no supermercado onde trabalhava que passou a ter carteira assinada. Contudo, a rotina do trabalhador contratado e a dificuldade em manter os estudos permaneceram mesmo com as garantias trabalhistas, pois o contrato formal de trabalho, exigido pela lei, garante também ao empregador o uso da força de trabalho durante aquele período definido (e mais algumas horas) independente de outras necessidades do trabalhador fora do trabalho. Deste modo, Caio abandonou o trabalho em busca de outro que o permitisse estudar e sonhar.

Paula e Caio ingressaram no projeto Primeiro Passo e passaram para a condição de estagiários bolsistas em tempo parcial.

Os relatos dos entrevistados revelam as estratégias de sobrevivência e as experiências de trabalho que concorrem com os estudos. Trabalhar e ganhar seu

próprio dinheiro proporciona aos jovens à satisfação com a conquista do lugar no mercado, bem como, gera expectativas sobre as realizações do trabalhador iniciante. Ao mesmo tempo, a experiência do trabalho direciona para a realidade da rotina do trabalhador assalariado e, portanto, a reorganização dos sonhos, que devem ser adaptados ao tempo livre e as possibilidades reais. Conforme acrescentou Pais (1991, p. 963), “o trabalho assalariado é um meio raro e precário de acenderem a um estatuto de mínima independência; os empregos não são procurados na base das ambições profissionais ou, estas são adaptadas ou ajustadas às oportunidades de emprego”.

Nesta perspectiva, atrair os jovens precocemente para o mercado é a garantia para os mesmos não se desviarem de seu destino, qual seja: um trabalho subalterno na divisão do trabalho, um salário para a sobrevivência e para o acesso aos bens de consumo, e por fim, a docilidade como uma consequência da gratidão a Deus e ao mundo pela conquista. Conforme Pais (1991, p. 963), “a fábrica continua a atrair muitos filhos de operários, o que não acontece por acaso”. Portanto, o padrão normal é que os filhos de trabalhadores pobres aprendam com os pais seu lugar limite na divisão do trabalho e qualquer manifestação que contrarie esse modo de ser dos pobres, não será aceito, inclusive por seus pares.

De fato, a necessidade de inclusão pelo trabalho, além de moral, é material, fazendo com os jovens pobres, ao contrário de grande parte dos jovens de outros grupos sociais, não priorizem os estudos. Logo, estabelecem uma relação contraditória com a educação formal, uma vez que, por um lado esta formação é um meio de sair da condição de pobreza e por outro, não resolve suas necessidades imediatas. Sobre o lugar dos estudos nas trajetórias dos jovens pobres, Ribeiro (2011, p. 41), destaca que “os jovens precisam sentir que estão tendo benefícios concretos com a escolarização tanto nos sentidos cognitivo e afetivo quanto, sobretudo, na dimensão da perspectiva de futuro, encontrando significados nas experiências e trajetórias educacionais”.

Os estudos, por sua vez são a garantia de um trabalho menos “pesado” no futuro, ou seja, uma ocupação que possibilite uma rotina que garanta mais tempo livre e não utilize força física. O trabalho com desgaste físico, seja pelo tempo gasto, seja pelo tipo de atividade realizada, não estão nos planos futuros dos jovens,

apesar da disponibilidade para realizar estas atividades até a conquista do trabalho desejado. No entanto, apesar de dóceis à realização de tarefas simples e precárias, os jovens entrevistados, ao contrário dos pais, apresentam em suas falas a expectativa de ingressar no ensino superior.

Nestes termos, os jovens pontuam que o esforço atual é para uma recompensa futura, onde a renda do trabalho garanta além da sobrevivência, a realização de sonhos.

Estudo é futuro, é a garantia do seu futuro depois. Eu to tentando, to me esforçando pra ver se eu consigo. Agora vou ter mais foco, porque não to na academia, vou ter mais foco agora. É só ter foco, se focar naquilo que você quer você consegue. Quando um jovem quer uma coisa, nada vai fazer com que ele pare. (Maurício)

Estudo é bom, porque através dele você vai ter mais oportunidade na vida. Vai ter um trabalho bom, vida financeira boa... Um trabalho bom que você não admite só aquele salário, um salário. É você num querer só aquilo, você não admite só 630 por aí. Você quer muito mais, você estudou pra aquilo, você vai querer mais. Não se conformar com aquilo, porque só um salário não dá pra nada. E os sonhos? Como é que ficam os sonhos? Você vai ter casa, despesas, vai ter que comprar móveis, fazer compras, se for morar de aluguel, vai ter que pagar o aluguel, pagar água, luz. Tipo, com um salário não dá, não dá pra viver. Então eu acho que a gente tem que procurar o melhor pra viver. E estudar é o caminho certo. Se bem que tem gente de nível superior que não trabalha, tá complicado até mesmo pra eles. Se tá complicado pra eles imagina pra quem tá no segundo ano, terceiro ano. Agora só terminar os estudos, se formar, ter uma profissão certa. (Júlio)

Logo, entre os jovens, o investimento nos estudos parece inevitável e se torna ainda um tempo para projetar o futuro com oportunidades de trabalho diferente do que alguns vivenciaram e, principalmente, com a garantia de renda que proporcione a mudança de vida. Contudo, os jovens também percebem que mesmo para os que têm estudo, existem dificuldades para conseguir ocupação. De acordo com Pais (2001, p. 404):

O futuro é o tempo que parece legitimar a razão de ser do sistema de ensino, ao predicar-se que ele permite a “formação dos futuros homens do amanhã” (e, já agora, das mulheres). A meta da escolha é o futuro, bem como a sua intencionalidade formadora: de futuros cidadãos, pais de família, profissionais, líderes, dirigentes. Nesta perspectiva, os jovens seriam seres em trânsito, sem presente, adultos potenciais em futuro. O seu

presente apareceria atrelado ao futuro, porque “anda-se na escola para se ser alguém no futuro” ou “para aprender coisas úteis para o futuro”.

Os entrevistados desejam ainda o término do tempo de estudo, ou melhor, do tempo de espera para iniciar o tempo de trabalho. Por outro lado desejam permanecer mais tempo investindo nos estudos, numa tentativa de aproximação com a realidade comum para os jovens de outros grupos sociais. Os desejos contraditórios podem refletir além da necessidade de sobrevivência, a reprodução do discurso posto na sociedade sobre o trabalho precoce para os jovens pobres, uma vez que estes ainda não assimilaram a lógica da formação continuada. Conforme destaca Pais (2001, p. 405), “a chamada empregabilidade pressupõe uma formação contínua, dada a permanente reconversão tecnológica da economia que determina que as carreiras acadêmicas já não tenham uma saída definitiva, garantida para toda a vida”. Logo, entre as necessidades imediatas e as incertezas do futuro, os jovens acrescentam:

No caso eu to querendo terminar meus estudos pra ter um emprego fixo, me engajar em alguma coisa, pra quando meu pai não tiver condições de trabalhar eu poder sustentar. Desde pequeno eu sempre soube que vai chegar um certo tempo que eles não vão mais poder me manter e eu que vou manter eles. Meu pai não tem a mão esquerda e minha mãe tem problema de coluna. Eu sei que um dia os dois vão parar. Então, eu tento ao máximo batalhar pra ter um emprego pra poder sustentar eu, eles e a família que eu tiver, no caso filhos, mulher, ter uma própria casa, comprar meu carro (...). Eu gosto de trabalhar, eu me sinto bem. Tive uns três meses trabalhando numa empresa de consertar impressora de médio porte, mas estava atrapalhando meus estudos, aí eu resolvi sair, era até com um vizinho lá de casa. E passei um mês e meio fazendo entrega num frigorífico de carne. Eu ajeitava as coisas, colocava o frango dentro do saco e fazia as entregas na hora que tinha, mas nunca tive outro emprego não. No frigorífico, a mulher não queria que eu mexesse com faca porque eu era mais novo, então pra cortar carne e cortar franco ela achava ruim. Era mesmo só pra fazer as entregas. Eu estava com 15 ou 16 anos. Pra ela eu era novo, pra mim eu desenrolava, mas ela não gostava muito. (Tadeu)

O estudo tem futuro, tem. Até mesmo pra ter ideias, através do estudo você tem ideias. Pra ter um bom dialogo nas entrevistas. Aprender a sua própria língua portuguesa. Outras línguas, também aprender. Saber o que é história e outras matérias. Vai dando ideias. Até mesmo pra gente escolher o nosso prefeito, da nossa cidade. E pra quem não tem estudo, eles enrolam mesmo na lábia. E pra quem tem estudo é complicado. E aí ele não tem estudo, vamos enrolar porque ele não sabe porra nenhuma. Agora que terminou o estágio eu vou curtir minhas férias né. Aproveitar que tá na época. Depois eu vou estudar e fazer um curso de moda do SENAC, lá no Dragão do Mar. No lugar de eu vir pra cá, eu vou ficar indo lá pro Dragão do Mar. É isso, vai ser bem corrido, estudar de noite. Aí eu to pensando em não trabalhar por enquanto, só estudar e fazer cursos. Quero fazer espanhol, aprender pelo

menos o básico de espanhol. E fazer faculdade, me formar. É isso. Morar só. Pretendo sair dali. Eu quero sair de lá. Tenho medo de ficar lá, das pessoas confundirem, matam por engano. Pretendo morar pro lado de Messejana ou ir pra Itapipoca. Lá tem faculdade, tenho família lá. Namorar, estudar, trabalhar. É isso. (Júlio)

Estudo de 7 horas da manhã até as 11h40min. É próximo da minha casa, eu moro no Coaçu, na Washington Soares e o Colégio fica em Messejana. Eu pego um transporte pra ir pra lá. Ai eu vou em casa almoço e venho pro trabalho. Eu chego em casa meio dia, almoço, tomo banho, saio de casa doze e meia e chego aqui uma hora... Só dia de segunda e quarta que chego atrasado, porque a aula é até doze e meia. Aí chego aqui uma e meia. Eu quero estudar porque é uma coisa que eu almejo. Eu quero entrar na faculdade. É o que eu quero e pra mim vai ser uma experiência boa, vou aprender muitas coisas. Aprender muitas coisas para o meu benefício. Quero um trabalho que eu possa crescer, ter experiência, aprender mais coisas. (Caio)

Tadeu revela que não gosta muito de estudar, porém, encontra-se disponível para realizar qualquer atividade. Ele tem pressa em conseguir um trabalho fixo, pois até o momento só conseguiu experiências passageiras e inseguras, portanto, acredita que deve ser capaz de assumir as responsabilidades da casa, principalmente porque conhece as limitações de seus pais que também tem empregos incertos. A instabilidade atual do jovem nas atividades de trabalho pode ser também por consequência de sua pouca idade e da baixa escolarização, afinal estamos falando de um estudante de ensino médio que busca inserção no mercado desde os 15 anos de idade e, desta forma não podemos afirmar como seria esta realidade caso o jovem possuísse uma formação técnica ou superior. De acordo com Pais (2001, p. 409):

Há uma clara diferença entre uma instabilidade inicial que envolve jovens que experimentam uma série de trabalhos de curta duração, mudando sucessivamente de um para outro na tentativa de encontrarem a melhor ocupação, e aquela instabilidade permanente que resulta de transições continuadas entre trabalhos precários e mal pagos, intervalados por períodos de desemprego.

Caio também manifesta suas experiências em condições de trabalhos instáveis, tendo iniciado sua trajetória de empacotador de supermercado com 15 anos de idade. Ao expressar sua rotina diária entre casa, escola e estágio, ressalta a necessidade de continuar os estudos para no futuro ter um “bom trabalho”, ou seja, capaz de mudar sua condição atual. Já o jovem Júlio gostaria de mais tempo para

descobrir qual a atividade que lhe traria satisfação, mas também tem pressa em mudar de vida, que para ele deve começar pela mudança de bairro ou de cidade, para assim fugir da violência das ruas e afastar-se das vivências familiares que refletem violência e preconceitos.

De fato, há uma tensão entre querer e poder que fazem os jovens retornarem para a realidade das necessidades imediatas, satisfeitas através do trabalho, uma vez que para os pobres há uma menor exigência quanto à escolha da atividade, apesar dos sonhos não terem limites. Logo, a convivência com os limites diários os tornam passíveis de aceitação da realidade e deste modo, os jovens pobres se frustram menos com suas realizações profissionais (PAIS, 1991). No entanto, o trabalho real, mesmo sendo aceito, ainda não é a atividade desejada e há sempre a expectativa em relação a futuras conquistas, que podem ser garantidas como consequência do tempo de estudo. Nesta perspectiva, acrescentamos as reflexões de Pais (2001, p. 409):

No labirinto da vida, alguns jovens querem (princípio do desejo), mas não podem (princípio da realidade) vencer os desafios que se colocam a si mesmos. Por isso, por vezes referem-se ao futuro em termos condicionais: a ideia de planificação do futuro é substituída pela de perspectivas, pela ideia de espera investida em sonhos ou ilusões.

Logo, nas falas dos entrevistados sobre o presente e as perspectivas sobre o futuro trazem essa relação trabalho-estudo. De acordo com a fala de Júlio é possível perceber a relação de contradição e, ao mesmo tempo, de complementação entre estudo e trabalho. Durante o estágio o jovem deixa claro que se não estivesse participando do projeto Primeiro Passo estaria fazendo cursos, mas sente-se satisfeito, pela a oportunidade de encontrar amigos e uma “família”, ou seja, a experiência preencheu de algum modo, carências para além do aprendizado técnico.

Esse tempo de estágio, tempo de trabalho, mas atrapalha os estudos. Da esperança pro jovem ficar no trabalho. Aí o jovem esquece os estudos e pensa mais no trabalho. Quando tá no trabalho precisa estudar. Mas aí tem que pensar também que no estágio eles vão ficar pedindo nota das escolas. Tipo se eu to no estágio eu tenho que tá na escola, porque se eu não tivesse na escola eu não tava no estágio. Pra eu estar no estágio eu preciso tirar boas notas. Então o estágio ao mesmo tempo é bom e é ruim. Porque o estágio vai incentivar o aluno a estudar... Só fica no estágio se você estudar. Tem que tirar boas notas. Não tire notas abaixo de cinco não, tire 7, 8, 9. Então o estágio tá no meio do muro. Ele atrapalha também. Ganhei amigos, foi isso que eu ganhei. Uma família, mais uma família. Fazem parte da

minha história. O Primeiro Passo pra mim foi ótimo. Também a questão do dinheiro, mas também a aprendizagem. O que eu aprendi aqui vou levar pro resto da minha vida. Por mais que não sirva, mas o que eu aprendi aqui, com as pessoas, me fez bem, me fez dar o primeiro passo. Isso vai servir pra mim, vai abrir portas em outras empresas. Mas aí a gente não só vive do trabalho. (Júlio)

A condição para o ingresso no projeto Primeiro Passo na modalidade estagiário é a matrícula regular na escola e durante a permanência do jovem, a média das notas escolares devem ser mantidas. Deste modo, não só no projeto, mas na vida, há uma condição posta: estudar para “aprender” a trabalhar e trabalhar para “aprender” a trabalhar melhor. Esta experiência deve garantir o trabalho ideal, ou seja, um trabalho que gere renda suficiente para a realização de sonhos e proporcione um tempo livre para continuar sonhando.

O trabalho real que absorve o exército de jovens se torna uma estratégia para a sobrevivência material e subjetiva, sendo ainda, um meio para o alcance de uma posição superior entre os demais, ou seja, o sentimento de ter alcançado o “sucesso”. Logo, os jovens transitam entre a realidade perpassada por vivências presentes e as projeções do futuro, uma vez que, neste caminhar o que eles desejam para suas vidas são apenas expectativas de ser ou não ser. Nestes termos, destacamos Pais (2001, p. 407):

As encruzilhadas de vida obrigam à opção, à eleição de um caminho que medeia entre um solo material (que posso fazer?) – caminho de enclausuramento, mas também de libertação, tanto dos determinismos da infraestrutura quanto dos controles normativos exercidos pela superestrutura. É nestas encruzilhadas de vida que se joga a vida e o futuro da mesma.

Nas encruzilhadas da vida, os jovens entrevistados se encontraram com o projeto Primeiro Passo, que é um entre outros projetos governamentais que tem como proposta a inclusão social de jovens por meio da capacitação e da inserção em atividades de trabalho. O nome do projeto remete para seu objetivo, ou seja, a primeira experiência no longo percurso da vida de um trabalhador, tornando este momento importante porque além de qualificar o jovem para o mercado, garante uma bolsa que serve como uma renda complementar para a família. Conforme descrito no projeto: “o problema básico é o combate às causas da exclusão dos jovens do mercado de trabalho, com a criação de mecanismos que permitam o

acesso de jovens por meio de qualificação social e profissional ao mercado de trabalho formal” (STDS, 2013).

A gestão do projeto compreende que a causa da exclusão está na falta de qualificação e experiência de trabalho dos jovens e, portanto, cabe ao Estado sanar este problema através da oferta de formação e da oportunidade de experiências de trabalho. Logo, jovens capacitados e com experiência profissional, segundo esta lógica são incluídos no mercado de trabalho formal. Trata-se, portanto, de uma simplificação do problema ou de uma análise distorcida da realidade, uma vez que, o mercado possui demandas específicas e vagas limitadas enquanto que os jovens têm sonhos, desejos e perspectivas de futuro que nem sempre se enquadram nas demandas existentes.

Diante do impasse entre sonhos e realidade os jovens encontram no projeto uma saída, ou melhor, uma entrada no mundo dos trabalhos reais destinados aos pobres e pausada pelas fases de desemprego. A perspectiva das contradições da vida dos jovens é destacada por Pais (2001, p. 407):

É certo que há jovens que dizem “olhar o futuro com os pés assentes na terra”. Mas isso não significa que o futuro que venham a caminhar seja aquele que foi visto com os pés assentes na terra. O assentamento dos pés remete para um “solo vital” que não se projeta necessariamente no futuro. Esse “solo vital” condiciona o que se pode fazer. A avaliação das condições materiais e sociais que favorecem ou desfavorecem a vida permite a tomada de decisões relativamente ao que se pode ou não fazer. Mas o que se pode nem sempre se deve fazer. Aqui entram em jogo constrangimentos normativos, éticos e culturais que levam a que uma pessoa nem sempre faça o que se pode fazer, por imperativo do dever.

Sobre o início da participação no projeto Primeiro Passo, os jovens apresentam o estágio como um emprego, e ainda, como uma conquista, ou seja, um meio de mostrar para os outros e a para si suas capacidades. De repente, para os estagiários, ingressar no mundo do trabalho se tornou simples e, ao contrário, a vida parece mais complexa, com a responsabilidade de tornar-se um trabalhador e o desafio de manter-se no mercado empregado.

Eu via muita gente entrando no Primeiro Passo, que era um emprego muito bom. Aí eu fui preenchido os dados, fui encaminhado, fiz o teste e vim pra cá. Ai no dia que tava lá o pessoal explicou como você tinha que trabalhar numa repartição pública, a maneira de se comportar, agir. Eu fui pra essa palestra, depois eles iam ligar pra mim, ou eu tinha que ligar pra eles perguntando se tinha alguma vaga pra algum órgão. (Caio)

Eu vim porque minha mãe pediu e eu também tava querendo. Uma coisa que eu sempre quis foi não mostrar para meus pais que pra frente eu serei dependente deles. O ano que eu fiquei aqui aprendi muita coisa... Aprendi a ter respeito com o próximo, saber conversar, a lidar com a situação. É saber conviver com as pessoas do trabalho. Ter responsabilidade. (Maurício)

No começo, assim eu tinha medo. Meu primeiro trabalho, meu Deus do céu, como é que vai ser... A responsabilidade é grande, vou ter que chegar cedo, eu num sei andar de ônibus, eu não sei pra onde é que vou, se vou pra terminal. Tipo a responsabilidade é grande porque tinha que bater o ponto 1 hora, 01h10min por ai. Sair da escola, almoçar bem rápido ou levar almoço pro trabalho. Tipo aquela coisa assim, começar minha vida, aquelas correrias. Uma questão de responsabilidade mesmo.

Pontuamos ainda uma contradição posta, qual seja: o modo de inserção no mercado de jovens de famílias de trabalhadores pobres, em detrimento do modo de inserção de jovens de classes mais favorecidas economicamente, que perpassam por caminhos diferenciados, ainda que estes também sigam a lógica do capital e da sociedade do trabalho. Contudo, entre os jovens de “classe média” ou alta, conforme acrescenta Frigotto (2004, p. 182), “a grande maioria inicia sua inserção no mundo do trabalho após os 25 anos e em postos de trabalhos ou atividades de melhor remuneração”.

Independente da idade de ingresso nas atividades de trabalho, os jovens pobres sofrem as influências das experiências dos pais com o trabalho, conforme destacado anteriormente e, portanto, iniciar mais cedo significa uma segurança e uma estratégia de sobrevivência. Ainda assim, as falas dos estagiários destacam seu imaginário sobre os jovens que conseguem passar mais tempo estudando, ou seja, ingressam no mercado mais tarde. Nas palavras dos entrevistados:

Eu to no segundo ano, tem jovens aí que tem mais nível do que eu e sabem mais coisa do que eu. Tipo a vida é uma concorrência, já pensou eu concorrendo com pessoas que tem nível superior. Aí complica, às vezes eu penso nisso, mas as mesmas oportunidades que eles têm eu tenho, o mesmo potencial eu tenho. Então acaba aí. Aí é que tá, o trabalho é bom, mas tipo, ao mesmo tempo é ruim por conta que atrapalha com meus estudos. Mas tem que saber separar a hora de estudo. Cada coisa tem seu tempo, tem sua hora e seu tempo, então tem que saber separar. É complicado. É complicado demais, eles estudando e eu trabalhando. O estágio é uma coisa passageira, não é uma coisa fixa, com o tempo ele acaba... Então tipo, bom é, mas ao mesmo tempo é ruim. É como eu digo, é passageiro mesmo. Mas também é bom, porque é o primeiro emprego teu. Por enquanto eu só penso mesmo em estudar pra ser arquiteto ou estilista de moda, eu gosto de desenhar. No momento eu tenho que estudar as matérias da própria escola, porque aí vão abrir as portas pra o que eu quero

fazer. É uma oportunidade, pra eu passar, eu tenho que estudar todas as matérias. Mas eu não tô estudando, eu tô trabalhando. É bom o tempo de trabalho, de estágio, é bom, mas atrapalha um pouco. (Júlio)

Comparando com uma pessoa que tem condições que tem condições de pagar vários cursos e falar várias línguas, eu ainda sou muito fraco nesta questão. Não tenho tanta experiência teórica, mas experiência prática a gente conquista, a gente não aprende. A pessoa ter muitas experiências teóricas é bom, mas na prática. Eu tenho dois primos que tem duas faculdades, um trabalha com telemarketing e o outro é professor. E todos dois pagaram particular mesmo. Então foram duas faculdades boas, mas só aprenderam o teórico e não a prática. Meu pai sempre ensinou isso: “Estudo é bom? É. Mas você tem que ter a prática”. Então sem prática não adianta. (Tadeu)

O projeto me ajudou ainda no meu lado missionário, missionário na Igreja. Quando eu trabalhava no supermercado eu não tinha tempo pra viajar. Tinha dia que no domingo faltava alguém, eu ia e voltava no mesmo dia. Era muito cansativo. E aqui no projeto é de segunda a sexta. Tenho tempo pra viajar, ir pro interior evangelizar. É um estágio que não me atrapalhou na obra de Deus, da Igreja. Não me atrapalhou em nada. Foi mandado por Deus mesmo. Quando tava no supermercado eu pensava: hoje é sexta, é sábado, poderia tá em Russas evangelizando. Aqui não, trabalho de segunda a sexta e os finais de semana livre. (Caio)

Júlio acredita estar em desvantagem na concorrência com os jovens que tem mais tempo de estudo e se preparam para a Universidade. Por outro lado, Tadeu percebe vantagem na experiência adquirida, em detrimento dos jovens que apenas estudam, citando inclusive o exemplo de seus primos. Caio, por sua vez acredita que o estágio é uma alternativa para que ele não ingresse em outros trabalhos que demandariam mais tempo e atrapalhariam consequentemente seus estudos.

Os entrevistados acrescentam ainda sobre a experiência de quase um ano de estágio e destacam os aprendizados e as vivências. Deste modo, as relações desenvolvidas na instituição e o contato com as hierarquias são apresentadas nas falas dos jovens como o aprendizado mais importante neste período, em detrimento de uma possível capacitação técnica.

O ano aqui foi muito bom, eu aprendi muita coisa, a conhecer todos os tipos de pessoas, aprendi a me dar com as pessoas aqui na recepção. Vi os problemas de casa pessoa, como é tão difícil. E fiz muita amizade com muita gente aqui dentro, algumas sim, algumas não. Alguns gostam do meu

trabalho, outras não, mas eu faço aquilo que eu gosto. Eu vi que era um projeto que dava oportunidade da pessoa crescer. Lá no supermercado eu só ficava lá como empacotador. Aqui conheci várias coisas. Conheci o sistema do Estado, como funcionam as coisas no Estado, aprendi muita coisa. Eu ficava na recepção e via as pessoas que vinham fazer concurso, escrivão da polícia, procurador do Estado, analista técnico do governo. Aí eu pensava um dia quero vir aqui por causa do meu concurso, num quero ficar só aqui atrás não. (Caio)

Me ajudou muito porque eu era muito tímida e fiquei bastante desinibida. Aprendi a resolver as coisas sem ter ninguém direto dizendo que era pra fazer. Antes eu ficava com muito medo de chegar num local e eu não conseguir fazer amizade com as pessoas ou então não conseguir aprender o que era pra eu fazer. Mas aqui os meninos foram bem legais, tanto pra quanto pro outro estagiário. Ensinaram calmamente, não ficou aquela pressão da gente não conseguir. Achei bom, gostei de ter vindo. Ganhei experiência principalmente e eu acho que vai me ajudar a conseguir um emprego. Eu vou estar mais segura e por conta do meu currículo, da experiência que eu tive aqui que vai contar muito. (Juliana)

Me ensinou a ter mais responsabilidade, porque é uma coisa que a gente mexe com documentos de outras pessoas, então me fez ter responsabilidade por isso. Eu gostei muito, por mim eu até continuaria aqui, mas como não tem como, infelizmente eu vou ter que sair. É uma coisa que eu me comunico com as outras pessoas, eu gosto muito de conversar e mexe com informática que é uma coisa que sempre tive contato. Eu já tive computador em casa e meu computador tinha de tudo. Na gráfica eu também já tive experiência em computador. Minha única preocupação era no erro de digitação, porque eu não era muito bom em digitar, mas isso já foi evoluindo, eu já fiquei bem melhor, no tempo pra digitar já melhorou. Na forma de atender as pessoas. Então foi uma coisa bem interessante, mudou muito minha vida. Um dia dentro de casa eu fui atender ao telefone e falei: “central de agendamento, Tadeu Boa tarde!”. já era de noite e eu tava em casa. Então é uma coisa que modifica a pessoa, molda a pessoa, transforma numa pessoa melhor. Eu não tinha essa experiência, então foi uma experiência bem grande. Aqui foi bem significativa pra mim, foi uma coisa que me ajudou, me ensinou que toda empresa tem suas dificuldades, mas num é aquele “bicho de sete cabeças” que eu imaginava. Com o passar do tempo você vai se acomodando e você vai aprendendo automaticamente. Eu tinha um medo de não conseguir aprender, de não conseguir ajudar, só atrapalhar. Então me ensinou como uma empresa funciona, me ensinou como conviver com as pessoas de trabalho, que eu não tinha essa experiência. (Tadeu)

Os jovens destacam ainda, a execução de atividades na rotina institucional, o acúmulo de responsabilidades entre estudo e trabalho e o contato com os clientes ou usuários dos serviços, como pontos positivos no período de estágio. De fato, o projeto Primeiro Passo, na modalidade estagiário, não possui uma capacitação específica para os jovens antes de iniciarem as atividades, entendendo-se que o estágio é a própria formação. De acordo com as falas dos

jovens podemos perceber o contato com uma atividade estranha e a ausência de uma capacitação específica para a função, ficando a critério dos funcionários e outros estagiários o repasse destas informações.

Eu fui lá no Primeiro Passo da José Vilar, aí a gente se inscrevi, leva identidade, CPF, comprovante da escola que é a declaração. Você faz primeiro a inscrição, aí você tem que esperar que eles chamem de novo. Tem umas palestras que eles chamam oficinas. Aí quando eles ligaram pra assinar o contrato vêem o lugar melhor. Explicam como vai ser o horário... Depois que você assina o contrato, passa por uma reunião com a responsável da SEPLAG. Aí já vem mostrar onde a gente vai ficar e apresentar o local. (Juliana)

A minha tia que me inscreveu no Primeiro Passo, aí comecei a vir, gostei, mas num gostei muito não porque, o povo reclamava muito da gente e eu não gostava. E não é essa a vida que eu queria pra mim, não quero mais trabalhar assim. Aqui a gente não é valorizada, pra mim não dá. Quando vinha alguma reclamação eu ficava muito triste. Em vez de o povo ajudar, vinha logo reclamar. Colocava a culpa no agendamento e a gente que era culpado. E ainda dava carão. Eu sei que a gente errou e tem que consertar o erro, pra não errar mais. Mas como era meu primeiro agendamento que eu tinha feito, aí eu agendei errado ela me deu um carão. Foi uma oportunidade que eu tive aqui. Foi meu primeiro emprego e eu gostei muito... Mas não gostei das reclamações. Eu me sentia muito cobrada, às vezes dava até vontade de chorar. Por isso eu faço de tudo pra não fazer nada errado. (Paula)

Eu fiquei apreensivo no começo, fiquei com medo de errar, por que eu sou aquelas pessoas que gosta de fazer tudo bem certinho e detalhado. Daí eu estava com medo de errar, se errasse poderia dar algum problema. Mas os meninos começaram a me ajudar e eu comecei a desenrolar. Tudo que eu faço eu adoro perguntar, mesmo eu sabendo que é certo prefiro perguntar, porque não gosto de errar, sou muito perfeccionista nas coisas que eu faço. Então pra não errar eu prefiro perguntar, até hoje mesmo eu pergunto, pra depois num errar e num dar confusão. (Tadeu)

Logo, a formação fica a critério da instituição que recebe o estagiário, conforme observamos e coletamos através das entrevistas. Juliana esclarece que ao ingressar no projeto participou de palestras ou oficinas, consideradas uma capacitação pela gestão do projeto. Na verdade, trata-se de uma oficina com duração de poucas horas que aborda o comportamento e a postura do jovem na instituição e, portanto, não tem relação direta com a atividade que será desenvolvida no órgão que acolhe o estagiário.

Os jovens entrevistados realizaram, durante o estágio na SEPLAG, atividades de tele-atendimento e atendimento em recepção, sendo que as informações prestadas e o modo correto de abordar os usuários foram aprendidos em serviço. Deste modo, Paula destaca em sua fala, a cobrança institucional pelo

correto desenvolvimento das atividades, desconsiderando que a jovem não recebeu capacitação anterior para realizar um atendimento por telefone com informações institucionais específicas.

Pontuamos que na Administração Pública Estadual há uma carência de servidores efetivos com habilidades para serviços específicos de atendimento, bem como, há um controle público para a contratação de terceirizados, cabendo aos estagiários ocupar estes espaços. Portanto, a inserção de jovens estagiários em atividades de trabalho em instituições públicas se relaciona ainda ao contexto da precarização das funções públicas, onde são retomadas as práticas de subemprego através da terceirização e das contratações temporárias. Logo, os jovens estagiários atuam nos órgãos públicos, muitas vezes, assumindo funções e desenvolvendo atividades essenciais para a rotina da instituição e, deste modo, se tornaram fundamentais para estes serviços, apesar de rapidamente serem substituídos por outro grupo de estagiários. Portanto, unindo a facilidade no uso das tecnologias e da informática, com sua condição “passiva” e nunca questionadora, os jovens se tornaram bem aceitos pela população usuária, uma vez que, desenvolvem de forma ágil as atividades e apresentam melhor desempenho do que alguns servidores públicos.

Além de elogios e aceitação institucional, a bolsa que os jovens recebem torna-se um atrativo para a permanência no projeto e esta recompensa pelo trabalho também se torna significativa para o processo de autonomia, ou ainda, para a independência financeira da família. A bolsa torna-se também um meio para comprar os bens da moda, conforme destacam os jovens a seguir:

O dinheiro? (risos). Eu comprei roupa né. Também todo mês eu dava dinheiro a minha mãe pra ajudar dentro de casa. E também deixava o dinheiro pra eu sair. É 310 e esse mês agora veio só 300. Comprei material de escola e é isso. (Júlio)

A bolsa eu fazia uns pagamentos, ajudava em casa com a água e com luz, o resto eu gastava. Agora a minha expectativa é estudar, tentar falar com meu pai pra eu fazer um cursinho e entrar na faculdade. (Caio)

Eu comprei um computador novo pra mim, comprei muita roupa. E cinema com namorada, sair com os amigos. Em casa contribui umas duas ou três vezes, porque tipo, eu queria trabalhar mais pra ter que parar de aperrear meus pai e minha mãe. (Maurício)

Com o dinheiro do Primeiro Passo, eu comprei meu notebook, meu celular e minha câmara digital. Coisas que meus pais nunca iam poder dar pra mim, porque eles não tem condições. Eles só têm dinheiro pra sustentar a casa e ainda é mal. Pagava 200 reais todos os meses, aí ficava com 130 e comprava outras coisa pra mim. Comprei também outro celular, pois o meu de 500 reais deixei na chuva e não presta mais. (Paula)

A contribuição com as despesas familiares é relatada nas entrevistas, mas de fato, lazer, roupa, computador e celular são os principais gastos dos estagiários, que aproveitam a facilidade dos parcelamentos na compra dos objetos mais caros e desta forma, comprometem o valor da bolsa. Os jovens estão divididos entre o dever da contribuição com os gastos domésticos e a quase obrigatoriedade de possuir e ostentar alguns objetos que se tornaram fundamentais.

A renda é temporária, não possibilitando a poupança ou investimentos para além das 12 prestações dos objetos de consumo e a formação acontece em serviço, não garantindo uma capacitação técnica ou uma habilitação para uma determinada atividade demandada pelo mercado. Portanto, sem qualificação específica e sem renda para continuar investindo, a participação no projeto torna-se uma pausa para o retorno aos estudos, as carências diárias, ou ainda, para as atividades de trabalho precárias.

Apesar das limitações de compra dos objetos desejados, os jovens encontram-se incluídos no mundo do consumo e na rotina dos trabalhadores da atualidade, qual seja: conciliar pacificamente trabalho e estudo. Ainda assim, a oportunidade da experiência de trabalho e o recebimento de bolsas não são suficientes e alguns jovens abandonam o projeto ao conseguirem um trabalho que lhe ofereça uma renda melhor, ainda que, as condições da atividade dificultem a manutenção dos estudos, conforme observamos entre os estagiários da SEPLAG. Esta realidade de substituição do projeto por um trabalho precário, também foi encontrada entre os jovens do Projovem Urbano e, portanto, a bolsa não garante a permanência do jovem na política (RIBEIRO, 2011).

Quando os jovens não podem contar com a segurança do trabalho, seja porque o emprego dos pais não tem estabilidade, seja porque sua própria ocupação não tem garantia de renda, se apegam a segurança da convivência familiar e as instituições sociais de apoio na tentativa de amenizar as conseqüências da

instabilidade de renda. Desta forma buscamos conhecer um pouco estas relações para além do trabalho desenvolvidas pelos estagiários em seu tempo livre.

5.2 Os jovens estagiários e as relações para além do trabalho: questões ausentes no Projeto Primeiro Passo

Diante da preocupação dos jovens em conseguir uma ocupação para garantir a sobrevivência, destacamos a dificuldade dos pais em proporcionar o sustento com a segurança necessária para amenizar a ansiedade dos filhos. Ainda assim, há um envolvimento familiar de onde emerge os valores que orientam os jovens a desejar assumir a função de provedor e também os movem a conviver com as adversidades da vida, sem se distrair com os “caminhos errados”. Deste modo, os jovens destacam em suas falas as experiências com a família tradicional e com os grupos que reconhecem como família, e ainda, fazem referência aos significados deste espaço de convivência em sua trajetória de vida.

No caso eu não fui pro lado errado, por causa do meu pai e da minha mãe, porque eles me explicavam tudo que acontece na vida. Eles diziam: “Olha, o mundo gira dessa forma e quem escolhe é você”. Como meu pai já teve envolvimento com drogas ele avisou: “Até certo ponto é bom, mas acaba num instante. Então não entre, porque se você entrar, pra você sair é difícil, ou a pessoa sai morta ou sai muito ruim. Eu te dou conselho por experiência de vida”. Então eu sempre tive essa clareza do mundo, meu pai nunca me escondeu nada. Então mais por essa questão, meu pai já tem uma vida sofrida, minha mãe também já teve uma vida sofrida. (Tadeu)

Eu tentava, tentava ser uma pessoa boa e não conseguia. Muitas vezes eu tentava fazer o bem, mas eu não conseguia fazer o bem. Ai quando eu não queria fazer o mau, eu praticava o que era errado. Entrei na Igreja eu tinha 12 anos, me ajudou a recusar muitas coisas, drogas, bebidas, sexo desenfreado, muitas coisas. (...) Eu também faço parte da missão, todos os fins de semana viajamos pra Russas. Quando eu posso eu vou, pra ajudar os irmãos, evangelizar, levar a palavra de Deus... E assim, eu e os irmãos da Igreja temos uma convivência muito grande. Toda segunda feira nós estamos evangelizando na praça, nos terminais. Indo pra grupo de jovens, estudando a bíblia. Esse fim de semana, fomos pra Itapiúna evangelizar a cidade. No interior ver o sofrimento do pessoal. E a maioria é jovem da minha idade, 17, 16, todos evangelizando. (Caio)

Ele (pai) é policial, mas sempre vende alguma coisa. Então ele sempre fica incentivando a eu ter meu próprio dinheiro, a conseguir as coisas. Sempre

me incentiva a fazer cursos também. Eu tava pensando em desistir do Primeiro Passo por causa do ENEM, mas ele não deixou, pediu pra eu continuar porque era uma experiência. Ele fica sempre dando força, sempre no meu pé pra eu não desistir. Porque às vezes a gente passa por momentos ruins, mas depois passa. (Juliana)

A minha casa é simples, meu pai mandou colocar energia, tem uma televisão. O quarto que ficava eu e minha irmã, o quarto que ficava meu pai e minha mãe e os meus irmãos ficavam na sala. E tem uma geladeira, um refrigerador e uma máquina de lavar, só isso mesmo. E não é chuveiro entendeu a gente pegava água na burra aí a gente ia pegava o caneco com balde (risos). Família é ter aquela família reunida, pais, filhos e ter sempre alegria, amor. E serem unidos uns com os outros, entendeu? Agora eu construí outra família porque eu moro aqui em Fortaleza. Agora eu tenho a minha mãe, que chamo ela de tia, mas eu tenho ela como uma mãe pra mim. E minha outra mãe do interior e meu pai. (...) Meus pais às vezes brigam. Meu pai já separou da minha mãe duas vezes. Ela traía meu pai com outro homem, na casa de uma senhora. Ela tava na cama com outro homem. O homem não prestava, ele usava drogas, traficava. Ai meu pai ficou na casa dele e minha mãe foi morar na casa desse homem. Eles voltaram a ficar juntos de novo e até hoje não se separaram. Mas eles ainda brigam. A gente chorava muito quando eles brigavam (Paula)

As falas revelam como a família tem participado nos anos anteriores trazendo o apoio e a segurança possível no contexto das inseguranças da vida. Os resultados podem ser percebidos no modo em que os entrevistados se posicionam diante dos desafios diários e das dificuldades reais nas relações em sociedade.

Tadeu, por exemplo, acredita que o apoio do pai foi essencial para que ele não seguisse o mesmo caminho feito por muitos dos seus colegas do bairro e da escola, que se envolveram com drogas e infrações. O pai do jovem teve envolvimento com drogas na juventude e por meio do aprendizado de sua experiência tenta transmitir ao filho a importância de uma vida regrada e conduzida pelo trabalho.

Caio, agregou os vários irmãos que conquistou na Igreja, pessoas escolhidas para partilhar as vivências, dividir os fins de semana nas missões, enfim, irmãos que não precisam de laços de sangue para viver em sintonia e seguir as orientações comuns. A Igreja apontou os caminhos para o jovem afastar-se dos males do mundo material e carnal, em troca de um mundo espiritual e, deste modo contribuiu para o jovem optar por caminhos diferentes dos vizinhos.

Juliana relata o apoio do pai, um policial, que consegue fazer a filha sentir-se segura, não por sua função de protetor da sociedade, mas ao contrário,

pela sua presença frequente na convivência do lar. Ele transmite os valores do trabalho e incentiva a jovem a permanecer no estágio como garantia de experiência, mesmo sendo difícil para ela manter a rotina entre escola e trabalho. A estagiária acredita que sua escola (Colégio Militar) tem uma rotina de disciplina e de exigência diferentes das outras escolas públicas e, portanto, sua rotina parece ser mais cansativa que a dos outros estagiários. Nestes termos, ela agrega a formação disciplinar e escolar diferenciada e a convivência com colegas que considera de nível mais elevado que os colegas estagiários, acreditando que terá melhores oportunidades e maiores condições de concorrer no mercado com alunos de escolas particulares. Destacamos que esta hierarquia entre as escolas públicas existe também entre as Escolas de Ensino Médio tradicional e as Escolas de Ensino médio Integrado ao Profissional. Contudo, os estagiários do Projeto Primeiro Passo são oriundos do ensino médio tradicional.

Por fim acrescentamos a fala da jovem Paula, uma vez que, ao sentir-se insegura na sua família original, encontrou a partir da relação com a “tia” (que na verdade não é parente consanguíneo) este espaço seguro que foi adotado por ela como família. Em seguida faz referência às violências sofridas na convivência familiar no interior do Estado, a relação conflituosa dos pais, o envolvimento do irmão com drogas e a frustração dele com a experiência de trabalho que buscou no Rio de Janeiro. Para a jovem este irmão é o único que “não presta”, ou seja, depois das violências e privações, ele tornou-se o culpado por não ter seguido o caminho correto através do trabalho, ainda que este trabalho fosse num lugar distante, em outro Estado, em condições que ela não descreve, fazendo apenas referência que ele retornou e continuou a mesma vida. Enfim, a jovem conseguiu fazer diferente do irmão e mudou para a capital em busca de uma vida melhor. Nas palavras da jovem:

Aí a gente ficava fazendo barulho e meu pai mandava a gente se calar. Ele mandou a primeira, a segunda e na terceira ele veio com chicote. (risos) Eu nunca esqueci nesse dia, meus irmãos correram e colocaram a culpa pra mim e eu fiquei apanhando com o chicote. Ficou um “calombo” no meu braço. Minhas amigas mandaram eu fazer B.O., mas eu não fui. Eu tinha 14 anos. Era frequente, de chicote, de corda. E a minha mãe me batia de talo de coqueiro. Eu apanhava muito do meu pai. Ele não tinha pena de bater na gente. E eu tenho pena, eu nunca entreguei meus irmãos pro meu pai porque eu tinha medo deles apanharem. Quando eles apanham eu saio até de perto. Meu irmão começou a se envolver com outras pessoas, parou de estudar, ele vai fazer 20 anos. E começou a usar drogas com os amigos

dele. Meu pai batia nele. Um dia ele usou drogas, bebeu cachaça, um monte de coisas, aí ele tirou a roupa e ficou nu, batendo na porta dos outros, ainda era de madrugada. Aí meu pai soube e ficou decepcionado com ele, porque foi uma vergonha pro meu pai. Meu pai pegou ele, deu uma pisa nele de chicote e colocou de castigo com milho no joelho. Eu nem fiquei perto, porque eu não gosto de ver meus irmãos apanhando. Aí meu irmão foi pro Rio de Janeiro pra trabalhar e passou alguns dias e voltou. Começou a beber de novo, ta do mesmo jeito. É só ele que não presta mesmo, esse meu irmão. Mas os meninos deixaram de estudar, começaram a roubar, tinha um amigo meu de 16 anos que já foi até preso, porque tinha roubado um carro. Eles também não queriam estudar, por isso que eu tô aqui em Fortaleza, porque eu quero estudar, eu quero vencer na vida. (Paula)

Júlio, também destaca a violência intrafamiliar sofrida por ser homossexual e a necessidade de participar de espaços de reconhecimento. Logo, o apoio e a segurança o jovem encontrou nos grupos e instituições sociais que adotou como família. Deste modo traz para a discussão outras formas de pensar a família para além do espaço tradicional onde as pessoas moram na mesma casa e compartilham as despesas domésticas. Durante a entrevista, o jovem destaca a família LGBT, a família Fundação Marcos de Bruin e também a família que encontrou entre os colegas que conheceu através do estágio. Estes espaços proporcionam o apoio para conviver com as discriminações e, portanto, se tornaram “uma fuga” da realidade de inseguranças, conforme descrito por ele.

A minha família, a irmã da minha mãe e também a família toda é envolvida com drogas. Minha tia, meus primos. Mas eu não vejo os problemas como um obstáculo, o mais que eu posso parar pra refletir o que eu posso fazer por eles, pra tentar ajudar. Porque eu não me sinto feliz com isso, minha família passando por esse problema, eu não me sinto feliz. Eu só fico feliz quando alguém também tá feliz. O problema do outro é o meu problema. Quando minha mãe sai pra beber, aí eu me preocupava com isso. De vez em quando eles tem um desentendimento e eu fico lá só olhando. Ele (padrasto) bebe também. Ela bebe, mas num fica muito bêbada não. Ela bebe só pra (silêncio e lágrimas). Antes ela (mãe) gritava comigo, falava um “bocado” de besteira. Me chamava de baitola. Que ia me botar pra fora de casa. E as palavras que ela falava machucavam bastante. Aí eu só pensava em morar só, pra estudar, porque o que eu tenho mesmo é só meus estudos. Pra ser alguém na vida e viver minha vida. Ser independente. Ela foi criada desse modo e a pessoa pra botar um ponto final nisso sou eu. E eu vou colocar um ponto final. É complicado (choro). É complicado (choro e minutos de silêncio). A vida é assim mesmo. (...) A Fundação Marcos de Bruin é minha casa, sempre foi minha casa. Foi ali que eu senti assim um meio de fuga. É a Fundação. Pronto, eu vou entrar na fundação, eu vou crescer aqui. Tipo a fundação pra mim é uma família, é a minha família... Não só a fundação na questão de teto, mas as pessoas. Claro, que foi que me ajudaram, se não fossem eles eu não saberia o que seria de mim no meio do mundo, acho como qualquer um deles, procurando drogas. (Júlio)

O jovem traz ainda, os estudos como meio para superar a sua realidade e mudar de vida. Desta forma, ainda que o investimento em educação, não tenha o poder de ajustar sua família a um padrão “normal” ou “ideal”, acredita ele que tem o poder de transportá-lo a um lugar diferente do atual, ainda que distante dos seus familiares. Por enquanto, Júlio transita entre a família real e o território onde mora e, as famílias construídas e os espaços de convivência desejados. Nesta perspectiva, o real encontra-se em movimento em um processo atravessado pelos limites das estruturas postas e as possibilidades de mudança.

Além das violências e inseguranças do ambiente familiar, os jovens apontam a violência real nos bairros onde moram conhecidos socialmente na cidade de Fortaleza pelos conflitos entre as gangues e o tráfico de drogas, conforme apresentado pela mídia.

No bairro que moro é uma comunidade muito pequena. O que pesa mesmo lá é o tráfico de drogas. O tráfico de drogas é meio pesado, mas graças a Deus meus pais me ensinaram muitas coisas. Já chegaram a me chamar, a me oferecer, mas eu nunca fiz isso não. Conheço eles, a maioria dos meninos, quando era mais novo, jogava bola comigo. É algo ruim, você crescer com seus amigos, tudo ali inocente e de repente ver eles tudo traficante, usando drogas, vendendo. É triste. Lá né muito violento não. Essa questão e assalto, roubo, não tem. Os traficantes de lá num aceitam esse negócio de roubo não. A única coisa que tem lá é tráfico e a polícia que entra lá pra prender os bandidos. Sempre aparece a polícia lá. Tem tiroteio, leva gente preso. (Caio)

Tá uma gangue entre o Lagamar e Aerolândia. É complicado, hoje em dia as pessoas. Sei lá, algumas pessoas tem medo. Hoje em dia o que eu vejo bastante lá é jovem morrendo baleado. Eu vejo os tiros assim, os caras correndo armados. Chega da um medo. Tá complicado. Gangues mesmo de um lado e outro. Tem o canal separando o Lagamar da Aerolândia. Um quer ser melhor do que o outro, eles não se batem. As mães conversam com outras pessoas, mas são os próprios jovens. Tem uns que vão pra lá ai diz que é X9, aí através disso começa a gerar esse conflito entre um lado e outro. Aí vão lá do outro lado, buscam a pessoa, matam e se tiver alguém lá perto, no meio deles mata também, pra não contar a história. Aí quando o outro vê também vai e mata o que matou e fica um matando o outro. Vagabundos mesmo. Menores de oito e 9 anos já começam a entrar no mundo das drogas, na marginalidade. Eles usam drogas e já começam na malandragem. Não estudam, eles vão pra escola por ir e ainda vão procurando confusão nas escolas. E quando chegam rebolam os livros lá e começam a passar pro outro lado. Outro lado assim, mudam, começam a estranhar a pessoa. Aí através disso eles começam. Eu só falo mesmo oi tudo bom, mas não fico do lado deles. O que eu vejo é a maioria saindo de lá, vendendo as casas. A maioria já estudou junto comigo na mesma sala, e hoje em dia, bem dizer, só existe eu, a maioria já morreu, de bala. Tipo é o

mundo que eles escolheram pra vida deles. Eu não posso fazer nada. Eles esperam a poeira baixar e quando você menos espera começa tudo de novo. E os que não estão nas gangues tão nas drogas mesmo, roubando. Eles estão todo dia na mesma vida. Eu passo digo oi e eles estão na mesma vida, só usando drogas. (Júlio)

Caio, durante a entrevista apontou que, apesar de suas escolhas terem sido diferentes dos vizinhos que se envolveram com drogas ilícitas, encontra-se em risco constante, principalmente por ser confundido com os infratores e, portanto, sendo alvo das humilhações por parte dos agentes de segurança do Estado e dos preconceitos da sociedade, que classifica as pessoas pela moradia e aparência. A segurança e a esperança, o jovem encontra na Igreja, o espaço possível dentro do limite de sua vida. Destaca também a parceria, que até certo ponto existe, entre a comunidade e os traficantes do local, que mantém a segurança dos moradores, principalmente contra roubos e furtos. Deste modo, os conflitos só acontecem com a entrada da polícia no bairro, que além de trocar tiros com os bandidos, abordam os “moradores de bem”. Logo temos a contradição na vivência dos bairros pobres, onde os trabalhadores são protegidos pelos bandidos, ao mesmo tempo, que se sentem ameaçados pelos agentes de segurança pública.

No imaginário dos entrevistados ao apontarem a violência dos bairros, também identificam a possibilidade de terem se tornado bandido, pois estes foram seus colegas de escola e ainda são seus vizinhos, ou seja, foram educados nas proximidades e participaram da mesma rede de privação, de convites e de apoio. As motivações que levaram os estagiários a um caminho distinto de alguns de seus vizinhos transitam no campo da família e das instituições de apoio e, por sua vez, aparece como uma escolha entre as opções disponíveis em suas vidas. De fato, o caminho seguido é vivenciado pelos jovens com orgulho e demonstram sentimento de vitória.

Os entrevistados fazem referência sobre outros jovens que, assim como eles optaram para além das infrações e alcançaram o que consideram “sucesso” através do trabalho:

É um bairro calmo entre aspas, como todo bairro tem seus perigos. Mas todo mundo me conhece desde pequeno, a maioria dos meninos que são errados já foram meus colegas de infância. Eu sou um dos poucos que saiu fora, não quis se envolver no lado errado, foi eu e um colega meu que eu

puxei ele junto comigo. Eu disse pra ele: “sai dessa que vai dar confusão”. Hoje graças a Deus ele tem a vida dele, vai até ser pai agora, tem o carro dele a moto dele que conquistou junto com o pai dele, trabalha com o pai dele consertando ar-condicionado... Então fomos os dois que se retiraram da turma pra não se envolver. Hoje em dia a maioria da turma é errada, mas não mexe com a gente. É daqueles que só mexem com gente de fora, com gente de dentro não se mexe. É muito respeitoso lá... Assim, colegas meus mesmo de infância, quando eu andava em locadoras, pessoas que eu saia pra jogar de bola, jogar vídeo game. Então você vai pegando praticamente uma amizade, vai conhecendo as pessoas... Só que depois de um certo tempo começaram a mexer com drogas, com roubos, pichações, gangues. (Tadeu)

Tem outros amigos meus que são de lá, que não usam drogas, não roubam, não matam. Procuram cursos, procuram a mesma coisa que eu, procuram sempre ocupar a cabeça. Uns fazem música, outros fazem aula de violão, percussão na Fundação Marcos de Bruin, na comunidade. Lá tem cursos, mas assim, os jovens não procuram, alguns não procuram. Quando os repórteres vão fazer reportagem lá, falam Lagamar. Logo Lagamar, vixeee! Lá não tem só vagabundo, lá também tem jovens. (Júlio)

Os jovens moradores de bairros de trabalhadores pobres que fizeram a escolha pelo caminho errado são socialmente apresentados como drogados, “marginais”, “malandros”, etc., enquanto, os entrevistados, ao fazerem a escolha certa, são socialmente conhecidos como jovens “em situação de risco e vulnerabilidade”. Logo, a sociedade caracteriza os jovens moradores dos bairros considerados violentos, como autores das infrações ou como jovens a poucos passos de se envolverem nos crimes, ou seja, “em risco”.

Nestes termos, as políticas públicas voltadas para os jovens pobres, se colocam como estratégias para os mesmos evitarem os passos necessários para se tornarem bandidos e dêem os passos para se tornarem trabalhadores, reconhecendo diariamente o lugar de quem fez a opção certa, ainda que continuem confundidos com os vizinhos. Afinal, são filhos de trabalhadores pobres moradores de bairros populares e em sua vizinhança também é possível encontrar os infratores.

A preocupação com o futuro é uma constante entre os estagiários, embora acostumados com as dificuldades diárias e as atividades de trabalho precárias, há o medo do desemprego. De acordo com Pais (1991, p.973), “a norma do trabalho é por eles interiorizada e a possibilidade de caírem no desemprego é vivida com angústia e temor”. Logo, destacamos as falas dos jovens:

Depois daqui não sei, eu tô meio preocupado, eu tô atrás de emprego. Tô fazendo meus currículos, colocando pra frente. Eu queria assim que saísse

daqui já fosse pra outro, não ficasse parado. Eu tava até perguntando se não tinha como ficasse por aqui, nem que fosse pra outro setor, mas disseram que meio complicado. Eu não tenho muita preferência. Qualquer trabalho pra mim é um trabalho digno. Eu estando ganhando meu dinheiro, ganhando meu ganha pão, todo trabalho é digno. Se for pra limpar, eu limpo, se for pra ajeitar, eu ajeito, se for pra montar e desmontar, eu vou montar e desmontar, se for pra organizar, eu organizo. Então pra mim qualquer coisa tá bom, não tenho muita preferência de emprego. Até o momento eu não tenho esse luxo, como não tenho muita experiência, eu não tenho esse direito de colocar banca. No caso qualquer emprego pra mim é emprego. O que aparecer pra mim, eu tô aceitando. Se eu não tivesse conseguido esse emprego eu estaria em casa, ajudando meu pai, arrumando a casa, assistindo muita TV, ou escutando música. (Tadeu)

Se eu não tivesse aqui eu ia procurar alguma coisa, procurar cursos, pra ocupar minha cabeça. Porque dá um tédio ficar sem fazer nada... Agente fica pensando um monte de besteira. Eu ia procurar ler algum livro que me interessasse, não aquele livro obrigado pela escola. Sair ir pra outros cantos, porque só ficar dentro de casa a gente pensa besteira. (Júlio)

Os entrevistados pontuam sobre a esperança em dar o “segundo passo” e sem perceber apontam as fragilidades do Projeto Primeiro Passo, uma vez que este parece ter aberto as portas para as descontinuidades de antes, ou seja, a insegurança de não ter trabalho e a expectativa por qualquer trabalho. Ainda assim, estes jovens conseguem identificar atividades alternativas que seriam realizadas, caso não participassem do projeto ou mesmo não consigam uma ocupação pós Primeiro Passo, apontando a dedicação aos estudos e à realização de atividades de lazer e culturais. Importante ressaltar que as alternativas apontadas pelos entrevistados não incluem atividades violentas ou perigosas, ao contrário do imaginário social sobre os “jovens de risco”, caso não trabalhem estejam engajados em projetos sociais. No entanto, Pais (1991, p. 975) alerta: “se umas vezes a condição de estudante se pode interpretar como um estatuto de substituição ao desemprego capaz de proporcionar aos jovens uma função calmante, outras vezes assim não acontece”. Para o autor, com o tempo, os jovens descobrem que o estudo e a experiência nem sempre garante o trabalho dos sonhos.

Nesta perspectiva, baseado em números que se reproduzem a cada ano e caracterizam a realidade da violência, do desemprego, dos medos e expectativas dos jovens em relação à vida profissional, surgem os projetos de inclusão pelo trabalho. Estes espaços públicos, ao organizar os jovens por suas necessidades

materiais, se apresentam com a missão de gerar experiência de trabalho e renda e como consequência afastar os jovens dos riscos e das vulnerabilidades, como se estas fossem problemas específicos dos bairros pobres.

No entanto, os projetos desconsideram o jovem pobre para além do trabalho, como se os mesmos não existissem fora dele ou ainda, que todos os jovens que buscam ocupação e renda vivenciam a mesma realidade em seus bairros ou suas famílias. De fato, há um vazio sobre as noções de pobreza e de juventude que não consegue ultrapassar a perspectiva vinculada a renda, ao local de moradia ou ao tipo de escola frequentada. Os estagiários do Primeiro Passo se tornaram números, mensalmente contabilizados nas estatísticas dos incluídos, uma vez que, ao serem engajados no estágio são considerados inseridos no mercado de trabalho e deste modo, o projeto conseguiu atingir seus objetivos e metas.

Caso o jovem não consiga o “segundo passo”, não cabe a gestão do Projeto Primeiro Passo se importar com esta realidade, pois se trata de uma Política de Trabalho e não de Assistência Social. Esta separação entre as duas áreas da STDS é bem delimitada, assim não se tem a cobrança social da permanência do vínculo com os jovens após o ano de duração do projeto, ou ainda, até a certeza de que atingiram de fato o objetivo e foram incorporados ao mercado na condição de trabalhador. Nesta lógica de divisão das áreas na STDS, a manutenção de vínculos longos entre os beneficiários com a política pública cabe à área da Assistência Social.

Nesta perspectiva, o conjunto das seguranças e as inseguranças para além do trabalho não se encontram incorporadas a proposta do Projeto Primeiro Passo, principalmente na modalidade estagiário, que pode ser resumido nas atividades de engajar o jovem em estágios e oferecer a bolsa. Logo, partindo da ideia de que as carências dos jovens pobres estão relacionadas à renda e a falta de experiência para o ingresso no mercado de trabalho, o projeto encontra-se focalizado para garantir a capacitação do jovem, e, portanto, não agrega as outras necessidades e nem incorpora ações com este fim.

Ressaltamos ainda, que o relatório de avaliação de impactos do Projeto Primeiro Passo (SEPLAG, 2013), destacou que os objetivos foram reformulados para que seu foco fosse apenas à qualificação profissional e, portanto, a responsabilidade

pelo atendimento das outras necessidades dos jovens caberia às outras políticas.

Agregar as diversas políticas públicas deveria ser uma estratégia de atuação dada a diversidade dos jovens e das necessidades postas. No entanto, a integração das políticas não acontece sequer na mesma Secretaria de Estado que continua com seus setores e áreas delimitadas não apenas nos espaços físicos, mas principalmente, no desenvolvimento das ações. Logo, transmitir a responsabilidade para as outras políticas torna-se vago no discurso e impraticável na realidade.

Destacamos que o Primeiro Passo preencheu um espaço na vida dos jovens e se não conseguir garantir o “segundo passo”, pelo menos reforçou os valores aprendidos na família, qual seja: o trabalho traz bênçãos e afasta os maus. Seguindo esta lógica, as políticas de inclusão têm um papel essencial na promoção do encontro entre os jovens e as hierarquias institucionais que refletem, por sua vez, os espaços divididos na sociedade. Nestes termos, se tornou essencial, não apenas para sanar as necessidades imediatas dos jovens que demandam um lugar de reconhecimento na sociedade do trabalho, mas também para o Estado enquanto mediador dos conflitos, uma vez que, “a divisão do trabalho dá origem as normas, que asseguram o concurso pacífico e regular das funções divididas” (DURKHEIM, 1995, p. 204).

O trabalho, além de pertencer à lógica econômica, de garantia de sobrevivência material, também se relaciona com outras questões, quais sejam: a sobrevivência subjetiva, a manutenção e construção das relações sociais e comunitárias, a satisfação do cumprimento das obrigações e deveres morais, a diferenciação dos bandidos, e ainda, a garantia do agrado a Deus. Portanto, a inclusão social pelo trabalho de jovens pobres, por meio do projeto Primeiro Passo, por não dialogar com as outras políticas voltadas para o público, ou ainda, por não contemplar em sua proposta outras necessidades dos jovens, possibilita apenas a conquista de alguns bens da moda e o reconhecimento pelos estagiários do espaço destinado aos pobres na sociedade, gerando expectativas sobre a realização de sonhos e a construção de um lugar socialmente reconhecido.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho trouxe para a discussão algumas questões importantes para o estudo e atuação no campo das políticas públicas para os jovens no Estado do Ceará. O assunto não se esgota neste texto, mas acreditamos que este agrega conhecimento aos diversos estudos que já foram realizados sobre a temática da juventude, bem como deverá suscitar novas propostas de pesquisa. Portanto, retomamos alguns pontos que necessitam constantemente serem revisitados ao analisarmos ou avaliarmos as políticas públicas de inclusão pelo trabalho de jovens pobres, sendo o foco desta pesquisa o Projeto Primeiro Passo, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

O desafio de realizar um esboço sobre uma proposta de avaliação fundamentada no materialismo histórico dialético traz a possibilidade de pensar a avaliação de políticas sociais para além dos modelos tradicionais. Logo, partindo da realidade dos sujeitos alvos das políticas e situando-os no contexto sócio econômico e cultural, a avaliação não se desenvolve apenas sobre o que foi realizado considerando os objetivos e as metas estabelecidas no projeto, mas ao contrário, visualiza o que não foi incorporado na política estudada, pois considera os sujeitos a partir de suas necessidades, bem como, a sociedade na qual estão inseridos a partir das relações complexas e das possibilidades de mudança. Portanto, seguindo esta perspectiva o projeto estudado encontra-se num campo contraditório de limites e possibilidades do real em movimento.

Ao retomarmos as discussões sobre as contradições do capitalismo e as diferenças entre as classes, fundamentadas no pensamento de Marx e dos marxistas, estamos de fato situando os jovens pobres em um contexto específico, qual seja: a divisão das pessoas em grupos, em lugares, em ocupações, e ainda, com a falsa perspectiva da igualdade de oportunidades, de sonhos e de consumo. É neste campo contraditório onde são estruturadas as políticas públicas que vão mediar esta relação complexa, mas que aparece para os jovens como desafios para alcançar o sucesso devido a todos por direito.

Os jovens estagiários em todo o percurso de observação e entrevistas transitam nessa contradição buscando sempre novos caminhos e aproveitando para dar os passos possíveis para uma mudança de vida. Para tanto agregam discursos prontos sobre o estudo e o trabalho e seguem os rituais da sociedade do capital, qual seja: estudar para trabalhar, trabalhar para consumir. Ressaltamos que a educação se tornou um sonho de consumo e os jovens desejam trabalhar também para pagar os estudos em cursos universitários de faculdades privadas, na expectativa de que esta educação-consumo consiga gerar mais trabalho, ou melhor, mais renda do trabalho, para enfim, consumir mais. Logo, encontra-se posto o ciclo da inclusão de jovens nos moldes da cidadania do capital.

A gestão pública ao criar os programas e projeto sociais, considera as estatísticas sobre a pobreza e o desemprego, no entanto se mostra inábil no diálogo com os jovens sendo incapaz de desenvolver estratégias para que estes sujeitos participem da formulação das políticas. Destacamos ainda, que a manutenção do diálogo com os jovens que participaram do Projeto Primeiro Passo (modalidade estagiário) é quase inexistente e deste modo, os jovens estão sendo vistos como máquinas que precisam se qualificar de alguma forma e em seguida cortar os vínculos com o projeto ou programa para não se tornarem dependentes. Pontuamos que os jovens ao serem capacitados são liberados imediatamente para o mercado e é com este que deverá criar e manter vínculos.

Os jovens que no horário de venda da força de trabalho são vistos como trabalhadores em “treinamento”, se tornam jovens cidadãos consumidores no tempo livre. Portanto, no tempo de trabalho e mesmo no tempo livre do trabalho, o trabalhador permanece na relação com o mercado executando funções importantes para o desenvolvimento do capital, quais sejam: gerar produção, mas também consumir.

O trabalho para os jovens pobres se torna a única forma de gerar renda de forma legal e moral. Deste modo podem participar da sociedade do consumo e, ainda que de forma limitada podem frequentar os lugares da moda e comprar os objetos de desejo, desde que estejam de fato consumindo e não andem agrupados. O agrupamento de jovens pobres em locais públicos ou privados de lazer e compras causa temor na população por ser considerado um comportamento suspeito.

Nesta perspectiva, o Projeto Primeiro Passo surge como uma estratégia para o jovem gerar renda sem a necessidade de submeter-se a atividades precárias, insalubres e com carga horária incompatível com a manutenção dos estudos. O projeto exerce, portanto, a função de mediador entre os jovens que demandam ocupação e renda e o mercado que demanda por jovens com capacidade de trabalho e consumo. No entanto, o projeto não consegue atender a outra demanda do mercado, qual seja: trabalhadores com conhecimento técnico ou especializado, uma vez que o tempo de estágio não é associado a uma formação anterior e não gera um especialista em áreas de importante valor para o mercado.

Nestes termos, este encontro que deveria ser vitorioso, revela a contradição da sociedade dividida em classes sociais, uma vez que os filhos de trabalhadores pobres, ao contrário dos jovens reconhecidos como de outro grupo social, precisam trabalhar precocemente, ou melhor, aprender desde cedo seu lugar ou “não lugar” na sociedade, bem como, sua posição no mundo do trabalho. Portanto, a condição de cada um parece ser bem aceita no cotidiano das relações, uma vez que, conforme destaca Durkheim (1995, p.175), “as pessoas adaptam-se-lhes sem dificuldade; acham mesmo estas desigualdades não apenas toleráveis, mas naturais.”

As relações que os jovens desenvolvem no local de estágio e o aprendizado da convivência em um espaço institucional formal, embora valorizadas pelos jovens, não são capazes de direcioná-los de forma segura para o mercado de trabalho. As falas dos estagiários são contraditórias, ora relatam que através do aprendizado adquirido podem fazer “qualquer coisa”, ora não sabem especificar o que de fato aprenderam. Logo não apresentam um diferencial para se apresentarem no mercado concorrido e, ao contrário, demonstram durante as entrevistas, a falta de direcionamento sobre os dias após o projeto. A fé, a esperança, as expectativas e os sonhos que os jovens transmitem são pontuados por sentimentos de insegurança, caminhos incertos e discursos prontos.

A insegurança dos jovens não é consequência apenas do mercado seletivo e das altas taxas de desemprego, pois apesar dessa realidade o mercado demanda por jovens bem formados. Desta forma, consideramos que o Projeto Primeiro Passo não atende esta demanda do mercado de trabalho, uma vez que não

capacita para as atividades que apresentam carência de profissionais. Seguindo esta mesma perspectiva, o projeto também não se encontra alinhado com outras políticas do governo do Estado na área do trabalho para jovens, uma vez que, há uma valorização e ampliação para todo o Estado as Escolas de Educação Profissional, onde o jovem conclui um curso técnico, com estágio obrigatório na área de atuação, sendo ainda integrado ao ensino médio tradicional.

Portanto, o Projeto Primeiro Passo, não atende as necessidades reais dos jovens, uma vez que, não capacita para o mercado, não dialoga com as demandas para além do trabalho e não se encontra alinhado com outras políticas públicas do Estado. Por sua vez, exerce a função de gerar renda e consumo para os jovens, ocupando-os em atividades com carga horária menos danosa para os estudos e com menor uso de força física, comum em outros espaços de trabalho oferecidos a jovens pobres em busca da primeira experiência.

Enfim, considerando as necessidades dos jovens, o Projeto Primeiro Passo, inicialmente agrupou todos como jovens em situação de risco e vulnerabilidade, não possibilitando que a diversidade se manifestasse e construísse um diálogo criativo. Em seguida os jovens foram enquadrados nos critérios prontos e inseridos em espaços ocupacionais. Em comum ganharam fardamento e uma renda por um período de um ano. De onde vieram e para onde irão? E ainda, porque vieram ou porque não irão? Perguntas sem respostas quando se classifica e agrupa em um todo homogêneo.

De fato, a humanidade dos jovens foi transformada em ferramenta de trabalho e um meio para agregar renda e por isso as estatísticas do projeto revelam apenas o número de jovens inseridos em estágios e receberam a bolsa durante o ano. As necessidades materiais e subjetivas, as motivações, os riscos reais, as violências, os desejos, as expectativas em relação ao estudo e trabalho, ou seja, os jovens em sua diversidade, não parece ter interessado a gestão do projeto, pois este na sua concepção é apenas o primeiro passo para o mercado.

A discussão iniciada neste estudo reflete o real em movimento e as possibilidades de mudança que não se tratam de simplificar a questão, apontando caminhos para a continuidade ou descontinuidade do Projeto Primeiro Passo. Contudo, destacamos que a questão dos jovens em busca de trabalho e renda deve

ser sempre retomada e as políticas para atender este público, redesenhadas. De fato, buscamos aproximações com as contradições que perpassam as relações sociais e as necessidades dos jovens pobres na tentativa de avaliar numa perspectiva crítica a atuação do projeto em relação às necessidades do público atendido.

Por fim destacamos que as contradições que constituem o Projeto Primeiro Passo são reflexos das relações sociais que estão pra além dele. Contudo, toda contradição, há seu momento de construção, de criação, de apropriação, mas também há o momento de desconstrução e renovação.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: FÁVERO, O. et. al. **Juventude e contemporaneidade**. (Coleção Educação para Todos), Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, p. 73-90, 2007.
- _____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia de (org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- AGUILAR, M.; ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção as melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 51, n. 4, p.5-60, out/dez. 2000.
- ALVES, A. A. F. Avaliação de políticas sociais orientadas pelo materialismo histórico de inspiração marxiana. **Argumentum**. Vitória, v. 1, n. 3, p. 125-137, jan-jun. 2011.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- _____. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- ARAÚJO, L. B. de C. A Questão do Método em Marx e Lukács: o desafio da reprodução ideal de um processo real. In: MENEZES, A. M. D. de (org.). **Trabalho, sociabilidade e educação**: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Editora UFC, p. 259-275, 2003.
- ARAUJO, T. B. de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: REVAN, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 LDA, 2010.
- BARROS. R. P. de; HENRIQUE, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma instabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.15, n. 42, p. 132-142, fev. 2000.

BARRY, B. **Social exclusion, social isolation and the distribution of income.** Centre for Analysis of Social Exclusion-Case, Londres, p. 1-24, 1998. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/6516/1/Social_Exclusion,_Social_Isolation_and_the_Distribution_of_Income.pdf. Acessado em: 16.09.2013.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** Biblioteca básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSQUETTI, I. *Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, s/v, n.1, p. 571-591, 2009.

_____, A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, s/v, n.112, p. 754-803, out-dez, 2012.

BRANCO, R. C. A “questão social” e o social liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade. **Emancipação,** Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 21-35, 2008.

BRANDÃO, C.; AMARAL, R. (Coord.). **Retrato da Fortaleza jovem:** relatório síntese de gráficos. Fortaleza: Instituto de Juventude Contemporânea (IJC) / Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://www.itarget.com.br/clients/retratosdafortalezajovem.org.br/>. Acessado em: 20.11.2013.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Vozes da classe média:** desigualdade, heterogeneidade e diversidade. Caderno 2. Brasília, Nov. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.129,** de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs. 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. *Diário Oficial da União,* Brasília, DF, 1 jul. 2005.

_____. **Lei nº 11.692,** de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. *Diário Oficial da União,* Brasília, DF, 11 jun. 2008.

_____. **Lei nº 11.788,** de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União,* Brasília, DF, 16 set. 2008.

_____. **Lei nº 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v.57, n.5, p. 611-614, set./out., 2004.

CARRANO, P. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: PAPA, F. de C.; FREITAS, M. V. de. **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, p.235-250, 2011.

CARVALHO, A. M. P. de. Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina do século XXI. In: SOUSA, F. J. P. de. (org.). **Poder e políticas públicas na América Latina**. Fortaleza: UFC, p. 171-199, 2010.

CARVALHO, J. M. de. Brasileiro: cidadão? *Revista do Legislativo*. Belo Horizonte, s/v, n. 23, jul-set, p.32-39, 1998.

CASTANHO, S. E. M. Atualidade do método dialético. *Revista da Faculdade de Educação PUCCAMP*. Campinas, v.1 n.1, p. 13-21, 1996.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTRO, J. A. de. Juventude e Políticas Sociais. In: PAPA, F. de C.; FREITAS, M. V. de. **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, p.321-329, 2011.

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, p. 123-134, 2013.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CORROCHANO, M. C. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações. In: PAPA, F. de C.; FREITAS, M. V. de. **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, p. 45-72, 2011.

COSTA, L. O.; SULIANO, D. C. Perfil da Juventude no Ceará. **Perfil populacional do Ceará**. Fortaleza: IPECE, p. 29-44, 2010.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 1a. ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FAGNANI, E. A política Social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Ser Social**, Brasília, v.13, n. 28, p.41-80, jan/jun. 2011.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de uma interpretação sociológica**. (parte I) 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GEISLER, A. Revisitando o Conceito de Cidadania: notas para uma educação politécnica. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n 2, , p. 355-378, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, E. **Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Estigma: notas sobre a identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

_____. **A Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985

GONZÁLEZ REY, F. L. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GOUVEIA, T. Juventudes: os sujeitos, as questões, os movimentos e o tempo. In: PAPA, F. de C.; FREITAS, M. V. de. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, p. 267-280, 2011.

GRANEMANN, S. Processos de trabalho e Serviço Social I. **Capacitação em Serviço Social e política social**. Brasília: CEAD/UNB, p. 153-166, 1999.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª. edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOLANDA, A. N. C. **Avaliação de programas: conceitos básicos sobre a avaliação "ex-post" de programas e projetos**. Fortaleza: ABC, 2006.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, v. 2. n. 3, p. 9-32, 2001.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Sócioeconômica, n. 32. Rio de Janeiro, 2013.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79-112, jan-jun, 2006.

KOLLONTAI, A. **O comunismo e a família**. Trad. de Carlos Henriq, 2002. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm. Acessado em: 06.04.2013.

LEON, O. D. Adolescência e Juventude: das noções as abordagens. In: FREITAS, M. V. de (org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. **Capacitação em Serviço Social e política social**. Brasília: CEAD, p.19-33, 1999.

_____. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí: Editora Ijuí, 2007.

LUCKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo: Editora Ciências Humanas, v.1, n. 4, p. 1-18, 1978.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1967.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010..

_____. **O Capital**: crítica da Economia Política. Vol. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. **Introdução à contribuição para a crítica da economia política**. 2007. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli_. Acessado em: 07.04.2012.

_____. **Sobre o suicídio**. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A questão judaica**. Lisboa, 1989. Disponível em: http://www.lusofonia.net/textos/marx_questao_judaica.pdf. Acessado em: 15.02.2013.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

_____. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição (Parte I). São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, s/v, n. 110, p. 270-287, abr-jun, 2012.

MOTA, Ana E. (org.) **A Nova fábrica de consensos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O mito da assistência social**: ensaios sobre o Estado, política e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporáris**. v. 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009.

NOBRE, M. C. Q. **O Estado na ordem do capital**: o significado e o alcance das mudanças na era Tasso. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

NOVAES, R. Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes...). In: PAPA, F. de C.; FREITAS, M. V. de. **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, p. 343-367, 2011.

_____. Políticas de juventude no Brasil: continuidade e rupturas. In: FÁVERO, O. et. al. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, p. 253-281, 2007.

OLIVEIRA, M. L. de. **A gestão dos riscos nas políticas de juventude**: um estudo a partir dos egressos do ProJovem. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

OLIVEIRA, P. de S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: OLIVEIRA, P. de S. (org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscates**: jovens trabalho e futuro. Porto: Ambar, 2001.

_____. Jovens e Cidadania. **Sociologia Problemas e Práticas**. Porto, s/v, n. 49, p. 53-70, set. 2005.

_____. Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida. **Análise Social**. Lisboa, v. 26, n. 114, v. 26, p. 945-987, 1991.

PEREIRA, C. P. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **Ser Social**. Brasília, s/v n. 18, p. 229-252, jan./jun. 2006.

PNUD. Sustentabilidade e Equidade: um futuro melhor para todos. **Relatório de desenvolvimento humano 2011**. New York, USA, 2011. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf. Acessado em: 10.11.2013.

_____. A Verdadeira Riqueza das Nações: vias para o Desenvolvimento Humano. **Relatório de desenvolvimento humano 2010**. New York, USA, 2010. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf. Acessado em: 08.11.2013.

POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, p. 145-156, 2013.

RAICHELIS, R. Desafios da gestão democrática das políticas sociais. **Capacitação em Serviço Social e política social**. Brasília: UNB/CEAD, p. 57-70, 1999.

REIS, L. I. G. Jovens em situação de risco Social. In: ALVIM, R.; GOUVEIA, P. (org.). **Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 81-102, 2000.

RIBEIRO, E. Políticas públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectivas. In: PAPA, F. de C.; FREITAS, M. V. de. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, p. 25-44, 2011.

RICHARSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEPLAG. **Relatório de Avaliação de impactos de projetos financiados pelo FECOP**. Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://fecop.seplag.ce.gov.br/downloads/fecop-1/Relatorio-de-Avaliacao-de-Projetos-2013.pdf>. Acessado em: 20.09.2013.

SILVA, E. R. A. da.; ANDRADE, C. C. de. A Política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades. In: CASTRO, J. A (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

SILVA, M. O. da S. e. **Pesquisa avaliativa**: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras, 2008.

SOUZA, P. L. A. A participação nas políticas públicas de juventude: caminhos trilhados, caminhos a construir. In: PAPA, F. de C.; FREITAS, M. V. de. **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, p. 163-189, 2011.

SPOSITO, M. P. Breve balanço sobre a constituição de uma agenda de políticas voltadas para os jovens no Brasil. In: PAPA, F. de C.; FREITAS, M. V. de. **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, p. 331-342, 2011.

STDS. **Projeto primeiro passo**. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (Projeto Técnico). Fortaleza, 2013.

SUPLICY, E. M.; NETO, B. A. M. Políticas sociais: o Programa Comunidade Solidária e o Programa de Garantia de Renda Mínima. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília: IPEA, s/v, n. 12, p. 39-63, jun-dez, 1995.

WEBER, M. A “Objetividade” do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política – 1904. In: WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez / Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Pioneira, 2005.

_____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1993.

_____. *Os tipos de Dominação*. In: WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, 1991.

YASBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**. v. 2, n.3. Brasília: ABEPSS, p. 33-40, 2001.

_____. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.2, p. 104-112, 2004.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado de pobreza. 2ª edição. São Paulo: Brasília, 1985.

ZANARDINI, J. B. A ontologia do ato de avaliar. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 29, n.1, p. 97-125, jan-jun, 2011.

ZIONI, F. Exclusão social: noção ou conceito? **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 15, n. 3, p.15-29, set-dez, 2006.